



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS – CAHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E TERRITÓRIOS**

Luise Maria Santos Santos

**VOZES, SILÊNCIOS, LÁGRIMAS: AS VIOLÊNCIAS CONTRA
AS MULHERES RURAIS NO TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO
DA BAHIA, EM CONCEIÇÃO DO ALMEIDA**

**CACHOEIRA – BA
2022**

**VOZES, SILÊNCIOS, LÁGRIMAS: AS VIOLÊNCIAS CONTRA AS
MULHERES RURAIS NO TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO DA BAHIA,
EM CONCEIÇÃO DO ALMEIDA**

Luise Maria Santos Santos
Graduação em Serviço Social
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2016

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Território, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Política Social e Território.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosenária Ferraz de Souza.

**CACHOEIRA – BA
2022**

FICHA CATALOGRÁFICA

S237v Santos, Luise Maria Santos.

Vozes, silêncio, lágrimas: as violências contra as mulheres rurais no território do recôncavo da Bahia, em Conceição do Almeida. / Luise Maria Santos Santos. Cachoeira, BA, 2022.

175f.

Orientadora: **Profa. Dra. Rosenária Ferraz de Souza**

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Territórios, 2022.

1. Violência contra as mulheres – Brasil. 2. Trabalhadoras Rurais – Condições Sociais. 3. Mulheres – Condições Sociais. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 305.420981

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB.

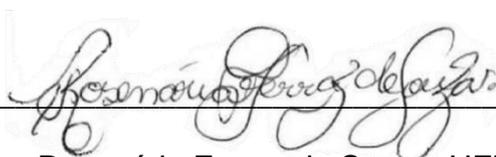
Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/ 1396)
(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E TERRITÓRIOS**

**VOZES, SILÊNCIOS, LÁGRIMAS: AS VIOLÊNCIAS CONTRA AS
MULHERES RURAIS NO TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO DA BAHIA,
EM CONCEIÇÃO DO ALMEIDA**

Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação.
Luise Maria Santos Santos.

Aprovada em: 17 de março de 2022.



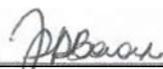
Prof. Dra. Rosenária Ferraz de Souza, UFRB (Orientadora)



Prof. Dra. Simone Brandão Souza, UFRB (Examinadora interna)



Prof. Dra. Dyane Brito Reis Santos, UFRB (Examinadora interna)



Prof. Dra. Josimara Aparecida Delgado, UFBA (Examinadora externa)

AGRADECIMENTOS

Direciono meus agradecimentos iniciais a uma mulher que tem buscado de forma profunda e leve reconhecer-se em suas forças e potências, que tem na leitura e estudos a possibilidade de ver-se imensidão diante das fortes correntezas do racismo e do machismo. Sou grata por você continuar lutando, e firmando o seu lugar no mundo, sou grata por não ter desistido em meio a todas as questões de saúde que desenvolveu nesse processo intenso/insano/desumano de conciliar: trabalho-família-estudo-pandemia. Sou grata por ter sido acolhida por tantas outras mulheres, que em comunidade, uniram-se em afetos para serem a ventania e calmária nos momentos que mais precisava. Então começo meus agradecimentos sendo incrivelmente grata a mim, por ter sido resistência quando a luta se fez pesada e por ter desaguado quando celebrar a mim se tornou o rito mais importante na minha vida. E nesse momento não me senti sozinha, senti o calor, a confiança de pessoas que regaram e germinaram sonhos e esperanças junto comigo.

À mainha por nosso laço de infinito amor e cuidado, por ser minha referência e norte, por sonharmos juntas àqueles sonhos imensos. A sua voz ergueu em mim coragem e confiança para sempre continuar caminhando: “Respira, descansa que vai dar tudo certo”.

À André, companheiro de longos anos, que deu a todos os momentos mais delicados e intensos a leveza e a risada necessária, lembrado sempre que vale apenas pensar positivo, e que pedir ajuda é importante. A sua voz, cantando então, ergueu em mim a certeza que compartilhar a vida com alguém é compartilhar também as inseguranças e incertezas: “Amor, eu posso ajudar em que, pode falar”.

À todos amigxs, que ligavam, mandavam mensagens, que interagiam e divertiam nos grupos de WhatsApp, que tomavam um vinho comigo. Amizades de momentos diferentes da minha vida, de lugares diferentes, com personalidades diferentes, mas que permaneceram comigo nessa caminhada. As vozes diversas de vocês foram essenciais, a cada momento lembrava da gargalhada de uma pessoa, dos conselhos de outra, do abraço, do olhar de carinho: “Miga, celebre sua existência, você é foda”.

À Rosenária, querida amiga e orientadora, uma mulher que é referência no Serviço Social e estudos dos Direitos Humanos no Recôncavo da Bahia, guia-me nos caminhos da pesquisa por muitos anos, o tempo em que nossa amizade se firmou e fortaleceu por pura admiração. A sua voz me deseja sempre ao final de longas e carinhosas conversas um Axé cheio de energias: “Axé minha Lu!! Seus caminhos são de luz”.

À todos os mestres professores que cruzaram minha caminhada acadêmica, ao POSTERR, por ter construído esse Mestrado no território do Recôncavo possibilitando várias encruzilhadas de saberes, trocas e amizades. As vozes desses mestres lembravam sempre: “Vocês são a primeira turma do Mestrado em Política Social e Território da UFRB, já estamos fazendo história”.

E em especial agradeço a todas as mulheres rurais que me concederam a honra de ouvir suas histórias de vida, de sentir junto com elas as emoções, o silêncio e as lágrimas de tudo o que viveram; e os sorrisos ao contarem dos seus sonhos. São a sabedoria e a força da história do rural do Recôncavo da Bahia. Uma das mulheres me disse ao final da entrevista: “olha fia, eu senti tanto amor da sua parte, me ouvindo, senti amor”. Nos emocionamos juntas porque eu também me senti amada pela grandeza da sua história, da sua voz.

EPÍGRAFE

Falarei meu nome repetidas vezes
contarei sobre todas as que vieram
antes de mim
uma por uma
não adianta tapar os ouvidos
porque cicatriz aberta
não ecoa só por fora
mas por dentro
Verão minha existência
escorregando
em todos os becos
em todos os muros
em todas as margens
em todos os centros
Se toda história importa
e se só podemos mudar
aquilo que nomeamos
então seremos obras
com título, início, meio e sem fim [...]
(Não serei anônima, Ryane Leão, 2019)

VOZES, SILÊNCIOS, LÁGRIMAS: AS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES RURAIS NO TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO DA BAHIA, EM CONCEIÇÃO DO ALMEIDA

RESUMO: A presente pesquisa revela como objeto de estudo as violências contra as mulheres rurais. Apresenta como objetivo a análise da realidade destas violências no município de Conceição do Almeida no Recôncavo Baiano. A pesquisa conduz uma busca teórica e crítica quanto a existência de particularidades nas violências contra as mulheres rurais em um território marcado por mediações onto-históricas do rural brasileiro. Com isso, tecemos caminhos metodológicos com as narrativas das mulheres rurais, no processo das (re) construções subjetivas e objetivas de resistência, em uma análise crítica-dialética utilizando da ferramenta de análise teórica-metodológica da interseccionalidade. Buscando contribuir com o posicionar das narrativas das mulheres rurais sobre a realidade social da violência contra a mulher, contribuindo na articulação de políticas sociais e o aprimoramento dos mecanismos de enfrentamento dessas violências no território rural. A pesquisa revela que essas violências são múltiplas e que as dimensões espaciais e o modo de vida no rural corporificam particularidades dessas violências.

Palavras chave: Mulheres Rurais; Políticas Sociais; Território; Violências

VOICES, SILENCES, TEARS: VIOLENCE AGAINST RURAL WOMEN IN THE TERRITORY OF RECÔNCAVO DA BAHIA, IN CONCEIÇÃO DO ALMEIDA

ABSTRACT: The present research reveals as an object of study the violence against rural women. Its objective is to analyze the reality of these violences in the municipality of Conceição do Almeida in Recôncavo Baiano. The research conducts a theoretical and critical search for the existence of particularities in the violence against rural women in a territory marked by the onto-historical mediations of the Brazilian countryside. With this, we weave methodological paths with the narratives of rural women, in the process of subjective and objective (re) constructions of resistance, in a critical-dialectical analysis using the theoretical-methodological analysis tool of intersectionality. Seeking to contribute to the positioning of rural women's narratives on the social reality of violence against women, contributing to the articulation of social policies and the improvement of mechanisms for coping with this violence in rural areas. The research reveals that these types of violence are multiple and that the spatial dimensions and the way of life in rural areas embody particularities of these types of violence.

Keywords: Violence; Rural Women; Territory; Social politics

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. MULHERES E VIOLÊNCIAS NA SOCIEDADE DE CLASSES NO BRASIL	21
1.1 Gênero, raça e violência na sociedade de classes	22
1.2 As mulheres na sociedade de classes à “brasileira”: da escravidão à contemporaneidade.....	27
1.2.1 Colonialismo: um “empreendimento” de dominações e apropriações... 29	
1.2.2 Escravidão e Miscigenação: violências reminiscentes	34
1.2.3 A “Independência” do Brasil e as Modernizações Conservadoras	42
1.2.4 Configurações Contemporâneas das Expropriações Capitalistas.....	55
2. AS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES RURAIS NO RECÔNCAVO BAIANO	67
2.1 Território agrário, Recôncavo da Bahia e as mulheres rurais	68
2.2 Violências, mulheres rurais e o sistema de dominação: exploração no ultraconservadorismo	76
2.3 As lutas das mulheres rurais e a marcha das margaridas.....	90
3. AS VOZES ERGUIDAS DAS MULHERES RURAIS NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ALMEIDA: PARTICULARIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER?.....	99
3.1 O processo ontológico das re-existências das Mulheres Rurais do município de Conceição do Almeida	113
3.2 As violências contra as mulheres rurais em Conceição do Almeida	132
3.3 “Ainda tenho esperança que eu vou realizar ainda o que eu penso e espero, ser feliz, dançar, viver”	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
REFERÊNCIAS	162

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa revela como objeto de estudo as violências contra as mulheres rurais de Conceição do Almeida. À baila, nosso objetivo é analisar as violências contra as mulheres rurais no Território do Recôncavo Baiano. Há uma contínua busca teórica e crítica na seguinte questão: existem particularidades nas violências contra as mulheres rurais no Território do Recôncavo da Bahia, no município de Conceição do Almeida?

A pesquisa se desenvolveu a partir das narrativas de mulheres rurais que buscam, em seu cotidiano, subverter o voraz silenciamento patriarcal, racista e classista imposto em nossa sociedade, erguendo a voz ao escancarar e denunciar históricas e atuais violências contra a mulher no chão do território rural do Recôncavo Baiano. Ora, apresentam-se, como ponto de partida, as experiências individuais (complexas e diversas) como elo que enfatiza realidades universais e estruturantes: econômicas, políticas e socioculturais, que possibilitam (ou não) às mulheres terem acesso aos lugares de cidadania e direitos.

Nos despertamos para a hipótese que se faz imperante ao enfatizar que existem particularidades que perpassam as mediações onto-históricas do município de Conceição do Almeida, no Território do Recôncavo Baiano, as quais demarcam as especificidades das violências contra a mulher nesse território.

A organização e delimitação deste estudo se desenvolveu pelos caminhos de uma pesquisadora negra, que se apoiou nas “escrevivências” de Conceição Evaristo, ao afirmar que “para mulheres negras escrever e publicar é revolucionário”¹. Os caminhos que provocaram grandes revoluções em minhas vivências envolvem o processo de graduação em Serviço Social, na qual atuei coletivamente no Movimento Estudantil e no Centro Acadêmico de Serviço Social; na realização do estágio curricular em meio a constantes demandas de violência doméstica no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS.

Além disso, meu percurso acadêmico contou com a participação no Grupo de Pesquisa Natureza, Trabalho, Ontologia e Serviço Social – NATOSS, no qual pude

¹ No texto *Gênero e Etnia: uma escre(vivência) de dupla face*, apresentado na mesa de escritoras convidadas do Seminário Nacional X Mulher e Literatura – I Seminário Internacional Mulher e Literatura/ UFPB – 2003.

realizar estudo, pesquisa e extensão, que me possibilitaram fazer profundas aproximações ao Marxismo, ao método histórico-dialético, a partir da realidade concreta do território do Recôncavo Baiano, que reverberava nas Comunidades Tradicionais Rurais, através das questões da terra, raça, classe, gênero e direitos humanos. A escrita monográfica trilhou caminhos no estudo da violência contra a mulher e a atuação profissional do Assistente Social no interior do Recôncavo da Bahia. Nesse sentido, busquei aprofundar, na presente pesquisa, os estudos iniciados com o trabalho monográfico² no que se refere à violência contra a mulher e às dinâmicas interseccionais que a constituem.

A ancestralidade familiar que permeia o município de Conceição do Almeida constituiu as bases que direciona a presente pesquisadora. Os passos dados e os que retrocederam da mãe de minha mãe, da minha avó e da minha mãe se encontram na encruzilhada da roça, das casas de farinha, das folhas e talos de fumo espelhados pelo telhado de casa e empilhados nos armazéns de fumo.

Os territórios arados por essas mulheres abriram caminhos para essa pesquisa, entoando suas bençãos, seus saberes e suas resistências de serem mulheres rurais, vigas mestras das suas famílias; e assim, fortalecendo o terreno que hoje piso, e reconstituo em um reencontro profundo com a minha voz e a minha história, por meio das narrativas das mulheres rurais almeidenses.

Diante do compromisso coletivo com as mulheres que, irmanadas, podem restabelecer suas humanidades e subjetividades, a presente pesquisa representa uma demanda por transformação social-prática-subjetiva, a partir e com as vozes das mulheres rurais do município de Conceição do Almeida, bem como apresenta contribuições para as novas articulações e avaliações das políticas sociais no que se refere à proteção às mulheres rurais vítimas de violências, a partir do que elas mesmas narram.

As narrativas são uma convocatória a erguer a voz e a ouvir as vozes erguidas em um processo dialético de reciprocidade ética e política, de enfrentamento aos ditames que definem quem pode falar, onde e sobre o que dizer, diante de conteúdos narrados que são, ao mesmo tempo, anúncios e denúncias de violências contra a

² *Em briga de marido e mulher a gente mete a colher*: os direcionamentos ético-políticos da prática profissional do Assistente Social junto à violência contra a mulher nos CREAS do Recôncavo da Bahia.

mulher. Como nos aponta hooks³ (2019, p. 38-39): “esse ato de fala, de ‘erguer a voz’, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta”.

Os espaços de sistematização e estudo sobre a violência contra as mulheres rurais, homogeneizados pelas vozes que são autorizadas a falar, esvaziam-se de uma subjetividade que se (re)constrói na trama insurgente daquelas que se atrevem a erguer a voz. Eis aí o nosso compromisso: fomentar uma multiplicidade de vozes que buscam, acima de tudo, “quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal” (RIBEIRO, 2019, p. 69).

A máscara do silêncio é parte importante do projeto colonial escravocrata europeu, que implementa instrumentos de mudez, tortura e medo; é representação do colonialismo patriarcal racista e agrário do Brasil, marcado por um leque de dominações e explorações que atravessam a vida das mulheres rurais e suas narrativas não contadas e apagadas da história da formação social brasileira e das estruturas violentas que a sustentam.

As violências contra as mulheres rurais serão, nesta pesquisa, analisadas e problematizadas no que se refere à articulação de gênero, classe e raça, possibilitando que se estabeleça uma noção de totalidade que essa realidade abarca. Com isso, Saffioti (2015) analisa a categoria gênero dentro de uma relação a qual chama de “nó”, que contempla subestruturas, como gênero, classe e raça, cada uma com suas contradições, que se fundem e se enlaçam em um nó. A autora nos provoca a pensar a síntese desse nó em uma estrutura historicamente construída com o “novelo patriarcado-racismo-capitalismo”.

Nessa perspectiva, não é possível apreender a natureza das violências contra as mulheres rurais sem situá-las em seu contexto social, político, rural e econômico mais amplo, pois, para compreender o que é vivido na esfera individual, é preciso estar ciente de suas mediações sociais (DAVIS, 2017, p. 41). É no processo de desvelar essas mediações que Crenshaw (2002, p. 177) nos apresenta a interseccionalidade. Para a autora: “A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”. O descortinar da dinâmica interseccional

³ A escrita do nome da autora em minúsculo é uma escolha própria, pois hooks afirma que deseja ser conhecida por seus diálogos e reflexões e não pelo seu nome.

que cerca o presente objeto da pesquisa busca revelar as contradições e estruturas invisibilizadas e alienadas nas relações sociais.

O compromisso metodológico e analítico firmado com a interseccionalidade, destacando as questões de gênero e o rural brasileiro, faz-se relevante, pois, em meio às buscas de pesquisas e conteúdo de estudo, apreende-se que estas são categorias poucas vezes abordadas em conjunto, em relação e, quando são abordadas, as discussões são feitas separadamente, invisibilizando as particularidades das mulheres rurais em relação às urbanas e quanto aos homens rurais. Quando notadas, o enfoque se faz no âmbito das questões domésticas e de trabalho, e pouco se destaca as violências que se desenvolvem e se estruturam nas dinâmicas das suas vivências e sobrevivências ou como essas violências se realizam conjuntamente, se entrecruzam no cotidiano da vida dessas mulheres.

Dessa forma, a pesquisa foi delineada pelos caminhos de identificar a intersecção capitalismo-patriarcado-racismo na constituição das subjetividades das mulheres rurais; de apresentar a violência contra a mulher a partir dos processos constitutivo de tornar-se mulher no Recôncavo Baiano; e analisar com/pelas suas narrativas, as particularidades das violências vividas no modo de vida rural, em seus processos ontológicos, no município de Conceição do Almeida.

Os corriqueiros casos de violência contra a mulher no Brasil são alarmantes, tornando urgente debruçarmos nossa atenção a essa realidade. É preciso apreender como tais violências são, hoje também, “reminiscências” do passado colonial escravocrata, que, no século XXI, conservam de forma modernizadora os requintes de crueldade nos episódios sociais de violência contra as mulheres, nas casas grandes e senzalas, hoje conservadas no âmbito público e privado da sociedade monopólica do capital.

A violência como presença confirmada e estruturante na realidade da formação social, econômica e política do Brasil evidencia como o capitalismo imperialista mercantiliza as subjetividades e as objetividades da vida das mulheres. Nessa seara, Harvey (2004, p. 111) enfatiza que o capitalismo internaliza práticas identificadas como canibais e predatórias, encontrando na violência uma forma de manter-se e se retroalimentar.

As análises das violências contra as mulheres rurais, a partir daquelas que as vivenciaram e vivenciam, são escassas. Posicionar suas estratégias de sobrevivências e insurgências diante das agressões e opressões, é urgente. Assim,

como pontua Davis (2017, p. 17): “fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado [...] um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento”. As narrativas, e a memória, serão aliadas teórico-metodológicas neste movimento analítico de construções e reconstruções de significados.

Diante das complexidades que permeiam as violências contra as mulheres, Saffioti (2015, p. 80) problematiza que esta não é uma simples ruptura da integridade feminina, é uma ruptura dos direitos humanos, sendo necessário “[...] olhar a violência como todo agenciamento capaz de violar os direitos humanos”. Estes que, no campo institucional, na relação Estado e Sociedade Civil, têm nas Políticas Sociais uma mediação, as quais acontecem em meio à gestão estatal na articulação das pressões dos movimentos sociais e dos trabalhadores. Constitui-se um elemento central como mediação no âmbito das estratégias de enfrentamento realizada pelo Estado e pelas classes sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 144).

A violência contra a mulher, presente como demanda de intervenção da Política de Assistência Social⁴ (que também carrega o caldo neoliberal e patriarcal do contexto de constituição das Políticas Sociais), está posta como um desafio no cotidiano da concreticidade do real. Esta política, a partir da Constituição Federal de 1988, passa a constituir-se política pública de direitos, não contributiva, compondo, assim, o Sistema de Seguridade Social, situando-se enquanto Política de Proteção Social que é dever do Estado e direito do cidadão que dela necessitar (BRASIL, 2005).

A delimitação desta pesquisa busca avançar no âmbito das produções acadêmicas no que se refere às mulheres rurais, ao destacar, no âmbito das questões fundiárias, do trabalho rural, do trabalho doméstico, das relações familiares, da produção e reprodução, das lutas camponesas e do acesso aos direitos sociais, o lugar das violências que estruturam e mantêm as relações desiguais, exploratórias e opressoras que constituem a sociedade capitalista – patriarcal-racista nas diferentes relações sociais.

⁴ A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi aprovada pela Resolução nº 145 em 2004, no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), e, posteriormente, com a construção e normatização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, foi aprovada pelo CNAS, em julho de 2005, através da NOB n. 130, de 2005.

Ainda que algumas das reivindicações das mulheres rurais tenham aparecido nas edições da Marcha das Margaridas⁵ – *Contra a Fome, a Pobreza e a violência Sexista* –, faz-se necessário evidenciá-las e ouvir o que elas têm a falar da sua vivência e intersecções de opressão. Em 2007, na cidade de Brasília, no *Seminário sobre Violência contra as Mulheres no Meio Rural*, um dos depoimentos lá apresentados, da companheira Maria Nice Machado – do Conselho Nacional dos Seringueiros –, sinalizou que “na roça ninguém ouve o grito de socorro da mulher, a mulher não tem como buscar ajuda, não tem transporte, o povoado fica distante 40, 50 Km. Não tem delegacia, não tem nada”. Mulheres com esse perfil constituíram a presente pesquisa, com suas narrativas de denúncias, de autoconhecimento, que foram alertando sobre as lacunas da história da formação do rural brasileiro e as lacunas dos direitos humanos das mulheres rurais.

Os lócus de pertencimento das mulheres em foco dizem respeito ao espaço social, político e identitário do Território do Recôncavo Baiano, nos chamados “interiores rurais da Bahia”. São mulheres referenciadas na Política de Assistência Social no município de Conceição do Almeida, uma Política Social direcionada a quem dela necessita, com o objetivo de garantir a proteção social diante das necessidades materiais (carência de renda para o acesso a bens de sobrevivência) e subjetivas (fragilidades afetivas provenientes de conflitos e violências interpessoais, aí inclusa a violência contra a mulher). No momento, o município possui um único equipamento da Assistência Social, o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, que realiza o acolhimento e atendimento às mulheres que são vitimadas pela violência. Não há nenhum órgão ou diretoria específica e especializada para as situações de violência contra a mulher ou vinculação regional a estes.

Essas mulheres estão situadas enquanto moradoras e constituidoras da história do município de Conceição do Almeida, que tem uma população estimada no último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2010) de 17.889 habitantes. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010),

⁵ “Mesmo presentes, as reivindicações nas Marchas serviram para dar mais realce à legalização trabalhista e a benefícios previdenciários, mas evidenciaram que também havia demandas existentes para lidar com o problema, bastante silenciado, de violência. Em contraste com as cidades, onde as estudiosas reclamam sempre da insuficiência de serviços, no campo, a ausência de centros de referências, casas-abrigo e delegacias especializadas é muito mais evidente” (SCOTT; RODRIGUES; SARAIVA, 2010, p. 66).

a população rural em comparação a esse quantitativo era de 9.963 habitantes, um município majoritariamente rural.

Como Assistente Social atuante na Política de Assistência Social no interior do Recôncavo Baiano, no município de Conceição do Almeida, com aproximações às diversas tentativas de ouvir as vozes das mulheres rurais lá atendidas – digo tentativas, pois os conteúdos narrados trazem a realidade da violência contra a mulher externada de formas ocultas e envergonhadas, em um misto de olhares e vozes que buscam, no emaranhado das angústias, identificar qual o lugar, o momento e a quem erguer a voz que fora silenciada – afirmo que são dessas vivências que o caldo da presente pesquisa se adensa.

O estudo realizado está delineado com ênfase em sua natureza qualitativa e, por assim ser, como afirma Minayo (1994), “responde a questões muito particulares [...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Esse teor qualitativo da pesquisa, de viés histórico, cultural e dialético, permitiu adentrar e analisar as possíveis articulações das dimensões privadas das mulheres rurais às teorizações feministas marxistas.

A pesquisa realizada se desenvolveu a partir da escolha metodológica da entrevista com estruturas narrativas. Segundo Clandinin e Connelly (2011, p. 27), “as pessoas vivem histórias e no contar dessas histórias se reafirmam. Modificam-se e criam novas histórias. As histórias vividas e contadas educam a nós mesmos e aos outros”. É nesse caminho que as aproximações às narrativas das mulheres rurais, do interior do Recôncavo baiano, possibilitaram-nos, através do caminho singular-universal, retornar a este, descortinando as particularidades da violência contra as mulheres rurais, por meio de sua historicidade.

As aproximações às mulheres em questão e suas experiências foram realizadas na execução de atividades coletivas, como Campanhas de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, encontros com grupos de mulheres e outras, que são executadas pela Política de Assistência Social do referido município. Os registros desses momentos foram realizados através do diário de campo⁶ durante a observação

⁶ “[...] uma metodologia que consiste na coleta de histórias sobre determinado tema onde o investigador encontrará informações para entender determinado fenômeno. As histórias podem ser obtidas por meio de vários métodos: entrevistas, diários, autobiografias, gravação de narrativas orais, narrativas escritas, e notas de campo” (CLANDININ; CONNELLY, 2000, p. 20).

participante, a partir da qual foram desenvolvidas as primeiras análises sobre as narrativas, que, em suas potências, tiveram um instigante caminho a ser aprofundado.

O segundo caminho realizado foi mais aproximativo, através de potentes narrativas de um quantitativo restrito de mulheres das comunidades rurais revisitadas inicialmente. Das atividades coletivas, foram aprofundadas as narrativas de seis mulheres, que compuseram uma amostra a ter suas narrativas documentadas (gravadas). A proposta inicial seria a realização das entrevistas, de forma presencial, no local de escolha das entrevistadas, que garantisse sigilo e proteção e seriam realizados dois encontros presenciais na garantia da aproximação necessária até a realização da entrevista.

Diante do conteúdo a ser pesquisado, foi necessário submeter o projeto desta pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal do Recôncavo (UFRB), que analisa, regulamenta e fiscaliza a realização da pesquisa, garantindo a seguridade aos direitos e deveres dos participantes do estudo e da comunidade acadêmica, conforme preconiza a Resolução N003/2019 e seu anexo. A presente pesquisa foi submetida ao Comitê de ética, com parecer aprovado (Nº do Parecer: 4.494.990). Um processo de adaptações às exigências de correções e alterações solicitadas a cada parecer até que ela estivesse adequada ao CEP, sendo liberada para ser iniciada após a aprovação.

Como é sabido, o Brasil, assim como outros países, encontra-se em período de combate e prevenção ao Novo Coronavírus. No dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde - OMS, através de uma declaração, tratou o surto da doença causada pelo Novo Coronavírus - COVID-19 como emergência de saúde pública, conforme dispõe o Regulamento Sanitário Internacional. Com isso, a COVID-19 foi considerada pela OMS como uma pandemia. A Lei 13.979/2020 define medidas de enfrentamento de emergência de Saúde Pública decorrente do COVID-19, nas quais estão inclusos: isolamento social, quarentena, distanciamento de dois metros entre as pessoas nos espaços públicos, uso obrigatório de máscaras, evitar aglomerações.

Diante desse novo contexto, a metodologia acima esclarecida passou por modificações, das quais foram reavaliadas o espaço de realização das entrevistas, a fim de obedecer às orientações da OMS. O convite para a participação na entrevista, que inicialmente seria presencial, foi realizado por telefone, no qual foi apresentada a

proposta da pesquisa, além do esclarecimento das dúvidas e a confirmação do local, dia e horário para a realização das entrevistas.

O espaço em que a pesquisa se realizou foi amplo e ventilado, com disponibilização de álcool em gel, respeitando o distanciamento de dois metros e solicitação de uso da máscara, sem compartilhamento de objetos. A duração das entrevistas correspondeu a 40 minutos – 1 hora, em dias da semana diferentes para cada entrevista, de acordo a disponibilidade das participantes. As entrevistas só foram realizadas a partir do consentimento das entrevistadas, após explicação minuciosa do TCLE e do objetivo da pesquisa.

O perfil das entrevistadas corresponde ao fato de serem moradoras e trabalhadoras de comunidade rural, mulheres, referenciadas à Política de Assistência Social, com vivência de violências (identificadas no processo de observação participante), com idade entre 30 e 65 anos, pois havia a expectativa referente ao acúmulo de vivências e experiências. Atentos aos possíveis riscos da pesquisa, no âmbito do desconforto e constrangimento diante do processo das entrevistas e o risco da identificação, as mulheres foram identificadas com nomes fictícios, a fim de evitar qualquer identificação de suas identidades, motivo pelo qual também não foram revelados os nomes das comunidades rurais em que elas residem. Os nomes utilizados correspondem a mulheres que foram referência de resistência a qualquer tipo de opressão e que fortaleceram a luta pelos direitos das mulheres: Margarida Alves, Anastasia, Tereza de Benguela, Maria Filipa, Luiza Mahim e Elitânia.

A realização da presente pesquisa se desenvolveu no período de Pandemia pela COVID-19, que vem se expandindo no Brasil, uma crise sanitária⁷ ligada à expansão do capitalismo predador. Há, em curso com essa pandemia, um genocídio em massa que ataca e desprotege os povos dos campos, florestas e águas, como a população rural, os quilombolas e indígenas. Tudo isso com o país tendo um governo que trata a pandemia como uma gripezinha e concorda que muita gente vai morrer mesmo, com discursos e práticas negacionistas dando as reais possibilidades para a

⁷ Fontes (2020, p. 11): “Ingressamos – como praticamente todo o mundo – numa enorme crise sanitária cuja origem se liga à expansão contemporânea de um capitalismo a cada dia mais predador: o transbordamento de vírus entre espécies se acelera pela expansão de grandes monoculturas, de produção agropecuárias em grande escala e pela continuidade de expropriações dos povos do campo, que se refugiam nas cidades, contribuindo mesmo sem querer para o inchamento urbano. A cada dia há mais cidades e mais pessoas carentes de urbanização. A questão ambiental se agrava pela intensa circulação das mercadorias, pelo abuso de venenos agrotóxicos, pela mineração, pela venda de carbono, por uma agropecuária predatória com os seres sociais e com a natureza”.

instalação de um fascismo ao “modo tupiniquim”, como enfatiza Borges e Matos (2020, p. 77), com o projeto ultradireita, de ódio à diversidade humana, em defesa do uso de armamentos no enfrentamento à questão social, misoginia e tantas outras violências.

A pandemia atravessou a presente pesquisa de diferentes formas: com o distanciamento social, o contato presencial com as entrevistadas foi reduzido para apenas um encontro, os riscos a que as pessoas estavam expostas exigiu uma retomada gradual e lenta dos contatos com as entrevistadas, como forma de proteção e cuidado diante das contaminações. Também se fez necessário o acompanhamento diário dos Boletins Municipais, para que, assim, fossem avaliadas a conjuntura de contaminação do município e as possibilidades de continuação do estudo. Dessa forma, o cronograma da pesquisa foi modificado dentro dessa nova condição sanitária.

A presente pesquisadora, enquanto trabalhadora da Política de Assistência Social, considerada, na Pandemia, uma das Políticas Sociais que oferta Serviço Socioassistencial essencial, continuou os processos de trabalho com atendimentos e visitas de urgências às famílias acompanhadas, vivenciando as fragilidades da desproteção aos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social na pandemia. Nesse contexto, a contaminação pela COVID-19 foi precoce, deixando sequelas cardíacas e de saúde mental. Em meio a essas condições de saúde e risco pessoal, o estudo, a pesquisa e a escrita foram formas de resistência, respeitando as pausas necessárias no âmbito das exigências de produtividade próprias das instituições, das quais a universidade não é isenta.

No âmbito da análise das entrevistas, foi realizada a transcrição de cada uma delas, com a seleção dos episódios específicos que foram narrados, baseados nas questões centrais das experiências de violências sofridas. Isso possibilitou estabelecer as conexões entre as interpretações das experiências subjetivas narradas e a organização das categorias referentes à violência contra a mulher rural, em um movimento dialético. O estudo das narrativas seguiu um caminho descritivo e explicativo na análise dos conteúdos/histórias narradas, à luz do referencial teórico do materialismo histórico-dialético.

As narrativas das mulheres rurais posicionam em relevo o aparelhamento de controle das estruturas sociais, políticas e educacionais em que os rituais de formalidades acadêmicas deslocam o lugar das epistemologias que demarcam o lugar

da memória⁸, do cotidiano e das ancestralidades de algumas estruturas. Com isso, desentranhamos a história por dentro, colocando em relevo as lutas, as resistências, os pensamentos que foram forjados pela experiência das mulheres rurais.

A presente pesquisa demarca a profunda importância do papel da mulher rural no Recôncavo da Bahia e na sociedade brasileira de bases agrárias. Com isso, o presente estudo assume esse valor aproximativo, revelando certos aspectos da “neurose cultural brasileira”, destacando a particularidade das violências contra a mulher rural e como estas se constituem diversas de modo que se entrecruzam, deixando marcas cruéis nos corpos e nas subjetividades dessas mulheres.

A pesquisa priorizou uma perspectiva de totalidade, identificando as contradições que circunscrevem a realidade social em pauta, no movimento dialético da universalidade-particularidade-singularidade. Assim, utilizamos, como ferramenta teórico-metodológica, a interseccionalidade⁹, para que, no movimento das aproximações à totalidade da realidade da violência contra a mulher e às inferências desta na constituição e destituição da cidadania e dos direitos das mulheres rurais, fossem identificadas e compreendidas as mediações categoriais que pertencem a essa totalidade.

A metodologia apresentada é um compromisso com o processo de emancipação das mulheres, que, no interior rural do território do Recôncavo, têm, em sua oralidade e corporeidade, denúncias de violências.

Para apresentar os resultados desta pesquisa, a dissertação se encontra organizada em três capítulos centrais. No capítulo 1, delinea-se o processo histórico, econômico e sociocultural da formação rural brasileira da sociedade de classes, identificando nesse percurso o lugar social, racial e de gênero das mulheres e analisando a sociedade brasileira colonial em seus aspectos de dominação e

⁸ [...] na medida em que a memória, estão imbricados nas relações masculinas/femininas reais e, como elas, são produto de uma história. A memória, forma de relação com o tempo e o espaço, seria a partir dessa constatação, profundamente sexuada” (TEDESCHI, 2010, p. 182).

⁹ A interseccionalidade é apresentada por Patrícia Hill Collins como uma perspectiva epistemológica, buscando destacar que as interações específicas das opressões têm um significado na materialidade social. Kimberlé Crenshaw sistematizou o conceito de interseccionalidade, buscando analisar a violência contra as mulheres, entendendo-a enquanto o entrecruzamento das diferentes opressões, compreendendo que estas causam desigualdades sociais e posicionam a violência como parte da identidade de grupos subordinados. Nessa direção, a feminista afroamericana Kimberlé Crenshaw (2002) considera que a interseccionalidade vem cumprir a missão teórico-metodológica de entendimento referente às distintas formas de iniquidades destinadas às mulheres.

apropriação; o período escravocrata, evidenciando as violências remanescentes; e as configurações contemporâneas das expropriações capitalistas.

Ainda nesse capítulo, são destacadas as condições de existência e resistência que envolvem as mulheres rurais nos diferentes e contraditórios processos de desenvolvimento das forças produtivas, destacando uma das engrenagens do capitalismo dependente e desigual: as violências, que configuram de maneira particular os modos de vida das mulheres rurais no Brasil, no âmbito das estruturas das relações sociais.

No capítulo 2, movimenta-se a discussão teórica sobre a violência contra as mulheres rurais no Recôncavo Baiano, destacando os conceitos de violência de gênero e violência contra a mulher, no âmbito do sistema de poder denominado de dominação-exploração, situados nos ataques e contra-ataques das expropriações neoliberais do capitalismo no território rural.

Nesse caminho, evidenciam-se as particularidades do rural brasileiro e do Recôncavo da Bahia, ao apresentar as especificidades dos modos de vida rural, enfatizando esses contornos no município de Conceição do Almeida, lócus da presente pesquisa. Para isso, há o destaque para a dimensão espacial como importante mediação no descortinar do território rural, pois essa dimensão possui propriedades da produção e reprodução da vida, revelando as relações socioespaciais e históricas dessa dinâmica.

As perspectivas de classe, raça, gênero, território são evidenciadas a partir das formas que elas operam no sistema de dominação-exploração em tempo de ultraconservadorismo. Isso revela como a mulher rural no Recôncavo Baiano vivencia, em suas atividades agrícolas, familiares e individuais as subalternidades estruturadas pelo coronelismo, patrimonialismo, patriarcado e racismo típicos da colonização-escravista. Destacamos, assim, a divisão sexual e racial do trabalho rural, o significado social do trabalho doméstico realizado pelas mulheres rurais e as violências que percorrem os melindres do cotidiano dessas mulheres, reverberando em seus corpos, subjetividades, no acesso à terra e aos direitos.

No capítulo 3, as vozes das mulheres rurais de Conceição do Almeida se amplificam ao narrarem suas histórias e modos de vida e sobrevivência no chão rural em que resistem. Essas narrativas visibilizaram uma história apagada e silenciada na historicidade da formação social brasileira, denunciaram como as estruturas violentas

do capitalismo-patriarcado-racismo e território atingem seus corpos, suas subjetividades e suas vozes.

Isso nos aproxima das particularidades das violências contra as mulheres rurais, reveladas pela recondução dos tecidos multifacetados oriundos da memória individual das mulheres rurais, que revelam uma realidade coletiva dos aspectos sociais e culturais do rural baiano. Os gestos, a fala, o silêncio, as lágrimas, o olhar esperançoso foram instrumentos comunicativos e de denúncias das opressões e violências que se encontravam no trabalho rural, no roçado do quintal de casa, na família, nos quartos, nas memórias de infância, nos direitos sociais ainda não vivenciados, nas vivências do racismo. As violências, em suas diversidades, formam um amaranhado de violações de direitos.

As narrativas também deram luz às resistências que foram construídas e vividas pelas mulheres rurais diante das violências que narraram. Há, em suas falas e gestos, um desejo do vir a ser que persiste em esperar o direito de sobreviver, de realizar sonhos e construir outros modos de vida, de se movimentar coletivamente e assim mover estruturas. Os corpos das mulheres rurais de Conceição do Almeida anunciaram e denunciaram processos de opressores, assim como ergueram a voz sobre processos de resistências e esperanças.

Com isso, a presente pesquisa enfatiza as estratégias que essas mulheres construíram para sobreviver e resistir diante da realidade cotidiana que vivenciam. Para Davis (2017, p. 25): “Não importa quão sombrio possa parecer o estado de coisas no nosso país, nós não fomos totalmente vencidas”. As resistências cotidianas foram forjadas pela esperança de outras vivências de potenciais afetivos, de sobrevivência e de garantias de direitos.

1. MULHERES E VIOLÊNCIAS NA SOCIEDADE DE CLASSES NO BRASIL

A voz de minha bisavó ecoou criança nos porões do navio. Ecoou lamentos de uma infância perdida.

A voz de minha avó ecoou obediência aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta no fundo das cozinhas alheias debaixo das trouxas roupagens sujas dos brancos pelo caminho empoeirado rumo à favela.

A minha voz ainda ecoa versos perplexos com rimas de sangue e fome.

A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes recolhe em si as vozes mudas caladas engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha recolhe em si a fala e o ato.
(Conceição Evaristo, Vozes-Mulheres, 2017)

O presente capítulo tem o objetivo de apresentar, no desenvolvimento das relações sociais brasileiras, a história das mulheres, a história da sociedade de classes no rural brasileiro no interior da constituição das forças produtivas e reprodutivas das mulheres, visibilizando as intersecções de estruturas enviesadas na sociabilidade capitalista-patriarcal-racista.

Para conduzir esta reflexão, serão apresentadas as condições sociais e econômicas que marcaram a vida das mulheres brasileiras nos diferentes processos de desenvolvimento das forças produtivas no Brasil, estabelecendo, como marco de análise temporal, o período do colonialismo-escravocrata às novas formas capitalistas na contemporaneidade, que não se constituem etapistas e, sim, processos de rupturas e continuidades à brasileira.

Esse processo de historicidade socioeconômica será transpassado pelo destaque às condições de existência e resistência a que as mulheres eram submetidas, destacando a violência como engrenagem do grande maquinário que é a sociabilidade capitalista burguesa. Assim, serão destacadas as violências contra as mulheres nos diferentes processos de desenvolvimento das forças (re)produtivas, possibilitando a compreensão das maneiras como se definiram as relações sociais entre homens e mulheres.

A estrutura analítica-reflexiva deste capítulo se desenvolverá, inicialmente, a partir da apresentação do contexto histórico do colonialismo, suas implicações econômicas e subjetivas na vida das mulheres, suas funções sociais e produtivas já

apropriadas como condições biológicas, invisibilizando o gênero quando necessário para o desenvolvimento colonial e visibilizando sexualmente seus corpos e subjetividades quando as apropriações se tratava de dominação total de suas humanidades. Em seguida, o destaque será dado às condições a que eram submetidas as mulheres escravizadas, no sentido da escravização enquanto meio de produção e nos aviltamentos a que os “corpos de cor” eram estrategicamente torturados.

Além disso, serão discutidos: o processo de modernização da mercantilização da força de trabalho feminina e seu desenvolvimento nas fábricas, com a Revolução Industrial, a urbanização e a introdução dos maquinários; a divisão sexual e racial do trabalho e suas novas formas de expropriação capitalista, significando as características do capitalismo brasileiro e do Estado Burguês conservador.

1.1 Gênero, raça e violência na sociedade de classes

No movimento de apreensão das particularidades da violência contra as mulheres rurais no Recôncavo da Bahia, faz-se necessário reconstruir a trajetória dessa realidade, que, inicialmente, apresenta-se como um emaranhado-caótico nas teias mediadoras do tecido social. Iniciemos, assim, o descortinar das várias determinações nas quais o presente estudo se encontra inserido, caminhemos nas direções aproximativas às relações que se operam no interior da complexidade da realidade das violências contra as mulheres rurais no Brasil.

A perspectiva teórico-metodológica da interseccionalidade também expressa um compromisso com as aproximações relacionadas à totalidade social, permitindo-nos apreender as diferentes formas em que as intersecções de gênero, raça e classe e outros marcadores de opressões se estruturam e se demarcam na constituição do tecido social, que forjam sistematicamente opressões, que se destacam em determinados contextos sócio-históricos e políticos, atribuindo, assim, particularidades à formação social brasileira. Segue-se, pois, uma proposta de compreender um conjunto de ideias e de práticas que sustentam que gênero, raça e classe não podem ser compreendidos isoladamente, pois articulam dinâmicas que produzem realidades materiais desiguais e experiências sociais distintas.

Uma das primeiras reflexões sobre os modos de vida femininos e suas significações se iniciam com as teorizações de Simone de Beauvoir, uma filósofa

francesa que tem como uma das principais obras *O Segundo Sexo*, na qual demonstra que a mulher não é definida a partir de si, e sim através dos olhos e das determinações do homem; vista como objeto e não como sujeito em uma relação.

Dessa forma, pensar o constante processo de construção do ser mulher nos provoca a dialogar com Simone de Beauvoir, em suas teorizações construtivistas sobre o assunto, ao afirmar que não se nasce mulher, torna-se mulher; enfatizando que esse tornar-se, processualmente, é sempre estabelecido como se ela fosse o outro do homem. Judith Butler (2003, p. 29), comentando sobre esse conceito, afirma: “As mulheres são o negativo dos homens, a falta em confronto com a qual a identidade masculina se diferencia”. Com isso, elas não são um ser para si, mas sempre um ser em diferença ao outro, aquilo que o homem não é.

Pioneira nos estudos de gênero, mesmo não utilizando este termo, Beauvoir demonstra que ser homem ou ser mulher consiste numa aprendizagem e não se baseia exclusivamente no aspecto natural/biológico. O que ocorre, na verdade, é uma construção social: “[...] a humanidade se reparte em duas categorias de indivíduos, cujas roupas, rostos, corpos, sorrisos, atitudes, interesses, ocupações são manifestas diferentemente” (BEAUVOIR, 1970, p. 15). Nesta perspectiva, Joan Scott (1995) destaca que gênero é uma categoria de análise histórica e, com isso, na busca teórica em compreender por quem são contadas as histórias das mulheres e qual posição estas ocupam, realiza uma diferenciação entre os termos “histórias das mulheres” e “gênero”:

Enquanto o termo história das mulheres proclama sua posição política ao afirmar que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo gênero inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça. Esse uso do termo gênero constitui um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca pela legitimidade acadêmica para os estudos feministas, nos anos 80 [...] gênero tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. (SCOTT, 1995, p. 75)

O gênero estrutura a percepção e a organização da vida social de tal forma que influi na concreticidade e na simbologia das construções e distribuições do poder. Assim, legitima e estabelece as relações sociais e as estruturas hierárquicas e desiguais da natureza relacional entre homem e mulher. A autora sugere que “o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjugação com uma visão de

igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça” (SCOTT, 1995, p. 93), já apresentando sua perspectiva interseccional das opressões que estruturam as relações sociais e as relações de gênero.

Judith Butler (2003), em sua obra *Problemas de Gênero*, problematiza a existência de uma visão unívoca sobre as mulheres, considerando que esse discurso universal sobre o ser feminino não deve existir, isto porque, se alguém é uma mulher, isso certamente não é tudo o que ela é. De acordo com a filósofa, “[...]o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas” (BUTLER, 2003, p. 20). Essa pretensão universal discursivamente concebida coloca em conflito as contradições em que estão envolvidas as violações e violências sofridas pelas mulheres em suas singularidades, debruçando-se, também, em uma noção reducionista de um patriarcado¹⁰ universal, que não considera as mediações particulares do tempo, da história e dos contextos socioculturais.

Diante das contribuições teóricas sobre gênero e patriarcado acima expostos, Grada Kilomba (2019) coloca em tela a reflexão teórica com embasamento e crítica a Simone de Beauvoir no que se refere à construção da Outricidade¹¹ referente à mulher, compreendendo que esta não se identifica como tal a partir de si, mas em comparação ao homem, como indica Simone de Beauvoir (1970): a mulher é o outro. Para Kilomba (2019, p. 56), a mulher negra é o “Outro do Outro”, pois:

As mulheres negras foram assim postas em vários discursos que deturpam nossa própria realidade: um debate sobre o racismo onde o sujeito é homem negro; um discurso de gênero onde o sujeito é a mulher branca; e um discurso sobre a classe onde “raça” não tem lugar.

Kilomba (2019) patenteia, assim, que a intersecção gênero e raça apresenta a identidade da mulher negra em dois binarismos que são classificados sob a égide das

¹⁰ Sobre o patriarcado, Saffioti (2015, p. 145) destaca que: “O gênero carrega uma dose apreciável de ideologia. E qual é esta ideologia? Exatamente a patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. É a esta estrutura de poder, e não apenas a ideologia que a acoberta, que o conceito de patriarcado diz respeito”.

¹¹ Em *Memórias de Plantação*: episódios de racismo cotidiano, Grada Kilomba (2019) reivindica o lugar de oposição da “Outricidade”, propondo-se a realizar, através da memória, do colonialismo e do trauma, a necessidade de “tornar-mo-nos-sujeitos”, não mais permitindo que a realidade das mulheres negras seja definida e criada por Outros, afinal, sujeitos, diferentemente de objetos, têm o direito de definir suas realidades, nomeando suas histórias.

opressões e das violências. Com isso, ser mulher do binarismo mulher/homem já a coloca como o outro da relação social patriarcal, interseccionado ao ser negra no binarismo branco/negro, que posiciona “o outro do outro” nas relações racializadas no Brasil, que se faz na tela da violenta e sexista miscigenação¹².

Raça é um conceito relacional e histórico. Sua história é a história de como a sociedade contemporânea se constitui política, econômica e culturalmente. Para Sílvio Almeida (2019, p. 30-31), a raça se percebe a partir de duas questões centrais: “1- *como característica biológica*, em que a identidade racial será atribuída por algum traço físico, como cor da pele, por exemplo; 2. *como característica étnico-cultural*, em que a identidade será associada à origem geográfica, à religião, à língua ou outros costumes [...]”.

De acordo com Stuart Hall (2009), a categoria “raça” não é uma determinação científica, visto que as diferenças atribuíveis à “raça” numa mesma população são tão grandes quanto aquelas encontradas entre populações racialmente definidas. Nesse sentido, “raça” é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo (HALL, 2009, p. 66).

Sobre a relação raça/classe e a mestiçagem como mecanismos de aniquilação da identidade negra e afro-brasileira, Munanga (1999)¹³ tece algumas contribuições, pois, apresenta a identidade negra afro-brasileira a partir da análise das relações étnico raciais, caracterizando que a ampla mestiçagem que ocorreu no Brasil contribuiu para a evolução das atitudes racistas deste país, destacando um modelo racista universal imperante sobre a crença em uma democracia racial que compõe a identidade nacional em amplo conflito com a identidade negra.

No Brasil, a percepção da cor e outros traços negróides é “gestáltica”, dependendo, em grande parte, da tomada de consciência dos mesmos pelo observador, do contexto de elementos não-raciais (sociais, culturais, psicológicas, econômicas) e que estejam associados – maneiras, educação sistemática, formação profissional, estilo e padrão de vida – tudo isso obviamente ligado à posição de classe, ao poder econômico e à socialização daí decorrente. (MUNANGA, 1999, p. 88)

¹² Processo histórico que será aprofundado no próximo tópico.

¹³ Munanga(1999) em sua obra intitulada: Rediscutindo a mestiçagem no Brasil, reabre o estudo sobre a mestiçagem no Brasil realizando uma revisão de literatura sobre as conceituações teóricas da mestiçagem, seus efeitos e consequências para a construção da identidade negra brasileira, e a crítica a democracia racial.

São nessas circunstâncias que a identidade racial brasileira foi e continuamente vem sendo formada, em bases movediças, com a possibilidade de transitar nas classificações raciais brasileiras, baseadas na cor, no que se vê e se fala, em que a identificação de classe pode interferir na transição da identificação racial. Nessa direção, Almeida (2019, p. 21) afirma que “O racismo se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade”. E são nessas entranhas que as intersecções da realidade brasileira gestam desigualdades sociais, raciais e de gênero, que, na pirâmide hierárquica, como define Angela Davis (2016), encontram-se as mulheres negras desprovidas dos meios de (re)produções.

Nessa reflexão, Sueli Carneiro (2011, p. 63) demarca, na realidade brasileira, a formação da identidade das mulheres negras, salientando que “a nossa identidade se definiria pela impossibilidade de defini-la”. Acredita a autora que a miscigenação gestou uma ausência de identidade racial ou confusão racial no imaginário dos brasileiros; gestou, criou e acompanha a fase adulta do mito da democracia racial, que transforma o abuso sexual, o estupro e a violência contra as mulheres negras escravizadas em intercuro sexual como indicativo de tolerância e harmonia racial.

Na esfera das relações de gênero, esses processos se expandem por todo corpo social, demarcando o modo de produção capitalista, em seu atual estágio monopolista, na seguinte dinâmica: quanto mais sofisticado for o método de exploração do capitalismo, mais este utiliza da dominação de gênero que as mulheres já eram e ainda são alvos. Assim, é possível demarcar que “não há, de um lado, a dominação patriarcal, e de outro, a exploração capitalista” (SAFFIOTI, 2015, p. 147).

[...] desde seus inícios, a exploração econômica da mulher faz-se conjuntamente com o controle de sua sexualidade [...] é obvio que este fato preexistiu, de longe, à emergência do capitalismo; mas este se apropriou desta desvantagem feminina, procedendo com todas as demais da mesma forma. Tirou, portanto, proveito das discriminações que pesavam contra a mulher e assim continua procedendo. (SAFFIOTI, 1969, *apud* SAFFIOTI, 2015, p. 138)

O processo de organização do capitalismo na formação social e cultural brasileira desvela as particularidades das construções objetivas e subjetivas das mulheres brasileiras, que negociavam seus modos de vida. Dessa forma, encontra-se em tela a dimensão histórico-concreta do que se entende por modo de produção nas

incongruências do processo de colonização, escravatura e modernização capitalista na contemporaneidade, desenvolvidas na formação da sociedade brasileira.

1.2 As mulheres na sociedade de classes à “brasileira”: da escravidão à contemporaneidade

Por meio de aportes teóricos críticos e aproximações acerca da realidade concreta das brasileiras, na emergência da sociedade de classes que se formou/consolidou com o avanço do desenvolvimento capitalista, apresentaremos neste tópico uma análise sobre a posição social, econômica e política das mulheres no processo de formação histórica e econômica do Brasil, destacando a constituição do Estado Brasileiro e suas principais intervenções no que se refere à reprodução da força de trabalho feminina e às perspectivas de direito a elas destinadas. Assim, identificar o lugar social e econômico das mulheres na sociedade de classe “à brasileira” é, também, identificar as formas que compõem a sociedade de classes e o Estado.

Na sua obra *Contribuição para a crítica da Economia Política*, Marx (2008) em um profundo estudo do sistema econômico burguês enfatiza que as formas de Estado têm raízes nas relações materiais das existências. Para ele, são as relações econômicas que explicam o surgimento do Estado, sua natureza e seu caráter, de tal forma que se pode dizer que o Estado é essencial para a estrutura econômica, pois ele a garante. Nesse sentido, o Estado capitalista tem garantido o predomínio das relações de produção, contribuindo com a reprodução ampliada do capital e a acumulação capitalista. O Estado torna-se parte integrante das relações de produção, mas também é determinado por estas.

As relações econômicas aí demonstradas sinalizam os primeiros passos para desvelar as diferentes posições que os gêneros ocupam nas relações de produção (escravista, feudal, capitalista). Segundo Friedrich Engels (1979), compreender essa diferenciação permite entender a natureza classista da formação do Estado, destacando que a conexão histórica entre família, propriedade e Estado dão as bases sócio-históricas e econômicas para entender o Estado moderno capitalista e sua relação com a posição social das mulheres.

Para Engels (1979), a formação da sociedade e da família são questões que caminham juntas, tendo em vista que as formas primitivas de sociedade eram

regulamentadas segundo as relações sexuais, que, com o desenvolvimento das produções capitalistas, iniciou-se a divisão sexual do trabalho, que propiciou o surgimento da propriedade privada e do patriarcado¹⁴.

Nas sociedades pré-capitalistas, a produção de alimentos destinava-se à subsistência, um trabalho comunitário que se direcionava a toda a comunidade. Predominava-se uma divisão sexual do trabalho com a coleta (realizada pelas mulheres) e a caça (praticada pelos homens)¹⁵. Com a domesticação de animais (atividade masculina) e a diferenciação da maneira como as famílias se apropriavam de suas propriedades (terra e animais), devido ao desenvolvimento dos meios produtivos, demarcou-se uma mudança no papel social da mulher: de autônoma para um ser subordinado, pertencente a uma relação econômica. Nesse cenário o homem tornava-se o proprietário e sua esposa e filhos dependentes e subordinados a ele.

É consistente a concepção de que, junto a essa produção que se destina à troca, atrelaram-se a propriedade privada e as desigualdades de gênero. Por conseguinte, criou-se espaço para a instauração de uma relação de poder, em que o privilégio estava sob comando masculino. Assim, “[...] a relação de dominação tornou-se predominante: o homem passou a dominar; a mulher, a ser dominada. Estava plantada a semente da violência no seio das relações de gênero” (HERMANN, 2007, p. 52). A própria existência de uma relação em que existe um que domina e outro que é dominado já indica uma violência.

Nessa linha teórica, Engels (1979) sinaliza que o desenvolvimento da economia propiciou o surgimento das diferenciações econômicas, o que desencadeou uma “crise de *gens*”, isto é, uma crise no ordenamento da descendência familiar, sendo necessária a organização do Estado, devido ao grau de desenvolvimento econômico que insurgia e suas consequências na divisão da sociedade de classes. Com isso, as novas relações materiais apontavam a necessidade do Estado, diante das

¹⁴ “Com a formação da propriedade privada, afirma-se também a descendência por linha paterna, ou patriarcado: a sucessão da herança é do pai para filho. Começa, nessa época, a subordinação da mulher. Cria-se uma ordem patriarcal da sociedade, a família baseada na autoridade do pai” (GRUPPI, 1986, p. 29).

¹⁵ “O protagonismo feminino de então estava atrelado a dois fatores distintos, mas interligados. O primeiro era a forma de subsistência [...] o segundo era o poder gerador de vida da mulher [...] nem homem nem mulheres conheciam o papel masculino na procriação [...]. A diminuição da oferta exuberante de frutos na natureza e a necessidade de ampliar a posse de terras cultiváveis tornaram necessárias caçadas a grandes animais e lutas por mais territórios, tarefas que exigiam força, resistência, agressividade, atributos naturais dos machos. Paulatinamente, a hegemonia masculina foi se instalando. [...] há aproximadamente vinte mil anos, quando os homens descobriram sua função reprodutora, intensificou-se a afirmação do patriarcado” (HERMANN, 2007, p. 48-51).

diferenciações nas relações de produção, nas discrepâncias da posição dos homens nessas relações, aqui podemos destacar: os escravos, os proprietários de escravos, os proprietários de terra e seus trabalhadores. Esta diferenciação e oposição das subjugações davam forma as classes sociais e assim a luta de classes.

Nessa direção, Engels (1979, p. 22) afirma que “[...] o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia e a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino”. Eis a necessidade de analisarmos as relações estabelecidas no âmbito da sociedade de classes, no entendimento dos papéis sociais, culturais e econômicos das mulheres, enquanto trabalhadoras e constitutivas da engrenagem do desenvolvimento do capitalismo. Como sinaliza Fernandes (2008b, p. 23), o capitalismo destaca-se para além de uma única realidade a qual comumente é relacionado: a econômica. Ele envolve, também, a realidade sociocultural.

1.2.1 Colonialismo: um “empreendimento” de dominações e apropriações

A condição de Colônia de Portugal é parte da origem da formação social e cultural brasileira. As grandes navegações realizadas pelos portugueses atuaram na busca de expansão¹⁶ geográfica e de mais explorações, com o objetivo de atender aos interesses econômicos e comerciais da Metrópole, ou seja, do mercado externo, que tinha nas colônias brasileiras a fonte das exportações, da matéria-prima. Isso porque a Europa Ocidental encontrava-se em crise econômica e precisava se expandir. Via de regra, colonizaram e expropriaram vidas, terras, subjetividades e culturas.

¹⁶ A expansão representava para Portugal, “lembramos que, no início do século XV, a expansão correspondia aos interesses das classes, grupos sociais e instituições que compunham a sociedade portuguesa. Para os comerciantes, era a perspectiva de um bom negócio; para o rei, era a oportunidade de criar novas fontes de receita numa época em que os rendimentos da Coroa tinham descido muito, além de ser uma boa forma de ocupar os nobres e motivo de prestígio; para os nobres e os membros da Igreja, servir ao rei ou servir a Deus, cristianizando ‘povos bárbaros’, resultava em recompensas e em cargos cada vez mais difíceis de conseguir nos estreitos quadros da metrópole; para o povo, lançar-se ao mar significava sobretudo emigrar, a tentativa de uma vida melhor, a fuga de um sistema social opressivo. Dessa convergência de interesses só ficavam de fora os empresários agrícolas, para quem a saída de braços do país provocava o encarecimento da mão-de-obra. Daí a expansão ter-se convertido em uma espécie de grande projeto nacional, ao qual todos ou quase todos aderiram e que atravessou os séculos” (FAUSTO, 2016, p. 10-11).

Os instrumentos de administração da Colônia no Brasil correspondiam aos seguintes: a Coroa, pois a colônia tornou-se, pela invasão e apropriação, um bem real; os administradores locais, que faziam cumprir o que era determinado pela Coroa; e aqueles que tinham a posse das terras. Em todo esse cenário a lógica inserida era a do lucro.

Nesse processo, a primeira forma de distribuição das terras surgiu com as capitanias hereditárias, em que a Coroa destinava grande parte das terras aos donatários, membros da nobreza portuguesa. Estes repartiam e distribuíaam parcelas dessas capitanias, as chamadas sesmarias, entregando àqueles que tinham recursos para explorá-las. Segundo Stédile (1997, p. 9): “Essa situação explica a opção pelo latifúndio monocultor, que caracterizou a economia e a sociedade brasileira por vários séculos, sustentado pela mão de obra escrava indígena e africana”. O passado colonial da América Latina abre caminhos para compreendermos a função que desenvolvemos na produção e reprodução capitalista em desenvolvimento na Europa, assim como refletir sobre o momento histórico em que a questão agrária deixa de ser central para os povos originários e passa a ser a base produtiva dos proprietários privados, os povos invasores.

Assim, Fernandes (2008b, p. 24) denomina a colonização do Brasil como “empreendimento colonial português”, apresentando suas intencionalidades e significações sociais:

A “colonização” do Brasil coincidiu com as etapas finais da crise do mundo medieval na Europa e com a elaboração concomitante das formas sociais que floresceram sobre seus escombros. De outro, que o empreendimento colonial português não acarretava, nem podia acarretar, a transplantação dessas formas sociais em elaboração, com suas tendências históricas características. Ao contrário, a própria “colonização” pressupunha, em terras brasileiras como em outras plagas, a revitalização do regime estamental, graças à simbiose entre grande plantação, trabalho escravo e expropriação colonial.

O regime de castas e os estamentos demarcavam as bases econômicas e sociais da transformação dos senhores rurais em aristocracia agrária. Nesse sentido, o poder moderador do monarca (paternalista) reiterava o monopólio do aparelho estatal no que se refere aos proprietários de escravos, os senhores de engenhos, proprietários de terras.

O século XVIII é marcado pela criação do Governo Geral¹⁷, a partir do qual se inicia a colonização e o processo de povoamento das colônias; os colonos portugueses, que no Brasil atracavam, apresentavam-se como empresários comerciais e não como trabalhadores. Assim, estava instaurada a necessidade de mão de obra, devido à escassez da força de trabalho¹⁸. A compulsoriedade era a necessidade daquele contexto, estando a escravidão como forma de labor dominante (FAUSTO, 2016, p. 24).

No Brasil a forma legítima de exploração do trabalho era a escravidão, negros, negras e mestiços encontravam-se privados do direito a herança; segundo Martins (1980, p.71), estes foram os primeiros posseiros, que encontravam-se em busca de novos territórios para ocupar, pois o anterior já não garantia sua permanência. Para o autor os posseiros: “eram os marginalizados da ordem escravista que, quando alcançados pelas fazendas e sesmarias dos brancos, transformavam-se em agregados para manter a sua posse enquanto fosse conveniente ao fazendeiro”. Neste período, a escravidão vigorava enquanto negócio rentável, com a comercialização de negras e negros¹⁹, que se tornavam uma força de trabalho já utilizada no contexto do capitalismo comercial, que se desenvolvia na relação colônia e metrópole.

Enquanto estavam em vigor as sesmarias o meio legítimo de ocupação do território era por meio da “concessão real”, em uma dinâmica racialmente seletiva, destinado aos senhores de terras e senhores de escravos. As formas de ocupação do território evidenciavam os regimes desiguais de ocupação da terra e assim as

¹⁷ “A instituição do governo-geral iria representar um passo importante na organização administrativa da colônia. Tomé de Sousa - um fidalgo com experiência na África e na Índia - chegou à Bahia acompanhado de mais de mil pessoas, inclusive quatrocentos degredados, trazendo com ele longas instruções por escrito. As instruções revelam o propósito de garantir a posse territorial da nova terra, colonizá-la e organizar as rendas da Coroa. Foram criados alguns cargos para o cumprimento dessas finalidades, sendo os mais importantes o de ouvidor, a quem cabia administrar a justiça, o de capitão-mor, responsável pela vigilância da costa, e o de provedor-mor, encarregado do controle e crescimento da arrecadação” (FAUSTO, 2016, p. 20).

¹⁸ Por força de trabalho, entende-se a capacidade – física e mental – de trabalho que existem no ser social, que se encontra em interação e movimento no ato de produzir valor de uso; constitui-se enquanto uma mercadoria no mercado das produções, circulação e acumulação de capital “na medida em que é colocada à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho” (MARX, 2013, p. 313). Com isso, “o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor. Porém, a força de trabalho só se atualiza por meio de sua exteriorização, só se aciona por meio do trabalho” (Ibid., p. 317).

¹⁹ Sobre isso, Fausto (2016, p. 30) analisa que “o comércio internacional de escravos, trazidos da costa africana, era em si mesmo um negócio tentador, que acabou se transformando no grande negócio da Colônia. Portugueses, holandeses e brasileiros, estes na fase final da Colônia, disputaram o controle dessa área. O tráfico representava, pois, uma fonte potencial de acumulação de riqueza e não apenas um meio de prover de braços a grande lavoura de exportação”.

desigualdades sociais que posicionavam o fazendeiro como homem de condições e o posseiro sem lugar na sociedade, marginalizado.

Para Saffioti (1979, p. 160), Portugal recorreu a um tipo específico de colonização que representava a tentativa de estruturar no Brasil uma dominação patrimonial em uma dinâmica de constante extração e apropriação; considerava-se, pois, caracterizar a estrutura de poder da sociedade colonial brasileira como estatal-patrimonial.

Com a evolução da estrutura econômica da colônia, as ordenações estatais iam perdendo terreno para a dominação patriarcal, através dos “funcionários patrimoniais”. Com isso, Saffioti (1979, p. 161) direciona que a dominação da sociedade brasileira começava a se caracterizar com tendências a uma dominação patrimonial-patriarcal. Isso porque estavam em jogo os interesses econômicos dos empresários que começavam a divergir com o Estado Patrimonial Estamental²⁰. Assim, a instância patriarcal viabilizava o desenvolvimento das relações capitalistas de produções, pois se voltava às regras e ditames do mercado externo. Adentrava-se, assim, nas formas patrimoniais-patriarcais de moldar a posição social das mulheres.

Os tabus sexuais, que cercavam a mulher na época colonial, mantinham-se graças a verdadeiras ameaças, que variavam desde o constrangimento físico até as sanções hierocráticas. Privando mesmo a mulher do exercício do direito à propriedade, a sociedade colonial brasileira aliou à divisão da população em castas a estratificação social na linha do sexo. Esse rígido sistema de constrangimento, físico e moral do elemento feminino, criado e mantido pelo androcentrismo da família patriarcal, marcou profundamente a vida e a mentalidade da mulher brasileira. (SAFFIOTI, 1979, p. 175)

Esse sistema de constrangimento físico e moral do feminino e a hierarquização delimitada das faculdades humanas das mulheres inicia uma instrumentalização histórica de seus corpos, com o objetivo de consolidar o poder patriarcal e a exploração do trabalho feminino²¹. As mulheres se constituíam propriedades daqueles

²⁰ “O Estado português na época de colonização é um Estado absolutista. Em teoria, todos os poderes se concentram, por direito divino, na pessoa do rei. O reino - ou seja, o território, os súditos e seus bens - pertence ao rei, constitui seu patrimônio. Trata-se, pois, de um Estado absolutista, qualificado pelo patrimonialismo” (FAUSTO, 2016, p. 30).

²¹ A dependência das mulheres em relação aos homens na comunidade servil estava limitada pelo fato de que, sobre a autoridade de seus maridos e de seus pais, prevalecia a autoridade dos senhores, que

que se fizeram seus senhores, enquanto estes colonizaram, em forma de violências e torturas, seus corpos, afetos, força de trabalho, maternidade e subjetividades. Assim, com a colonização, da mesma forma que a terra deixou de ser expressão da diversidade de vida para tornar-se recurso do capital, “o mesmo aconteceu com os sujeitos sociais, humanos, colonizados e transformados em recursos humanos de alguém” (TRANSPADINI, 2018, p. 1701).

Com isso, a colonização do Brasil tem caráter predatório, diante das formas de ocupação desse território e as explorações dos potenciais recursos (homens, mulheres, natureza etc.) nele presentes. Esse controle predatório era realizado pelo Estado que se formava à época, este tinha o papel fundamental de garantir a soberania portuguesa sobre a Coroa, estabelecendo o tipo de relação que existiria entre Metrópole e Colônia, por meio da autoridade que se firmava.

No entanto, as atividades econômicas de plantação de cana de açúcar, tabaco e algodão, sem os investimentos necessários, seguiam um ciclo de esgotamento, o que provocou a realização de acordos com a Inglaterra, abertura dos portos, fim do exclusivismo colonial²² e as primeiras investidas na direção da Independência. O colonialismo brasileiro divergia no contexto da economia mundial, que se industrializava. Fernandes (2008b, p. 26) já destacava que países dependentes que estavam vinculados com a expansão do mundo ocidental moderno, como era a situação do Brasil, só iniciam a estruturação econômica e social para adentrar o capitalismo com a ruptura do antigo regime colonial, no caso brasileiro, uma ruptura conservadora.

O colonialismo desenvolveu modos particulares de produção social e, de forma dialética, engendrou as estruturas do capitalismo dependente, à brasileira, que realizou um movimento de superação conservadora como forma de manter a dominação imperialista de duas importantes questões das nossas colônias – a terra e o trabalho – como potencialidades das superexplorações. Com isso, a colonização

se declaravam em posse das pessoas e da propriedade dos servos e tentavam controlar cada aspecto de suas vidas, desde o trabalho até o casamento e a conduta sexual (FEDERICI, 2017, p. 52).

²² “No âmbito dessa política, as colônias deveriam contribuir para a auto-suficiência da Metrópole, transformando-se em áreas reservadas de cada potência colonizadora na concorrência internacional com as demais. Para isso era preciso estabelecer uma série de normas e práticas que afastassem os concorrentes da exploração das respectivas colônias, constituindo o sistema colonial. O eixo básico era o ‘exclusivo’ metropolitano, ou seja, a exclusividade do comércio externo da colônia em favor da metrópole [...]. O ‘exclusivo’ colonial teve várias formas: arrendamento, exploração direta pelo Estado, criação de companhias privilegiadas de comércio beneficiando determinados grupos comerciais metropolitanos etc.” (FAUSTO, 2016, p. 27).

engendrou anos de pilhagem, extrativismo, espoliações, grandes e pequenos proprietários de terras, seres sociais que não tinham nenhuma terra e a drenagem das riquezas e recursos. A nossa acumulação primitiva se constitui com essas marcas inerentes à acumulação capitalista (TRANSPADINI, 2018, p. 1702).

Vivemos uma colonialidade que seleciona e marca as vidas descartáveis e o principal trabalho da colonização é descivilizar o colonizado. Existia, pois, no Brasil, o que Maria Lugones (2007) já sinalizava: uma colonialidade do gênero no âmbito da desqualificação racial, mas também de determinação sexual, que perpassava a subjugação dos colonizados sob os colonizadores. As formas do ser social²³ se operaram pela violência, pela servidão e pela escravização, em um projeto civilizador colonial.

1.2.2 Escravidão e Miscigenação: violências reminiscentes

A escravidão no Brasil nos revela as condições de vida de homens negros e mulheres negras escravizados/as. Nesse sentido, o historiador Clóvis Moura (2019) nos apresenta, em sua obra *Sociologia do Negro Brasileiro*, a importância de demarcarmos as singularidades e particularidades do sistema escravista no Brasil e a invisibilidade crítica e teórica dessa dinâmica dialética que sinaliza um atraso teórico. O autor considera algumas particularidades que diferem o Brasil dos demais países da América Latina, como, por exemplo, a longevidade na duração do escravismo, não só pela sua cronologia, mas pelas transformações técnicas, sociais e econômicas que provocou, principalmente no âmbito da economia mundial, que constituiu o terreno necessário para a transição da exportação de mercadorias para a exportação de capitais (MOURA, 2019, p. 260).

A situação do escravizado também apresentava particularidades regionais. No Nordeste, essa população poderia possuir objetos de uso pessoal, mas existiam restrições: “o que ele não tinha e não podia ter era a posse do seu próprio corpo, que era propriedade do seu senhor. Essa é a condição básica que se sobrepõe a qualquer

²³ Silva (2016, p. 142) destaca que “A negação do outro – indígena e africano – deve ser analisada, mormente, a partir do despojamento do ser, enquanto ser social. A negação da língua, da cultura, da história e a consequente redução do sujeito à mercadoria foram, aos poucos gerando o processo civilizador colonial, marcado pela raça, matriz geradora da sociogênese e psicogênese, que estão impregnadas na pele e nas identidades e subjetividades de milhões de homens e mulheres, herdeiros desta história”.

outra para definir-se a situação do escravo” (MOURA, 2019, p. 261). Esse nível de dominação e alienação de um ser humano sobre o outro revela o conteúdo social, político, econômico e cultural das particularidades das reações sociais e raciais constituídas nesse período.

Segundo o autor, desenvolvia-se, assim, um “latifúndio escravista” – forma fundamental de propriedade, constituído pela consolidação do trabalho escravo, pela classe senhorial, que são os donos de escravos e de terras e grandes exportadores, estes realizavam uma dominação econômica e extraeconômica com os escravizados, de maneira sub-humana, com proporções extremas de exploração, níveis de repressão cruéis.

A estruturação social e econômica brasileira²⁴, no período colonial-escravocrata, desenvolveu-se sob a assimetria das relações senhor-escravo. Estas recebiam os moldes da escravidão e da miscigenação. As divisões no exercício do trabalho se diferenciavam no âmbito sexual e racial, que expressavam as relações de dominação e de apropriação que o trabalho escravo representava.

Nem mesmo entre os escravos deixaram de existir distinções. Algumas se referiam ao trabalho exercido, pois havia diferenças entre servir na casa-grande ou trabalhar no campo, ser escravo na grande propriedade ou "escravo de ganho" nas cidades [...]. Uma coisa era o preto retinto em um extremo e o mulato claro em outro. Em geral, mulatos e crioulos eram preferidos para as tarefas domésticas, artesanais e de supervisão, cabendo aos escuros, sobretudo aos africanos, os trabalhos mais pesados. (FAUSTO, 2016, p. 32)

Estabelecia-se, pois, uma diferenciação na divisão do trabalho a partir da perspectiva racial, com ênfase na reprodução física e intelectual precária da força de trabalho negra. Nesse sentido, Saffioti (1979) indica que há inconsistências culturais na formação do sistema de “castas” no Brasil, destacando que para os papéis femininos essa inconsistência teve consequências de ordens diversas, uma das mais serias se encontram no âmbito dos papéis sociais e econômicos destinados as mulheres negras; a escrava cabia a função produtiva de bens e serviços, e o papel sexual exigidos pelos senhores coloniais.

²⁴ Prioritariamente no Nordeste Colonial, tinha como foco a produção de açúcar e outros derivados, o incentivo à produção de bens alimentícios como mandioca, a criação de gado. Uma outra atividade destinada à exportação foi o fumo; assim, “a grande região produtora localizou-se no Recôncavo baiano” (FAUSTO, 2016, p. 43).

Nesse contexto, a mulher negra escravizada vivenciava a exploração econômica em sua condição de trabalhadora, de mulher e como reprodução da força de trabalho. Além disso, complementava sua exploração o fato de serem alugadas pelos seus senhores para prestarem serviços sexuais a terceiros. A reprodução da força de trabalho se constituía como uma das explorações essenciais para a acumulação capitalista que se forjava e a miscigenação implementava as garantias necessárias para a reprodução da força de trabalho, sob as condições da violência sexual.

No Brasil, a miscigenação carrega em suas determinações a natureza da colonização portuguesa, que, em sua constituição, fez-se comercial e masculina; Portugal precisava de habitantes para colonizar o império que se encontrava recém conquistado. Como sinaliza Carvalho (2013, p. 21): “Miscigenar era uma necessidade individual e política [...] no caso das escravas africanas, o estupro era a regra”. Nesse sentido, o estupro, a violência e o controle dos corpos das mulheres faziam parte das estratégias de desenvolvimento econômico brasileiro. Esse processo transformou o estupro de mulheres negras escravizadas em intercurso sexual como indicativo de tolerância racial.

Para Gonzalez (1982, p. 92), na medida em que há uma divisão racial e sexual do trabalho, a existência de um processo tríplice de discriminação da mulher negra e o seu lugar na força de trabalho estarão definidos. O papel exercido por essas situações possuía um “caráter corrosivo” enquanto condição humana. Nessa direção, Davis (2016) apresenta uma análise importante sobre a história das mulheres escravizadas, em sua obra *Mulher, Raça e Classe*. Sobre os trabalhos a que eram submetidas, Davis indica que:

As mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras [...] as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas. (DAVIS, 2016, p. 17)

A identificação do trabalho como forma primária para entender o ser social em que se constitui as mulheres negras escravizadas contribui para demarcar as

condições materiais e subjetivas em que o trabalho escravo compulsório acontecia, gerando mudanças no âmbito das produções de materiais, como também gerando profundas mudanças naquelas que o realizava, pois as formas de sua realização envolviam a retirada de lucros daquilo que era produzido e dos abusos sexuais.

A violência tornava-se um meio de lucratividade e controle da força de trabalho. Sobre as formas punitivas a que eram submetidas, Davis (2016, p. 20) sinaliza que, como mulheres, as escravizadas se encontravam vulneráveis de forma inerente no âmbito da coerção sexual: “O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras” (ibid). Apresenta-se, na gênese do escravismo, a “irmandade” do sexismo e do racismo, que coloca a mulher negra diante das relações inter-raciais enquanto objeto.

As atividades sociais, econômicas e os abusos sexuais contra as mulheres negras aconteciam nas casas dos senhores, onde “as escravas faziam o serviço doméstico, amamentavam os filhos das sinhás, satisfaziam a concupiscência dos senhores” (CARVALHO, 2013, p. 20). Às mulheres brancas²⁵ foram relegados outros papéis subalternos, incomparáveis aos da mulher negra. Com isso, estava destinado àquelas, na casa grande, a manutenção do casamento, o zelo pelas atividades domésticas realizadas pelas escravizadas, o cuidado com os filhos considerados legítimos.

No entanto, como explicita Saffioti (1979, p. 142), na conjuntura em que se estabelecia o capitalismo comercial moderno, os escravos e escravas representavam uma mercadoria com capacidade de mobilizar capitais comerciais e de transformar “capital fixo” em meios de produção das explorações agrícolas voltadas à acumulação do capital. Porém, com o objetivo de garantir o desenvolvimento econômico do capital, o uso da mão de obra escrava começou a se apresentar como um obstáculo a esse desenvolvimento, que, no modo de produção capitalista, só se realiza por meio do assalariamento da mão de obra.

Com isso, Almeida (2019) realiza uma correlação entre trabalho escravo e trabalho assalariado, e as intencionalidades de suas rupturas e continuidades em prol de garantias de mais expansão, expropriação e acumulação:

²⁵ “À escravidão satisfazia não apenas às exigências do sistema produtivo, mas ainda àquelas impostas pela forma de colonização adotada e às de uma família branca na qual à mulher cabia, precipuamente, o papel de mãe da prole legítima” (SAFFIOTI, 1979, p. 167-168).

Poder-se-ia dizer que o racismo normaliza a superexploração do trabalho, que consiste no pagamento de remuneração abaixo do valor necessário para a reposição da força de trabalho e maior exploração física do trabalhador, o que pode ser exemplificado com o trabalhador ou trabalhadora que não consegue com o salário sustentar a própria família ou o faz com muita dificuldade, e isso independentemente do número de horas que trabalhe. (ALMEIDA, 2019, p. 172)

Há, então, uma dialética estrutural e integrativa entre trabalho assalariado e escravo, que mescla, na sociabilidade capitalista periférica e dependente, um complexo que controla e tortura corpos, e o racismo aí está incluído, pois a “institucionalização das diferenças raciais e de gênero garante que o trabalho seja realmente submetido ao capital, uma vez que o racismo retirará do trabalhador qualquer relevância enquanto indivíduo” (ALMEIDA, 2019, p. 181-182). Complementam esta análise as contribuições de Mbembe (2016) no que se refere às subjugações da vida ao poder da morte (necropolítica) nas relações de resistência, sacrifício, terror e genocídio. O teórico apresenta, assim, a realidade violenta à qual eram subjugados os escravizados e as escravizadas:

Como instrumento de trabalho, o escravo tem um preço. Como propriedade, tem um valor. Seu trabalho é necessário e usado. O escravo, por conseguinte, é mantido vivo, mas em “estado de injúria”, em um mundo espectral de horrores, crueldade e profanidade intensos. O sentido violento da vida de um escravo se manifesta pela disposição de seu supervisor em se comportar de forma cruel e descontrolado, e no espetáculo de dor imposto ao corpo do escravo. Violência, aqui torna-se um elemento inserido na etiqueta, como chicotadas ou tirar a própria vida do escravo: um ato de capricho e pura destruição visando incutir o terror. A vida de um escravo, em muitos aspectos, é uma forma de morte em vida. (MBEMBE, 2016, p. 131-132)

Nesse sentido, a mão de obra escrava é também objeto de violência e tortura, sujeita a ser transformada, trocada e substituída no âmbito das necessidades econômicas e políticas. Com isso, ainda que a força de trabalho escrava proporcione um sobretrabalho, um excedente de trabalho que era apropriado pelos empresários agrícolas, ou seja, possibilitava a acumulação, por outro lado não estava compatível com aquilo que é constitutivo do desenvolvimento pleno da economia capitalista: o salário.

Para o desenvolvimento capitalista, a força de trabalho é encarada como uma mercadoria, o seu valor é determinado de acordo ao tempo de trabalho que se é necessário para que se produza as demais mercadorias que mantêm a força de trabalho em ação; e os trabalhadores são pagos por meio do salário. Quando o capitalista compra a força de trabalho, utiliza-se da capacidade de trabalho desta mercadoria, mas esta tem algo que a diferencia das demais mercadorias, que é o fato de gerar um valor superior ao que ela realmente vale, mais valor/mais valia.

Nesse processo, Marx (2013, p. 745-746) apresenta a forma-salário e as diferenciações do trabalho escravo e do assalariado. Para o autor, o escravizado, em sua jornada de trabalho, ao realizar a reposição do valor de seus próprios meios de subsistência, quando trabalha para si, na verdade está atuando para seu senhor. Assim, tudo que é feito se configura como não pago. No entanto, no trabalho assalariado, até o mais-trabalho ou aquele considerado não pago aparece como pago. Ou seja: “no primeiro caso, a relação de propriedade oculta o trabalho do escravo para si mesmo; no segundo, a relação monetária oculta o trabalho gratuito do assalariado (ibid).

Tem-se, de forma escancarada, as bases da exploração e da dominação de uma classe sobre a outra, diante da separação do trabalhador dos seus meios de produção²⁶, o que demarca a transição conservadora do trabalho escravo-servil ao trabalho “livre”, ou seja, livres para se tornarem submissos e dependentes às determinações e necessidades materiais do capital. Já não era rentável para a exploração capitalista os gastos com a mão de obra escrava.

A Campanha Abolicionista se iniciava e abolir a escravidão do negro consistia em uma determinação do sistema capitalista de produção. Os brancos necessitavam transformar o trabalho escravo em trabalho livre²⁷, independente da constituição desses indivíduos em cidadãos²⁸, o que não se configurava uma preocupação do sistema capitalista e nem dos brancos empresários.

²⁶ “A burguesia emergente requer e usa a força do Estado para “regular” o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites favoráveis à produção de mais-valor, a fim de prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva” (MARX, 2013, p. 985).

²⁷ Para Martins (2017, p. 278): “A construção social do ideário de um/uma trabalhador/a negro/a incompatível com trabalho assalariado, demarca a instauração de um racismo nas relações de produção como condição necessária à produção do valor e da superexploração”.

²⁸ “A abolição ocorreu em condições que foram verdadeiramente ‘espoliativas’, do ponto de vista da situação de interesses dos negros. Esses perderam o único ponto de referências que os associava ativamente à nossa economia e à nossa vida social. Em consequência, viram-se convertidos em ‘párias’ da cidade” (FERNANDES, 2008a, p. 37).

A abolição representava a desintegração da ordem social escravocrata senhorial; como também a forma de constituição da sociedade de classes a partir das determinações “de fora”. Para a mulher negra e para a branca, a abolição apresentava significações diversas, pois as mudanças no sistema de estratificação em castas não foram acompanhadas pela mudança na estratificação que envolvesse as distinções de gênero. Esse processo de transição dos/as trabalhadores/as escravizados/as para trabalhadores/as livres²⁹ não garantiu a integração³⁰ destes/as à sociedade de classes que insurgia. Não houve socialização e assistência para os/as integrarem ao novo proletariado assalariado que se exigia.

Dessa forma, o processo de acumulação primitiva emerge elementos estruturais do capitalismo, que são o trabalhador livre e o capital. No entanto, em termos de Brasil, Gonzalez (2020, p. 25-26) destaca algumas particularidades, pois essa transição não significou transformações estruturais no setor agrário, ao contrário, no que se refere ao capital, nossa inserção dependente do mercado mundial, principalmente no âmbito da produção de alimentos e de matéria prima, constituiu determinantes como: as pilhagens no princípio e o comércio exterior a posterior. No que se destina ao trabalhador livre, a pensadora destaca que:

Quanto ao elemento “trabalhador livre”, também aqui se constata fatores deformadores do seu processo de formação, uma vez que uma série de vínculos característicos de formas produtivas anteriores, ainda se mantém em grande parte no setor rural. [...] a presença atual, em diferentes expressões do capital comercial relacionado a formas pré-capitalistas de exploração da mão de obra articula-se (em graus de maior ou menor complexidade) com o setor hegemônico da economia e de maneira proveitosa para este último”. (ibid, p. 26)

O advento do trabalho livre ganhou adensamento com os processos de imigração, no entanto, ele não ocorreu de forma igual para o escravizado, para o

²⁹ Para Marx (2013, p. 963), “esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência [...]. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo”.

³⁰ “A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo da assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por: “sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva” (FERNANDES, 2008a, p. 29).

imigrante europeu. Martins (2010) destaca que, para o primeiro, houve o ganho da propriedade da sua força de trabalho, sendo este o único bem que lhe restou; enquanto o segundo foi despojado da propriedade que não era sua força de trabalho, esta que só era alcançada com a libertação. A abolição descartou a população escravizada, assim, “o resultado não foi apenas a transformação do trabalho, mas também a substituição do trabalhador, a troca de um trabalhador por outro. O capital se emancipou, e não o homem” (MARTINS, 2010, p. 10).

O referido autor apresenta também as principais diferenças entre os trabalhadores “livres” que se formavam e/ou chegavam ao Brasil. Assim, aqueles que eram livres e vieram ao país para substituir os escravizados tinham como característica comum a estes o fato de estarem separados dos meios de produção. Porém, o trabalho livre possuía como base a separação do trabalhador de sua força de trabalho, pois “no escravo se confundiam, e nela se fundava sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra” (MARTINS, 2010, p. 5). As relações de produção estavam sendo estruturadas como meios de preservar a economia colonial de exportação e firmar a subordinação da produção ao comércio.

Com as novas organizações do modo capitalista de produção, no Brasil, desenvolveu-se também os parâmetros de realização da propriedade da terra. Assim é proprietário da terra quem detém seu título jurídico, mas, principalmente, quem, por possuí-lo, apropria-se da renda fundiária capitalista, transformando sua propriedade rural em propriedade privada, jurídica e econômica, ao buscar uma equivalência ao capital. Como pontua Marx, em *O Capital* (1974, p. 9):

O sistema capitalista de produção, em seu começo, encontra-se na presença de uma forma de propriedade que não lhe corresponde. Só ele cria a forma que lhe convém, subordinando a agricultura ao capital: assim, a propriedade fundiária feudal, a propriedade de clã, a propriedade camponesa [...] são metamorfoses na forma econômica correspondente a este modo de produção, quaisquer que sejam suas formas jurídicas.

O processo de constituição da propriedade privada da terra, dos senhores de terras, constitui também um proletariado agrícola. Ele cria as bases que modifica e redefine os considerados agregados, colonos, arrendatários, parceiros, sitiantes, pecuaristas, latifundiários, possibilitando uma redistribuição dos grupos humanos em dois grandes grupos que, para Ianni (2004, p. 112), nessa nova estrutura em

emergência, serão os assalariados, sob as suas diversas formas, e os proprietários dos meios de produção, também sob as mais diferentes configurações.

No decorrer desses processos, o Estado brasileiro (burguês), nessa transição do regime escravocrata colonial para o capitalismo tardio, que se fez e se faz desigual, dependente e combinado, nasceu negando, dentro do próprio Estado, o lugar da cidadania e da democracia, pois “o que é para intensificar ou acelerar o desenvolvimento capitalista entra em conflito [...] com qualquer evolução democrática da ordem social” (FERNANDES, 1976, p. 340).

Dessa forma, “[...] o poder estatal confunde-se cada vez mais com a economia política do capital, da acumulação capitalista” (IANNI, 2013, p. 33). A “nossa” burguesia escancarava seu real projeto e ele não era/é nacional democrático, é/era, em sua essência, imperialista e “transformista” sobre esse processo de aburguesamento³¹ dos senhores que compunham as oligarquias brasileiras do sistema escravocrata-colonial (FERNANDES, 2008a, p. 50). O capitalismo que amadurecia envolvia conciliações: ruptura e permanência do antigo regime colonial, pois a descolonização nunca seria completa, já que a colonização é necessária à modernização e alimenta as formas de acumulação de capital.

1.2.3 A “Independência” do Brasil e as Modernizações Conservadoras

A luta de classes se encontrava em fervor político, as classes dominantes, preocupadas em manter seus privilégios, conduziram o Brasil à Independência em 1822. Esse processo não foi um ato revolucionário, como nos aponta Florestan Fernandes (1976), foi na verdade um processo de negociações entre as elites, que não modificou a estrutura produtiva e social. No entanto, ocorreram lutas pela independência, no Brasil, empreendidas pelas camadas populares, pelos escravizados, que tensionavam a estrutura política, mas, esmagados pelo poder colonial, não mudaram os rumos estruturais da Independência.

³¹ “A descolonização, que não se inicia de imediato a não ser de um modo limitado na esfera política (mediante a transferência de poder das Coroas e seus representantes para os poderosos do antigo sistema colonial), acompanha as peripécias dessa evolução e só atinge proporções históricas quando se completa o aburguesamento das oligarquias e sua hegemonia começa a ser contestada econômica, social e politicamente. Aí aparecem novos grupos de poder burgueses e a configuração de uma sociedade de classes torna-se nítida” (FERNANDES, 2008b, p. 50).

Nessa direção, Moura (2014, p. 79) sinaliza que, com a Independência, apenas ocorreu uma “transferência dos mecanismos regulatórios do sistema para o Estado Nacional. Do ponto de vista estrutural, no entanto, o que se viu foi a consolidação desse modo de produção com o fortalecimento da classe senhorial”. Assim, a continuidade do monopólio da terra e do trabalho escravo andaram de mãos dadas nesse processo.

As últimas décadas do século XVIII se caracterizaram por uma série de transformações: as monarquias começaram a entrar em crises; algumas colônias inglesas proclamaram a independência e a Inglaterra deflagrava “silenciosamente” a Revolução Industrial. O mundo colonial começava a ser afetado pela estratégia de extinguir a escravidão; no âmbito internacional, Portugal começava a representar a imagem do atraso, devido à crise do açúcar em 1760 e à queda da produção do ouro. A independência³² e seu reconhecimento nacional e internacional correspondiam ao interesse da Metrópole em adentrar no mercado novo que se formava.

A independência do Brasil não resultou em maiores alterações da ordem social e econômica existentes ou da forma de governo, pois a elite política que promoveu a independência não tinha interesse em realizar rupturas que colocassem em risco antigas estruturas coloniais

Após a Independência, o governo brasileiro encontrava-se em uma situação complicada. Os grandes proprietários e traficantes de escravos estavam convencidos de que o fim do tráfico desses sujeitos provocaria um colapso na sociedade brasileira, mesmo diante das pressões da Inglaterra para que isso acontecesse. No decênio da Independência, o tráfico de escravos aumentou (já na ilegalidade) em relação ao período anterior, pois eles foram encaminhados para as produções cafeeiras (FAUSTO, 2016, p. 105).

Iniciavam-se algumas modernizações com o “fim” da importação de escravos e expansões no que se refere ao comércio e às ferrovias. Somava-se a isso a necessidades de substituição da mão de obra escrava. A acumulação de capitais inicialmente ocorreu por meio da produção cafeeira, para Ianni (2004, p.18) a comercialização do café alimentava indústrias correlatas de transportes, fabricação

³² “A independência do Brasil não viria pela via de um corte revolucionário com a Metrópole, mas por um processo de que resultaram algumas mudanças e muitas continuidades em relação ao período colonial. A história desse processo passa pela transferência da família real para o Brasil e pela abertura dos portos brasileiros para o comércio exterior, pondo fim ao sistema colonial” (FAUSTO, 2016, p. 66).

de sacas e máquinas agrícolas, o que permitia acúmulo de capital e grandes fortunas. Com isso, para o autor a cafeicultura desenvolvia subsistemas econômicas locais e regionais que dinamizavam as forças produtivas e as relações de produção. Com a entrada em massa de imigrantes a partir da década de 1880 se impulsiona a formação de mercado e consumo de mão de obra.

Nesse sentido, Santos (2012, p. 61) apresenta que duas questões estavam dadas nesse processo: a crise resultante dos déficits na balança comercial, já que o desenvolvimento econômico não apresentava condições para adentrarmos à concorrência, exercendo o papel de produzir alguns gêneros destinados à exportação na divisão internacional do trabalho; e a pressão inglesa (a quem encontrávamos dependentes) pela abolição do tráfico de escravos. No Brasil tal atividade era essencial para repor a mão de obra escrava³³, enquanto para a Inglaterra o seu fim contribuiria para avançar em direção ao trabalho assalariado e ao mercado consumidor internacional.

Nessa direção, com a luta abolicionista e os conflitos com o exército e a burguesia do café, em 1889 chega ao fim a Monarquia e é proclamada a República no Brasil. No que se refere aos aspectos econômicos, a República³⁴ é um período em que se consolida o capitalismo no Brasil, o trabalho assalariado, o modelo econômico agroexportador com base no café. Dessa forma, ocorre a consolidação da integração do Brasil ao capitalismo internacional e da divisão internacional do trabalho.

Em São Paulo, a introdução dos trabalhadores livres aconteceu nas fazendas de café. Os fazendeiros³⁵ optaram pelo sistema de parceria com base no trabalho familiar, em que o trabalhador “livre” já inicia a “parceria” com uma dívida inicial, pois lhe era cedido um pedaço de terra para morar e cultivar alimentos de subsistência, que eram pagos com o rendimento do cultivo de café. A produtividade, quando insatisfatória aos fazendeiros, mudava o sistema: na insatisfação com parceria,

³³ “A abolição da escravatura não eliminou o problema do negro. A opção pelo trabalhador imigrante nas áreas regionais mais dinâmicas da economia e escassas oportunidades abertas ao ex-escravo em outras áreas resultaram em uma profunda desigualdade social da população negra. Fruto em parte do preconceito, essa desigualdade acabou por reforçar o próprio preconceito contra o negro. Sobretudo nas regiões de forte imigração, ele foi considerado um ser inferior, útil quando subserviente ou perigoso por natureza, ao ser visto como vadio e propenso ao crime” (FAUSTO, 2016, p. 124-125).

³⁴ Segundo Ianni (1984, p. 30) “a I República aparece como uma fase de transição com o antigo regime e não contribui, de fato, para a consolidação do estilo democrático de vida”.

³⁵ “As parcerias ofereciam vantagens para o fazendeiro, uma vez que o trabalhador trabalhava mais e melhor por pequena diferença a mais, acima dos trabalhadores assalariados. O controle sobre o trabalho era exercido pelo próprio trabalhador contratado em unidades familiares e os custos de mão de obra diminuam com a roça de subsistência” (PANZUTTI, 2006, p. 36).

mudou-se para contrato de locação e serviços; na improdutividade deste último, avançou-se para um sistema misto por tarefa e medida colhida.

Nesses novos contextos, a organização do Estado também apresentava mudanças. Segundo Ianni (1984, p. 14):

Durante a República, em suas diversas etapas, o Estado adquiriu a fisionomia oligárquica, corporativa, populista, militar. A despeito das formas jurídico-políticas estabelecidas nas constituições republicanas, a verdade é que o poder estatal tem sido exercido de modo autoritário ou ditatorial, quando não fascista. O Estado oligárquico, vigente durante a Primeira República, em 1889-1930, é todo ele marcado pelo árbitro dos governantes contra setores populares que se organizavam para reduzir a exploração; ou lutavam para avançar em conquistas democráticas. Muitos padeciam a violência oligárquica, sob a forma estatal e privada.

Os preterimentos do Estado e os interesses que defendia e protegia, tendo a violência a seu serviço, já davam indicações de como este atuaria também diante dos processos de modernizações e avanço dos interesses capitalistas. Com o início do século XX, a urbanização e a diversidade dos estratos sociais, o impulso da produção econômica ruía a República oligárquica brasileira.

A urbanização³⁶ e a industrialização provocaram, também, “repercussões na organização da família”. Para Saffioti (1979, p. 179), nesse contexto a vida feminina adquiria novas dimensões, pois seus papéis na função econômica foram alterados profundamente, provocando algumas rupturas: “O trabalho nas fábricas, nas lojas, nos escritórios, rompeu o isolamento em que vivia grande parte das mulheres” (ibid). Nesse sentido, a exploração da força de trabalho feminina acontecia de diferentes maneiras. Sobre isso, diz Federici (2017, p. 34):

[...] na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação do trabalho.

³⁶ “No último quartel do século XIX, a crise do sistema escravista – que atingiu uma tendência estrutural e irreversível na década de 1860 – alcançou o seu clímax. A partir de então a modernização do setor urbano, tornou-se uma força social vigorosa e autônoma, que operava simultaneamente através dos níveis econômico e político. Foi este um ponto histórico de inflexão, em que a desintegração da ordem social escravocrata-senhorial, e a integração da ordem social competitiva surgiram como fenômenos sociais concomitantes” (IANNI, 1984, p. 64-65).

A posse e a regularização do corpo feminino são uma condição importante para a acumulação capitalista, assim como as tecnologias que têm sido desenvolvidas para regular, aos moldes do capital, os seus mecanismos reprodutivos. A história das mulheres encontra-se entrecruzada com a história do desenvolvimento capitalista. Devemos, assim, estar atentos aos terrenos das lutas de classes, como também das relações de gênero e raciais; todos são terrenos significativos que se complementam.

Durante o processo inicial de industrialização no Brasil, grande parte das atividades econômicas concentravam-se no âmbito manufatureiro e comercial. Sendo a agricultura a principal atividade produtiva, as mulheres conciliavam o trabalho doméstico e as atividades agrícolas. Na medida em que a economia agrícola foi sendo capitalizada, os pequenos comércios e indústrias caseiras tornavam-se secundarizados, ocorrendo a migração do meio rural para o urbano; com mais avanços industriais, o setor de serviços se ampliou e as mulheres inseriram-se neste setor no âmbito da informalidade, de caráter temporário (AGUIAR, 1983, p. 96).

No âmbito econômico e das atividades produtivas havia uma diferenciação territorial nos aspectos rurais e urbanos, em um contexto em que a crise econômica do café já não produzia lucros e expansão econômica e havia a insatisfação da burguesia agrária e dos militares. Segundo Ianni (1984), a crise da oligarquia cafeeira em 1929 e, assim, a revolução de 30³⁷ indicam uma transição para a dinamização dos processos econômicos, políticos, culturais e demográficos através da industrialização, urbanização, sindicalismo estatal, crescente intervenção do governo na economia e o fortalecimento do aparelho estatal, formando, desse modo, um “bloco industrial-agrário”, pois estava posta uma “nova configuração das classes sociais urbanas e as novas relações de força” (IANNI, 1984, p. 16).

Dessa forma, são marcas da constituição da sociedade brasileira: o desenvolvimento e a produção agrícola com base no trabalho familiar, que perpassam nossa história, cultura e economia. Por um longo período no Brasil, o único título jurídico que reconhecia a ocupação da terra era o da sesmaria, mas essa legalidade

³⁷ Segundo Ianni (1984, p. 17), a Revolução de 30 teve, também, seus aspectos revolucionários no que se refere à atuação popular; neste período “aumentava e generalizava-se a movimentação de empregados, funcionários, operários, intelectuais e outras categorias sócias urbanas. Também no campo crescia a inquietação de colonos, sitiantes, caboclos e outros, devido às flutuações da cafeicultura e suas repercussões na vida das classes e grupos subordinados. Além disso, era cada vez mais geral e forte o descontentamento com o despotismo do Estado oligárquico. Foi nesse contexto que Antônio Carlos fez sua famosa declaração ‘Façamos a revolução, antes que o povo a faça’. Estava em marcha uma espécie de contrarrevolução. ‘Fazer a revolução de cima para evitar que ela partisse de baixo, isto é, permitir ao país a ilusão de algumas pequenas coisas, que o contentavam’”.

de posse da terra foi vedada aos camponeses. Segundo Wanderley (1988), o trabalho familiar passou pelos limites das condições naturais, com o isolamento, precários instrumentos para a lida com terra, o que resultou na prática de uma agricultura nômade, de amplos deslocamentos.

Nesse percurso a grande propriedade avançava para novas terras, em conflito com a população que lá já se encontrava. Com a extinção das sesmarias, a arena de conflitos se escancarou, em confrontos diretos entre pequenos e grandes proprietários. O regime de sesmarias, correspondia a concessão das terras devolutas que estavam sob domínio da Coroa portuguesa a particulares, com bases nos resquícios estamentais, que legalizavam a ocupação de homens brancos, e senhores de escravos. Para Panzutti (2006, p.34) restava ao pequeno produtor se incorporar ao latifúndio, em um contexto em que se encontra “de um lado os grandes proprietários em busca de braços para a lavoura e, de outro, o produtor lutando pela sobrevivência”.

Assim, foi estabelecido um instrumento jurídico e legal que viria a garantir a mão de obra necessária para os latifúndios, que substituiria os escravos: trabalhadores e trabalhadoras rurais sem recursos, sem-terra, em busca de sobrevivência. Ainda estava em vigência o regime de sesmarias, em que a concessão das terras devolutas que estavam sob domínio da Coroa portuguesa acontecia a particulares, com bases nos resquícios estamentais, que legalizava a ocupação de homens brancos e senhores de escravos. Esse regime foi suspenso em 1822, sendo necessária uma legislação fundiária. Surge assim a Lei de Terras de 1850, que instituiu no Brasil o cativo da terra: as terras eram cativas, para obtê-las era necessário comprá-las, efetivando, assim, o monopólio dos interesses econômicos dos grandes fazendeiros, dificultando o acesso à terra daqueles desprovidos de recursos.

A Lei de Terras apresentou algumas consequências sociais ao determinar que somente seria proprietário da terra quem as legaliza-se em cartório, pagando uma quantia a Coroa. Sobre isso Stédile (1997, p.11) destaca:

Essa Lei discriminou os pobres e impediu que os escravos libertos se tornassem proprietários, pois nem uns nem outros possuíam recursos para adquirir parcelas de terra da Coroa ou para legalizar as que possuíam. [...] A outra consequência social dessa lei foi a consolidação do grande latifúndio como estrutura básica da distribuição de terras no Brasil. Aqueles que tinham recebido as sesmarias regularizavam suas

posses e transformaram-nas em propriedade privada, assegurando, assim, o domínio da principal riqueza do país: suas terras.

Dessa forma, a propriedade privada da terra, no formato em que se construiu no Brasil, contribuiu no processo de substituição do trabalho escravo, pois possibilitou conservar as especificidades da ordem social e econômica colonial, mantendo a dependência externa e atendendo aos interesses dos latifundiários.

Evidenciava-se a identidade nacional e os considerados verdadeiros donos da pátria, que, no caso brasileiro, eram os donos da terra, do comércio e do Estado. Essas relações sociais se escancaravam com a Lei de Terras, que instituiu um regime de propriedade no qual a condição de proprietário dependia da condição de homem livre, mas, principalmente, da renda para compra da terra junto ao próprio Estado.

Como afirma Martins, em sua obra *Cativeiro da Terra* (2010, p. 1): “O país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha de ser escrava. O cativeiro da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje”. Uma sociedade de bases agrárias, de propriedade concentrada e privada, com uma grande população sem terras, sem moradia.

Dessa forma, o desenvolvimento do capitalismo no território rural acontece por meio do processo de modernização capitalista da agricultura, que, nos fins da década de 60, sofreu alguns impulsos provenientes da intensa urbanização, diversificação das exportações agrícolas, modernização do complexo agroindustrial e a extensa proletarização. Tais fatores contribuíram diretamente para o aumento da utilização do trabalho no rural com a expropriação dos meios de produção. Com isso, as diferenciações na sociedade de classes brasileira agrária perpassam pela determinação da propriedade da terra e do patrimônio inicial e seus processos de mercantilização.

As condições de trabalho e desemprego indicavam as situações de desproteção social: desemprego, trabalho precário, biscates, ambulantes, diaristas e outros; são fatores que determinaram as condições de vida de trabalhadores e trabalhadoras com a ausência de garantias de sua proteção social. Para Martins em sua obra: *Expropriação e Violência: a questão política no campo* (1980), no Brasil a questão política no território rural está intimamente relacionada à questão da propriedade privada. Nessa configuração, contamos com lavradores e lavradoras que dependem exclusivamente do trabalho familiar, aqueles que ocupam as terras e

trabalham nelas sem garantias e direitos assegurados, ou aqueles que têm terras, mas estas são insuficientes para o trabalho e para sua subsistência.

Para o autor, o desenvolvimento capitalista à brasileira, articula, simultaneamente, em espaços diferentes, a expropriação e a exploração, processos que, na história clássica do capital, deram-se separadamente. No Brasil “é sério engano propor a exploração e não a expropriação como eixo principal da questão política no campo, como seria grave erro político colocar a expropriação e não a exploração como eixo da questão política na cidade” (MARTINS, 1980, p. 20). Lavradores e lavradoras têm seus rendimentos, fruto do trabalho agrícola, absorvidos pelas grandes empresas capitalistas, que criam mecanismos compulsórios de comercialização da safra. Nessa conjuntura, elas subjagam o produto do trabalho desses lavradores e, dessa forma, o ganho principal fica com o capitalista. Esse processo tem como principal capacidade a geração de riquezas, faz expandir o capital.

O caráter do Estado³⁸ brasileiro também é de expropriar as terras brasileiras como protetor e incentivador do capital. Existe, no Brasil, um processo combinado de expropriação e exploração que se faz latente no processo de conflitos agrários. Ocorre, portanto, a concentração da propriedade fundiária, em que as grandes fazendas levam os pequenos lavradores a perderem ou deixarem a terra, seu principal instrumento de trabalho. Eis um processo de condução das empresas capitalistas, de posse de incentivos financeiros do Estado.

Quando o capital se apropria da terra, está se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. (MARTINS, 1980, p. 59-60)

³⁸ Nessa direção, as instâncias estatais deixam em evidência o seu projeto político: “O próprio Estado, a quem supostamente incumbe zelar pelos direitos fundamentais da pessoa, tem desenvolvido, diretamente ou através de empresas públicas, em conflito pela terra. Esse envolvimento fica muito claro nas disputas em torno das desapropriações de lavradores para construção de barragens, como acontece em Itaipu e no Vale do São Francisco. Raciocinando como capitalistas, no intuito de supostamente diminuir custos, os representantes do Estado nesses empreendimentos esquecem sempre que os lavradores dessas regiões não têm terra para negociar; mas para trabalhar. As indenizações que o Estado paga são sempre insuficientes para que o lavrador retome em outra parte a sua vida de trabalho, nas mesmas condições que tinha antes” (MARTINS, 1980, p. 51-52).

O conflito entre “a terra de trabalho contra a terra de negócios” se faz explícito no monopólio capitalista que estabelece o direito de cobrar tributo pelo uso da terra; uns chamam de renda fundiária e outros de renda da terra. É cobrado uma renda para que a terra seja utilizada, o direito à terra é controlado pelos objetivos da propriedade capitalista. No âmbito das modernizações conservadoras que insurgiam na produção capitalista, no meio rural a dinamização da economia não era alinhada a uma modernização da família e seus padrões patriarcais. Diz Saffioti (1979, p. 182):

No meio rural a família caipira, entroncando-se diretamente na família patriarcal dos tempos coloniais é menos afetada às mudanças da configuração urbano-industrial de vida, apresentando, por sua vez, traços que lembram imediatamente suas raízes históricas. Nessas regiões economicamente estacionárias são mais numerosas as sobrevivências dos padrões patriarcais de organização familiar. Assim, brutalizada pela rudeza e intensidade do trabalho agrícola e doméstico, alquebrada pelas sucessivas maternidades, mantida a margem do processo de intensificação dos contatos sociais, só nas normas tradicionais de submissão ao marido pôde a mulher encontrar um modo de existência apto a garantir-lhe a posição social e a segurança econômica de que não pode prescindir nas condições de isolamento relativo ainda hoje prevalentes no meio rural brasileiro. (SAFFIOTI, 1979, p. 184)

Nesse contexto, faz-se necessário pontuar as lacunas interseccionais da mulher rural face à modernização agrícola e à produção familiar à medida em que se expande a invisibilidade patriarcal do domínio masculino no espaço público e privado de uma sociedade arcaica-modernizadora. O capitalismo gera impactos no campo e no processo de proletarização da família rural.

Para Panzutti (2006, p. 25), a modernização agrícola promove a separação entre o local de trabalho e o domicílio, a individualização do trabalhador, mesmo na produção familiar; o grau de desenvolvimento das forças produtivas, a estrutura fundiária dos produtos agrícolas, indicam as redefinições e coexistências do arcaico e do moderno e esses processos atingem a força de trabalho feminina. Com isso, “a modernização patrocinada pelo Estado é dirigida apenas ao produtor (homem). A mulher entra no processo como complemento masculino. O Estado não reconhece na mulher um agente de transformação social. [...] permanecem como elemento oculto, subentendido, isolado” (ibid, p. 30). Logo, ainda que a família avance no processo de

modernização da acumulação capitalista, isso não rompe com os padrões de submissão feminina, seu trabalho ainda não é considerado atividade produtiva.

No âmbito das famílias rurais constituídas pelos trabalhadores livres provenientes da escravidão, a não integração destes à sociedade de classes rural e urbana foi marcada por cruéis situações de explorações e desproteção social. Fernandes (1972, p. 62) analisa as formas “espoliativas e deploráveis” da tentativa de integração³⁹ dos negros e mulatos à ordem social competitiva que se formava e destaca o seguinte: estes regressaram a sua região de origem, sendo a maioria da região rural, submergindo a uma economia de subsistência; permaneciam como trabalhadores rurais, pois competiam desigualmente com os imigrantes por emprego; a concentração ocorria nas cidades e nas favelas, pois “subentendia o desemprego permanente ou temporário para o homem e a sobrecarga para a mulher e a anomia geral para todos”. Assim, o autor desvela os processos de modernização conservadora e suas contradições, ao enfatizar as dinâmicas adotadas por países subdesenvolvidos.

Para o autor o fato de a sociedade capitalista subdesenvolvida não ter contado com a cumulação original do capital, a acumulação que lhe coube não era forte o suficiente para sustentar um desenvolvimento econômico autossuficiente, devido ao processo histórico de expropriação colonial e ao imperialismo comercial⁴⁰.

Em *A crítica a Razão Dualista*, Oliveira (2003, p. 129) destaca as formas específicas do subdesenvolvimento brasileiro, como a função da agricultura para a acumulação interna do capital, e sustenta que:

a agricultura atrasada financiava a agricultura moderna e a industrialização [...], as culturas de subsistência tanto ajudavam a baixar o custo de reprodução da força de trabalho nas cidades, o que

³⁹ Para Fernandes (1972, p. 14-15), “O negro foi exposto a um mundo social que se organizou para os segmentos privilegiados da raça dominante. Ele não foi inerte a esse mundo. Doutro lado, esse mundo também não ficou imune ao negro [...] o negro permaneceu sempre condenado a um mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano e como igual”. O autor pontua as contradições herdadas do passado, pois “a integração do negro e do mulato à ordem social competitiva emergente não interessava senão à população de cor, de resto a única prejudicada por aquelas contradições. Não é de estranhar, pois, que os setores favorecidos pela dinamização do desenvolvimento capitalista voltassem as costas ao drama humano dos descendentes dos ex escravos, e ainda, mais que ignorassem as implicações negativas da falta de integração da sociedade nacional ao nível das relações raciais (*ibid*, p. 31).

⁴⁰ “A expropriação e expulsão de uma parte da população rural não só libera trabalhadores para o capital industrial, e com eles seus meios de subsistência e seu material de trabalho, mas cria, também, o mercado interno. De fato, os acontecimentos que transformam os pequenos camponeses em assalariados, e seus meios de subsistência e de trabalho em elementos materiais do capital, criam para este último, ao mesmo tempo, seu mercado interno” (MARX, 2013, p. 994).

facilitava a acumulação de capital industrial, quanto produziam um excedente não-revertível.

O rural e as suas produções apresentavam uma função econômica e política para a acumulação capitalista brasileira. No entanto, a crise de 1930 abalou a economia agroexportadora, ameaçando a grande propriedade. Com a reestruturação política e a revolução de 30, “o Estado não eliminou os grandes proprietários da nova composição do poder e os sustentou, através de medidas políticas de proteção aos efeitos da crise econômica” (WANDERLEY, 2009, p. 116), garantindo, assim, a concentração fundiária e a manutenção dos papéis essenciais do camponês.

Nessa direção, Stédile (2005, p. 29-30) nos apresenta quais são esses papéis: fornece mão de obra para a nascente indústria e a continuidade do êxodo rural de mão de obra que contribuía em posicionar para baixo o salário médio na indústria; os camponeses realizariam a função de produzir a preços baixos os alimentos para a cidade, para a nascente classe operária, e continuariam produzindo matéria prima agrícola para o setor industrial. Evidenciava-se, assim, o projeto societário em construção pela burguesia agrária e da cidade e quais as funções econômicas e sociais destinadas aos trabalhadores rurais brasileiros.

No que se refere ao período de 1946-64, estava em vigor a “democracia representativa”, com os chamados governos populistas, com destaque para as conotações autoritárias no aparelho estatal. A industrialização se completava e os capitais brasileiros se integravam subalternamente à monopolização e o desenvolvimento dos trabalhadores urbanos (FONTES, 2010, p. 316). No âmbito da ditadura militar⁴¹ (1964), as questões sociais – desigualdades sociais, desequilíbrios regionais, problemas da posse de terras, situação indígena e questão operária – eram resolvidos através de estratégias e táticas militares.

O Estado brasileiro (burguês), nessa transição do regime escravocrata colonial para o capitalismo tardio que se fez e se faz desigual, dependente e combinado, nasce negando, dentro do próprio Estado, o lugar da cidadania e da democracia, “entra em

⁴¹ No presente, as políticas adotadas pela ditadura militar impulsionaram bastante o ascenso da grande burguesia. Ao mesmo tempo, desenvolveram as contradições de classes, em âmbito nacional. O alargamento e a dinamização do mercado: a generalização da mercadoria; a crescente subordinação das mais diversas formas de trabalho ao capital; o desenvolvimento da indústria cultural; a expansão do sistema público e privado de ensino; a diversificação das correntes de opinião pública; o desenvolvimento das classes sociais e da consciência de classes; tudo isso, e outros desenvolvimentos da sociedade civil, tem algo haver com o desfecho do ciclo da revolução burguesa no Brasil (IANNI, 1984, p. 22).

conflito [...] com qualquer evolução democrática da ordem social” (FERNANDES, 1976, p. 340). Em um processo que “[...] a burguesia não quis ceder, nem concordando com a criação da democracia burguesa, apenas contrafacções, reformas ‘de cima para baixo’” (IANNI, 1984, p. 112). Assim, uma burguesia brasileira que construiu uma cultura política autoritária reflete na relação do Estado (burguês) com a sociedade civil.

A “nossa” burguesia escancarava seu real projeto e ele não era um projeto nacional democrático, era, em sua essência, imperialista e “transformista”. É o que nos apresenta o processo histórico da revolução burguesa no Brasil⁴², que, ao contrário da revolução burguesa clássica, cujos objetivos era ampliar direitos, no Brasil houve a Revolução Burguesa⁴³, mas não nesses moldes, com uma burguesia brasileira conservadora, antinacional e intrinsecamente autocrática e autoritária, que não promoveu possibilidades de ampliação de direitos⁴⁴.

Para Transpadini (2018, p. 1707), o período de 1930-1970 apresenta algumas características no que se refere à modernização conservadora no âmbito da questão agrária:

modernização conservadora pautada em uma questão agrária que, em meio à urbanização, não destruiu a lógica da concentração de terras, de poder de seus donos sobre os sem terras do campo e da cidade, e não menos importante, da consolidação regional de grandes nomes nacionais em todo o continente. A oligarquia agrária nacional das economias latino-americanas, parceria oligárquica financeira internacional, produziu mudanças para manter a velha ordem atrelada à dinâmica da terra para poucos e trabalho, ou falta dele, para muitos, no nascente urbano-industrial.

⁴² Ianni (1984, p. 30) apresenta as principais características da revolução burguesa no Brasil, “existência de massa camponesa numericamente preponderante e principal como produtora de bens econômicos; de numerosas pequenas burguesias, com função política destacada; de proletariado pouco numeroso, mas crescente, com formas de organização em desenvolvimento mas ainda fracas; de burguesia recente, ascensional, com amplas perspectivas nacionais e fracas perspectivas internacionais”.

⁴³ O que Florestan Fernandes (IANNI, 1984, p. 33) chama de “Revolução Burguesa no Brasil” “[...] se caracteriza [...] como um processo essencialmente autocrático, antidemocrático, antissocial e antinacional, desembocando na demagogia populista, na ditadura militar a céu aberto ou na versão periférica da ‘democracia forte’, baseada na combinação de mecanismos institucionais modernos com a cooptação e práticas política”.

⁴⁴ Ianni (1984, p. 36-37) enfatiza que o golpe de Estado e suas manipulações indicam a anulação da cidadania. “Na prática, criam-se diversas ‘classes’ de cidadãos: analfabetos e alfabetizados; homens e mulheres; urbanos e rurais; brancos, índios e negros; impolutos e subversivos; militares e paisanos; burgueses e operários. Ao estabelecer que a sociedade civil é frágil ou amorfa, os governantes, muitos intelectuais, as frações e classes representados nos blocos de poder estabelecem, ao mesmo tempo, que o povo, o ‘cidadão’ precisam ser tutelados”.

Nesse sentido a questão agrária nesse período centrava-se na desigual posse das terras, nas condições exploratórias do trabalho nas grandes propriedades fundiárias. No período de 1970-1980 se iniciavam as movimentações de implantação de reformas agrárias, em meio a uma virada neoliberal diante da crise da dívida e dos programas de ajustes estruturais. Ou seja, permanecia o aumento da concentração fundiária, assim como a concentração do capital, gerando alto e intenso níveis de desigualdades (KAY, 2018, p. 2-3).

Para Ianni (2004, p. 145) contribui destacando que o período de 1964 demarca o desenvolvimento das classes no campo, compreendendo que a história brasileira é a história da formação da sociedade das classes sociais no campo e na cidade, ao demarcar que o salário pago na indústria é, em sua maior parte, financiado pelo trabalhador rural, pois:

o mundo agrário foi definido como um mundo de produção de excedentes de produção: excedentes para as cidades, a indústria nacional e a exportação [...]. No campo, produzir é produzir para manter e desenvolver o “modelo econômico” adotado, eminentemente aberto à economia internacional.

No período de 1970-1990, foi instituída a Constituição de 1988, momento em que a acumulação capitalista toma fôlego, “assegurando que o exercício contumaz da violência se apresentasse como necessidade momentânea para o crescimento futuro” (FONTES, 2010, p. 319). Era necessário, assim, garantir um salto na concentração de capitais e reduzir as reivindicações populares na negociação dos conflitos.

A década de 1990 foi marcada pelo suporte externo na economia, proveniente pelo crescimento dos investimentos estrangeiros, aumento da concentração de renda proveniente das privatizações de empresas, ampliando a associação entre capitais brasileiros e estrangeiros. Intensificaram-se, pois, os mecanismos de imperialismo e dependência nas conquistas de automatização e produção financeira, provocando mudanças no campo, reduzindo-o a algo menor, atrasado, onde as lutas sociais eram contidas em nome do progresso e do desenvolvimento.

As alternativas à independência, à abolição e à República deram-se “pelo alto”. Esse modo não escondia a intenção de manter marginalizadas e oprimidas as camadas sociais “de baixo”. O olhar e as alternativas postas “aos de baixo”, e estão as mulheres aí inclusas, cerceia condições de igualdade, respeito e de construção de

possibilidades dos de baixo de tornarem-se sujeitos de direitos⁴⁵. Segundo Transpadini (2018, p. 1705), esse período das (in)dependências demarca à questão agrária processos políticos-jurídicos por meio da história dominante de discriminações e pré-conceitos:

Índias-índios, negras-negros, camponeses-camponesas, além de pobres, tornar-se-ão, à força da ideologia dominante – e dos meios de disseminação de suas ideias –, a imagem do atraso para os veiculadores das verdades capitalistas desse tempo. Esse retrato cheio de deformações e interferências humanas postas para conformar uma ideologia dominante contribuirão na estrutura de Pátrias abertamente desiguais e combinais, a partir das regiões das quais os sujeitos são oriundos, suas cores, culturas, sabores e dissabores.

Portanto, os grandes proprietários de terra, em uma política clássica mercantil, aqueles que constituirão as parcerias com o capital financeiro internacional, expandindo o capital agrário e comercial na intensidade necessária para a manutenção do capital industrial na Europa. Dessa forma, a modernização econômica brasileira precisa ser analisada de forma dialética à colonialidade e às (in)dependências, pois estas são constitutivas da modernidade, e só se tornam possíveis diante das lógicas coloniais de dominação, opressão, exclusão. O poder da colonialidade à brasileira, que introduz em nossas estruturas sociais, econômicas e culturais um sistema de gênero capitalista eurocentrado colonial, que moderniza, hierarquizando conforme os sujeitos envolvidos, por divisões raciais, de classe, de gênero, e territórios.

1.2.4 Configurações Contemporâneas das Expropriações Capitalistas

O Brasil apresenta um desenvolvimento capitalista periférico que se torna dependente, subdesenvolvido e imperializado, em uma contínua articulação com as economias capitalistas centrais. Dessa forma, a transformação capitalista e a

⁴⁵ “A nova ordem social instituída sob a bandeira da liberdade, igualdade e fraternidade, negou, entretanto, parcialmente, seus princípios. Na medida em que se tratava de uma sociedade de classes, o princípio da igualdade entre os homens permanecia válido apenas no plano formal. No que tange aos sexos, a sociedade competitiva não fez senão dilatar as diferenças entre homens e mulheres [...] todavia a revolução foi dirigida pela burguesia em ascensão cujos interesses residiam, de um lado, na eliminação dos privilégios feudais, e de outro, manutenção das regalias masculinas [...] a palavra de ordem da revolução não era apenas burguesa; era burguesa e masculina” (SAFFIOTI, 1979, p. 106-107).

dominação burguesa sinalizam que o capitalismo dependente e subdesenvolvido se constitui selvagem e difícil, e tem sua viabilidade atrelada ao terreno político” (FERNANDES, 1976, p. 293).

Para Bambilra (2013) existem algumas considerações acerca do capitalismo que é formado na América Latina, nos dando as bases para compreendermos as particularidades do capitalismo à brasileira.

O capitalismo na América Latina se desenvolveu dentro do contexto da expansão e evolução do capitalismo mundial. Em função disso, assumiu formas específicas que, sem negar as leis gerais do movimento do sistema, configuraram no continente tipos específicos de capitalismo dependente, cujo caráter e modo de funcionamento estão intrinsecamente conectados à dinâmica que assume historicamente o capitalismo nos países centrais. (BAMBIRRA, 2013, p. 33)

O desenvolvimento dependente⁴⁶ e subordinado aos interesses imperialistas enfatiza a vinculação de dependência entre a indústria que nascia e o setor externo. Essa relação nos dá as bases e a forma da luta de classes no campo e na cidade e nos possibilita apreender a dinâmica das determinações gerais do processo de reprodução do capital e os movimentos particulares que ocorrem nos territórios subdesenvolvidos e periféricos como o Brasil.

O Brasil insere-se subalternamente no âmbito da divisão de trabalho capitalista internacional na dinâmica interna do capital-monetário, que diante da ditadura civil-militar de 1964 impactou o impulso à monopolização da economia e a implantação de um sistema financeiro, convertendo-se em um país capital-imperialista (FONTES, 2010, p. 304).

A relação intrínseca e interseccional de classe, raça e gênero presente na realidade da formação social, econômica e política do Brasil deixa claro como o capitalismo imperialista mercantiliza as subjetividades e os modos de vida mulheres. Nessa seara, Harvey (2004, p. 111) enfatiza que o capitalismo internaliza práticas identificadas como canibais e predatórias, que encontra na violência uma forma de manter-se e se retroalimentar.

⁴⁶ Para Rui Mauro Marini (2011), a dependência é demarcada pela integração das economias latino-americanas com as Nações Independentes na divisão internacional do trabalho, de forma subordinada aos interesses imperialistas. Disponível na obra do autor: *Dialética da Dependência*.

O processo político de sustento do desenvolvimento das relações capitalistas é denominado por Marx de acumulação primitiva⁴⁷, um processo fundacional que introduziu mudanças no que se refere à posição social das mulheres. Assim, Federici (2017, p. 26) nos alerta para a importância de se compreender a acumulação primitiva no que se refere a:

- i) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; ii) a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; iii) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores.

O desenvolvimento capitalista está sempre acompanhado do retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva⁴⁸. Nesse aspecto está inclusa a degradação das mulheres, condição necessária para a manutenção do capitalismo. Desse modo, o desenvolvimento das forças produtivas na contemporaneidade implica o desenvolvimento de novas formas de exploração das mulheres e da reafirmação da violência como mantenedora da rentabilidade do capital. Para Federici (2017), a acumulação primitiva reflete a acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, marcada pelas hierarquias de gênero, raça e idade.

Com a introdução das indústrias e maquinários, o trabalho feminino é reivindicado:

À medida que torna prescindível a força muscular, a maquinaria converte-se no meio de utilizar trabalhadores com pouca força muscular ou desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho feminino e infantil foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria! (MARX, 2013, p. 575)

⁴⁷ “Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo” (MARX, 2013, p. 964).

⁴⁸ São marcas do desenvolvimento da acumulação primitiva na Inglaterra, no fim do século XVII a “origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica” (MARX, 2013, p. 998).

Para realizar a análise da exploração do capital sobre a força de trabalho, é preciso entender as particularidades da exploração do trabalho feminino. Para Lessa e Tonet (2012, p. 14-15), a sociedade de classes atribui à violência uma nova função social, que está atrelada à propriedade privada. Para os autores, a violência passa a ser atividade essencial para a reprodução da sociedade, incorporando-se a todas as relações sociais, familiares e da vida cotidiana. Uma função social que tem em sua essência funções de controle econômico e cultural.

A Revolução Industrial (XVIII) introduziu, como meios de produção, os maquinários, em uma produção mecanizada, em que os novos “trabalhadores livres” seriam meras ferramentas de máquinas que já não dependiam de força muscular e sim de flexibilidade e de menor custo. Estavam subsumidos ao capital mulheres e crianças – famílias. Todo o processo de produção e reprodução da vida do trabalhador agora estava a dispor do capital – uma mão de obra eficiente na condução das máquinas e de baixo custo. A inserção do trabalho feminino nas expropriações do desenvolvimento do Capital⁴⁹ aconteceu expondo as condições de inserção das mulheres no mercado de trabalho, com intensas e extensas jornadas de trabalho que condicionaram suas subjetividades e papéis sociais (ENGELS, 2010, p. 181).

Em sua análise sobre *A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, Engels (2010) traça indicações de algumas consequências provenientes da inserção do trabalho feminino no mercado de trabalho das indústrias: com a introdução das mulheres nas fábricas, a criação de seus filhos era delegada a terceiros ou beirava o abandono. Atribuiu-se ao trabalho da mulher a desagregação familiar, devido à ausência das condições objetivas que lhe acometiam a extensa jornada de trabalho para a realização das tarefas domésticas (ibid, p. 181-182).

Para apreender o antagonismo de classe e as opressões e explorações das mulheres, faz-se imprescindível entender a divisão sexual do trabalho⁵⁰. Para Hirata e Kergoat (2007, p. 596), esta refere-se à distribuição desigual de homens e mulheres no mercado de trabalho. Nesse sentido, as pensadoras demonstram que essas desigualdades são sistemáticas e precisam ser analisadas como “processos mediante

⁴⁹ Em *O Capital*, Volume 1 (2013), Capítulo 13: *O trabalho Feminino* (p. 575).

⁵⁰ Os primeiros estudos sobre a divisão sexual do trabalho têm início na França (1970), através do movimento feminista, ao questionarem a enorme massa de trabalho que era realizado pelas mulheres, invisibilizado na compreensão de que era de fato trabalho, “[...] pois era analisado no âmbito dos papéis sociais biológicos da mulher: da natureza da mulher, do amor, do cuidado, do dever materno” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 597).

os quais a sociedade utiliza dessa diferenciação para hierarquizar as atividades, e, portanto, os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero”. Dessa forma, elas analisam a divisão sexual do trabalho como:

[...] a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599)

As autoras sinalizam que, com as mudanças constantes do desenvolvimento capitalista, das formas de trabalho, faz-se necessário pensar nas “novas configurações da divisão sexual do trabalho”. Estas se encontram no âmbito da simultânea reorganização do trabalho assalariado e do trabalho doméstico.

No que se refere às divisões sexuais do trabalho racializadas, Gonzalez (1984, p. 233), realiza a seguinte análise sobre a empregada doméstica:

A empregada doméstica só faz cutucar a culpabilidade branca porque ela continua sendo a mucama com todas as letras. Por isso ela é violenta e concretamente reprimida. Os exemplos não faltam nesse sentido; se a gente articular divisão racial e sexual do trabalho fica até simples. Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam em “lidar com o público”? Ou seja, em atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em “boa aparência”?

Essas explicações perpassam a sociabilidade do capital, no âmbito da sua forma peculiar de acumulação, na qual envolve a dominação masculina e a permanência desigual de poder nas relações sociais e de gênero. Nesse sentido, Marx (2013) reconheceu, sobre a acumulação primitiva, que a descoberta das terras na América, a escravização, o soterramento da população nativa, o saqueio das índias orientais e a “transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva” (MARX, 2013, p. 998). Com isso, estavam em tela diferentes formas de expropriação, a engrenagem da acumulação primitiva e do desenvolvimento do capitalismo.

Nessa direção, os camponeses foram expropriados de suas terras para dar lugar ao investimento em pastagens, o que ocasionou miséria e pobreza a muitas famílias rurais (Inglaterra, XVI), como estratégia para “liberar” o povo rural para constituir-se proletário para a indústria que já batia à porta. O objetivo era realizar um “clareamento nas propriedades”, limpá-las de seres humanos que já não garantiam os interesses do capital (MARX, 2013).

Nesse cenário, os meios de produção e subsistência precisavam se transformar em capital para que se iniciasse um processo de acumulação capitalista. Para isso era preciso existir distintos e diferenciáveis possuidores de mercadorias⁵¹, pois o “ponto de partida do desenvolvimento que deu origem tanto ao trabalhador assalariado como ao capitalista foi a subjugação do trabalhador” (MARX, 2013, p. 963-964).

Na contemporaneidade, as novas formas de expropriação têm se sustentado em atos predatórios e violentos, como pontua Harvey (2004, p. 131), em sua obra *O novo imperialismo*, na qual introduz a noção de acumulação por espoliação, que busca expropriar espaços já existentes, para engendrar lucro em uma era de financeirização e neoliberalismo. Para o autor, “alguns mecanismos da acumulação primitiva foram aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte do que no passado” (HARVEY, 2005, p. 122).

No viés das novas expropriações, Fontes (2011, p. 45) indica que “as expropriações contemporâneas se tornaram agressivas e potencialmente ilimitadas, ao converter características humanas, sociais ou elementos da natureza em

⁵¹ “de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc., nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como ‘primitiva’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 2013, p. 961-962).

potenciais mercadorias”. Cria-se, dessa forma, trabalhadores expropriados e dependentes ao capital, na venda da sua força de trabalho.

Antes como na atualidade, as expropriações geram seres sociais sem meios de trabalho, sem o acesso a matérias-primas, sem o acesso à terra, convertidos em trabalhadores e que precisam imperativamente vender sua força de trabalho para assegurar sua subsistência [...]. A produção de trabalhadores, de seres sociais necessitados e disponíveis para o mercado, integra o próprio processo mais íntimo de reprodução ampliada do capital. (BOSCHETTI, 2017, p. 24)

Por conseguinte, o capitalismo utiliza da violência a serviço das realizações e manutenções das expropriações. Aqui se encontra, também, a violência contra as mulheres, que, na sociabilidade do capital, funciona como umas das expressões da violência estrutural do capitalismo. O desenvolvimento econômico não se faz indiferente ao gênero e às relações raciais, pois ele se utiliza dessas estruturas para ampliar sua acumulação através do trabalho doméstico não remunerado. Afinal este é visto como uma condição natural da mulher. Desigualdade salarial e ocupação de postos de poder, a manutenção do exército de reservas e os desempregados⁵², os estupros e violências sexuais como condições de permanências trabalhistas são situações enfrentadas por elas. Saffioti (1979, p. 236) apresenta as seguintes contribuições:

Nos limites estruturais do capitalismo, a força de trabalho feminina representa, pois, dada as condições de sua maior espoliação no sistema produtivo dominante e sua grande vinculação com as formas não dominantes e já superadas de produção de bens e serviços, as forças do passado histórico das sociedades que redefinidas e reexploradas, operam como fatores sociais construtivos da nova estrutura econômica.

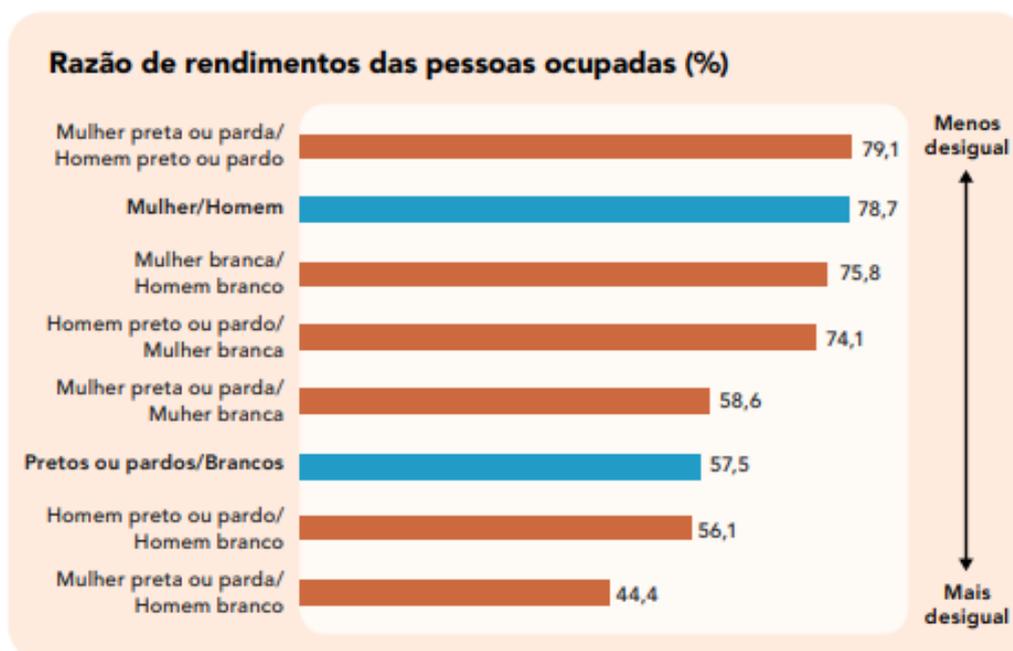
O IBGE demonstra, através dos dados referentes à amostra de Rendimento Médio Mensal, no terceiro trimestre do ano de 2019, no Brasil, que a média salarial dos homens equivale ao valor de R\$ 2.540,00; enquanto a média salarial da mulher é

⁵² Para Boschetti (2017, p. 25), “O papel dessas massas trabalhadoras desprovidas de emprego também é duplo: elas contribuem, contra a sua vontade, para reduzir o valor dos salários daqueles que conservaram seus empregos, e constituem uma reserva para momentos de expansão do capital e de implementação de novos setores, que abocanham atividades convertidas em formas de exploração capitalistas, ou investem em novos ramos de atividades”.

R\$ 2.008,00. Na Bahia, a média salarial dos homens equivale a R\$ 1.629,00 e a da mulher R\$ 1.382,00. Assim, o homem recebe 18% a mais que as mulheres na Bahia.

No que se refere aos dados de 2018, indica que a cada R\$ 1.000,00 pagos a uma pessoa branca, paga-se R\$ 560,00 para um trabalhador preto ou pardo; trabalhadores brancos possuem média renda 74% superior aos pretos e pardos. Dessa forma, a cada R\$ 1.000,00 pagos aos trabalhadores homens brancos, paga-se R\$444,00 para as mulheres pretas ou pardas; a cada R\$ 1.000,00 pagos à mulher branca, paga-se R\$ 586,00 para as mulheres pretas ou pardas; a cada R\$ 1.000,00 pagos aos homens pretos ou pardos, paga-se R\$ 790,00 para as mulheres pretas ou pardas (IBGE, 2019). Segue abaixo a Figura 1 para explicitar o que foi exposto:

Figura 1 - Relações desiguais de rendimentos das pessoas ocupadas



Fonte: IBGE (2018), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Existe um diferencial nas razões de rendimento, no que se refere ao gênero e à raça, pois “enquanto as mulheres receberam 78,7% do valor dos rendimentos dos homens, em 2018, as pessoas de cor ou raça preta ou parda receberam apenas 57,5% dos rendimentos daquelas de cor ou raça branca” (IBGE, 2019, p. 3). No que

se refere ao desemprego⁵³, no ano de 2018, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2019a, p. 1) destaca referente à desagregação por gênero: “enquanto a taxa de desocupação masculina recuou 0,5 p.p. entre 2018 e 2019, o desemprego entre as mulheres aumentou 0,3 p.p. Com esse resultado, mantém-se a tendência de um desemprego maior entre as mulheres (13,9%) em relação aos homens (10,0%)” (IPEA, 2019, p. 6).

Assim, Mészáros (2007, p. 145) nos alerta que o desemprego compõe um modo de controle do metabolismo social do capital, pois considera que o desemprego se constitui enquanto um “traço dominante do sistema como um todo”. Ou seja, hoje se torna impossível haver soluções parciais para essa questão. O controle metabólico do capital, pelas lesões econômicas, sociais e subjetivas a que se destina às mulheres, tem nessas partes integrantes do chamado exército industrial de reservas, da superpopulação relativa, trabalhadoras sobrantes. Essa população excedente constitui-se em um produto necessário da acumulação do capital. Ora, o desemprego estrutural é fonte para a lucratividade do capital e as condições de substrato em que vivem as mulheres é uma condição estrutural para a acumulação do capital.

Segundo dados do IPEA (2019a, p. 2):

Em 2018, pessoas de cor preta ou parda, correspondiam a 57,7 milhões de pessoas, ou seja, 25,2% a mais do que a população de cor ou raça branca na força de trabalho, que totalizava 46,1 milhões. Entretanto, em relação à população desocupada e à população subutilizada, que inclui, além dos desocupados, os subocupados e a força de trabalho potencial, as pessoas pretas ou pardas são substancialmente mais representadas – apesar de serem pouco mais da metade da força de trabalho (54,9%), elas formavam cerca de $\frac{2}{3}$ dos desocupados (64,2%) e dos subutilizados (66,1%) na força de trabalho em 2018.

A escravidão e o racismo também caminham juntos. Nesse contexto, alguns teóricos irão enfatizar que o racismo⁵⁴ é um simples legado construído pela escravidão

⁵³ “No trimestre móvel, encerrado em outubro, a taxa combinada de desocupação e subocupação recuou pela quinta vez consecutiva, ficando em 18,2% e a população desalentada apontou queda de 1,6% na comparação com o mesmo período de 2018. Em relação ao tempo de procura por emprego, observa-se que o contingente de desocupados de longo prazo no país também vem recuando, tendo em vista que, enquanto no último trimestre de 2018, 41,1% dos desempregados estavam nessa situação há pelo menos um ano, no terceiro trimestre de 2019, essa porcentagem recuou para 38,8%” (IPEA, 2019a, p. 1).

⁵⁴ “O preconceito racial era inerente ao modelo assimétrico de relações de raça, porque era um elemento necessário para basear as relações escravo-senhor, ou liberto-branco, na ‘inferioridade

e pelo colonialismo, um resquício que impediria a modernização da economia. No entanto, Almeida (2019) contribui com a seguinte problematização: “As formas contemporâneas do racismo são produtos do capitalismo avançado e da racionalidade moderna, e não resquícios de um passado não superado” (ALMEIDA, 2019, p. 183-184). Para o autor, tanto a escravidão quanto o racismo constituem a modernidade capitalista. Nesse sentido, Gonzalez (2020, p. 96) destaca que:

o racismo, enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, denota sua eficácia estrutural na medida em que remete a uma divisão racial do trabalho extremamente útil e compartilhada pelas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. [...] o desenvolvimento econômico brasileiro, enquanto desigual e combinado, manteve a força de trabalho negra na condição de massa marginal, em termos de capitalismo industrial monopolista, e de exercício de reservas, em termos de capitalismo industrial competitivo (satelitizado pelo setor hegemônico do monopólio). [...] A sistemática discriminação sofrida no mercado remete a uma concentração desproporcional de negros nos setores agrícolas, de construção civil e de prestação de serviços. (GONZALEZ, 2020, p. 96)

A integração de negras e negros na sociedade de classes ainda caminha a passos lentos. São perceptíveis, através da realidade dos dados (IBGE, 2019; IPEA, 2019a) apresentados acima, quem são os sujeitos que se encontram nas situações de desemprego, de exército de reservas, com rendimento salarial mínimo; quem são aquelas que compõem o quadro de desigualdade social e racial no Brasil.

Fernandes (1972, p. 28-29) enfatiza sobre a integração dos negros na sociedade de classes, que, após longos séculos da abolição, os números de “seguintos da população de cor” que conseguiram integrar-se à sociedade capitalista competitiva são poucos. As relações raciais constitutivas da ordem social competitiva ditavam as regras dos grupos dominantes que se integravam à sociedade classes e as formas que esta ocorria. A violência, o silenciamento e o autoritarismo exerciam seus mecanismos de genocídio a grupos específicos.

natural’ dos negros e no eficiente rendimento da escravidão na subjugação dos escravos e libertos. [...] A persistência dos dois elementos após a desintegração da escravidão, explica-se pelo fato de não haver o sistema de classes destruído todas as estruturas *ancien regime*, principalmente as estruturas das relações de raça. É necessário, todavia, não esquecer que esse resultado não faz parte apenas de um processo de atraso cultural. Sob o capitalismo dependente, o sistema de classes é incapaz de exercer todas as funções destrutivas ou construtivas que exerceu nos países desenvolvidos. Dois processos se verificam conjuntamente – a modernização do arcaico e a arcaização do moderno, como fator normal da integração estrutural e de evolução da sociedade” (FERNANDES, 1972, p. 89).

As atualidades das expropriações são expressas através de violências, as novas⁵⁵ e as arcaicas, sendo as violências contra as mulheres uma das suas expressões, uma violência institucionalizada pelo capitalismo, da qual derivam a miséria, a desigualdade, as opressões e difamações. Sobre esta última, Federici (2017, p. 37) destaca que o capitalismo e suas expropriações “difama a ‘natureza’ daqueles a quem explora: mulheres, súditos coloniais, descendentes de escravos africanos, imigrantes deslocados pela globalização”. Em sua missão de transformar tudo em mercadoria para produzir mais-valor e ampliar sua produção, as expropriações do capitalismo na contemporaneidade potencializam o sistema de dominação masculina de opressão, sexista, racista e exploradora.

O Mapa da Violência (2019)⁵⁶, no âmbito da violência contra a mulher, do período de 2007-2017, aponta que houve um “crescimento dos homicídios femininos no Brasil em 2017, com cerca de 13 assassinatos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, o maior número registrado desde 2007” (IPEA, 2019b, p. 35). No que se refere aos feminicídios: “Do total de homicídios contra mulheres, 28,5% ocorrem dentro da residência (39,3% se não considerarmos os óbitos em que o local do incidente era ignorado). Muito provavelmente estes são casos de feminicídios íntimos, que decorrem de violência doméstica” (IPEA, 2019b, p. 40). No que tange às questões raciais e de gênero:

Enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. Em números absolutos a diferença é ainda mais brutal, já que entre não negras o crescimento é de 1,7% e entre mulheres negras de 60,5%. Considerando apenas o último ano disponível, a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 3,2 a cada 100 mil mulheres não negras, ao passo que entre as mulheres negras a taxa foi de 5,6 para cada 100 mil mulheres neste grupo. (IPEA, 2019b, p. 38)

⁵⁵ Sobre os novos mecanismos de violência, Harvey (2004, p. 122-123) destaca “a tributação regressiva da renda do trabalho; antigos e novos processos de apropriação e mercantilização de terras (como a biopirataria), de recursos naturais e de outros bens comuns; endividamento público das nações, especialmente aquelas dependentes, e os ataques especulativos dirigidos a esses países dependentes; a financeirização da economia e o sistema de créditos, ou a usura formal e juridicamente institucionalizada; a escravidão, inclusive a sexual; e a expulsão sanguínea de populações camponesas, indígenas, quilombolas e ribeirinhas.”.

⁵⁶ IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). *Atlas da Violência*. 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2020.

São muitas as interferências aos direitos das mulheres no que se refere ao acesso e à permanência no trabalho, à permanência dos programas sociais, viver ou morrer. O projeto de sociedade capitalista-patriarcal-racista expropria trabalho, mais valor, subjetividades e vidas; sem a preocupação de esgotar os sujeitos dessa relação social desigual.

Para Fontes (2010) a forma social do capitalismo amputa as possibilidades da humanidade. A autora destaca a existência de processos de expropriação que estão nas origens do capitalismo, mas, também, no desenvolvimento das relações sociais, expansão e extensão, criando seres sociais sem os meios de trabalho, sem-terra, convertidos em assalariados, dependentes da venda da sua força de trabalho em circunstâncias violentas. Nesse sentido, é incompatível, dentro da estrutura do capitalismo, pensar uma emancipação das mulheres. Para isso seria necessária uma outra sociabilidade, um outro projeto societário.

Implorar a um sistema de reprodução sociometabólica profundamente perverso-baseado na perniciososa divisão hierárquica do trabalho – a concessão de oportunidades iguais para as mulheres (ou para o trabalhador), quando ele é estruturalmente incapaz de fazer isso, é transformar em zombaria a própria ideia de emancipação. (MÉSZÁROS, 2002, p. 289)

Dessa forma, os processos históricos, econômicos e sociais apresentados neste capítulo integram o processo de reprodução da sociabilidade capitalista na contemporaneidade, com a ênfase necessária às expressões das violências estruturais que a constitui, de forma específica as expressões da violência nos corpos e vidas das mulheres, que, no Brasil, constituíram-se no âmbito do espaço rural, colonial-escravocrata e de expropriações capitalistas.

Tornando perceptível que o desenvolvimento econômico do Brasil não se fez indiferente e independente ao gênero e à raça. Utilizou-se dessas estruturas para ampliar a acumulação capitalista. Conforme Boschetti (2017, p. 332), “a expropriação pela violência contra as mulheres é uma expressão da violência estrutural, posto que é condição e sintoma da forma como se estruturam as relações sociais. Expressa-se, pois, tanto na violência subjetiva como na violência objetiva”. Portanto compreender as estruturas basílicas da violência contra a mulher se faz importante para entender suas particularidades no Brasil, possibilitando, assim, as aproximações quanto às particularidades destas no Território Rural do Recôncavo da Bahia.

2. AS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES RURAIS NO RECÔNCAVO BAIANO

“A noite não adormece / nos olhos das mulheres / a lua fêmea, semelhante nossa / em vigília atenta vigia / a nossa memória.

[...] A noite não adormecerá jamais / nos olhos das fêmeas / pois do nosso sangue-mulher / de nosso líquido lembradiço / em cada gota que jorra / um fio invisível e tônico / pacientemente cose / a rede de nossa milenar resistência”.

(*A noite não adormece nos olhos das mulheres*, Conceição Evaristo)⁵⁷.

O presente capítulo apresenta aspectos gerais das violências contra as mulheres rurais, demarcando questões importantes do território em que estas acontecem. O território marca os modos de vida, o trabalho, a constituição familiar e as relações sociais, econômicas e subjetivas das mulheres rurais.

A historicidade da formação socio-histórica e econômica da América Latina e do Brasil, desenvolvida no capítulo anterior, nos ofereceu as bases para conhecermos as diferentes formas de invasões e apropriações coloniais, das reminiscências da escravidão, que se reconfiguram coexistindo sistematicamente nas expressões da contemporaneidade da acumulação capitalista e nas reproduções das violências estruturais perpetradas às mulheres. Como afirma Galeano (2020, p. 348): “o passado sempre aparece convocado pelo presente, como memória viva de nosso tempo”, e nessa dinâmica o presente também faz história, permitindo-nos apreender a realidade das violências contra as mulheres rurais.

O rural demarca a identidade das mulheres desta pesquisa é aquele que se encontra as particularidades que constitui a formação sociocultural do Brasil e todas as suas rudimentares estruturas de violências e opressões. Como enfatiza Ianni (2004, p. 7): “Há muito campo nessa história”. Dessa forma, a história do nosso território rural brasileiro, do cantinho chamado Recôncavo da Bahia, aproxima-nos da constituição espacial e das formas humanas de vida que se criam e desenvolvem suas particularidades e resistências, em luta no enfrentamento das violações de direitos.

As particularidades do território rural do Recôncavo da Bahia nos possibilitará compreender como a questão da violência contra a mulher perpassa pelas marcas

⁵⁷ Conceição Evaristo, em *Cadernos Negros*, vol. 19, 2008.

atualizadas e reconfiguradas do patriarcado-racismo-capitalismo, mas também pelas suas expressões no que diz respeito ao direito à terra, ao trabalho rural e aos resquícios do coronelismo que se encontram introjetados nas formas de dominação – exploração que vai do roçado ao mundo “privado” da casa e às hierarquias familiares estabelecidas.

Sérgio Buarque nos diz que “somos uns desterrados em nossa terra”, pois nos tornamos, nessa lógica capitalista, em “cativeiros da terra”, criando resistências e sobrevivendo em um sistema que ergue suas forças em um chão roçado, batido e abatido pelo sangue, suor e violências sofridas por tantas mulheres rurais que se encontram despossuídas da dignidade que faz ser social em toda sua completude.

A história das mulheres rurais também é a história das suas resistências. Suas memórias de violência sofridas e lutas não dormem, desenvolvem a continuidade do exercício de fazer memória pelo que vivem e pelo que aquelas que pisaram nesse chão antes viveram e lutaram. Mulheres que fizeram do despertar da noite, das investidas da escuridão, o iluminar das resistências feministas, das Marchas das Margaridas e da união das mulheres da roça. Em verdade, Conceição Evaristo faz lembrar à elite agrária imperialista, ultraconservadora e genocida, que *A noite não adormece nos olhos das mulheres*.

2.1 Território agrário, Recôncavo da Bahia e as mulheres rurais

Tecem importantes contribuições para compreensão do território e suas dimensões, as análises teóricas e críticas do autor David Harvey em sua obra *A produção capitalista do espaço* (2005) ao apresentar uma análise materialista histórica dialética sobre o espaço para além do seu lugar geográfico; destaca as mediações territoriais do Estado, do capitalismo e das pessoas que nele vivem. O autor tem o objetivo de constituir uma teoria da relação sociedade-espaço com base na teoria social de Marx. Dialoga com as áreas de Geografia, Economia, Antropologia, Ciência política e Cultura.

Nas mediações das contemporaneidades das explorações e apropriações capitalistas nos ciclos de sua acumulação, a dimensão espacial nos aponta uma

interlocução necessária. Nos direciona a apreensão de que a acumulação capitalista⁵⁸ ocorre em um contexto geográfico, entre as relações socioeconômicas e espaciais, pois o espaço possui propriedades da (re)produção da vida (HARVEY, 2005, p. 43). Uma mediação importante para pensarmos as formas de explorações das mulheres nas particularidades dos territórios em que estão posicionadas.

A expansividade espacial da acumulação capitalista no Brasil se inicia nos processos de colonização e escravização no território brasileiro. A teoria marxista da localização nos indica a relação teórica entre acumulação e transformações das estruturas espaciais, fornecendo as bases para a compreensão da relação recíproca entre Geografia e História. Ou seja, para Harvey (2005, p. 55), a funcionalidade do sistema econômico político do capital necessita das possibilidades que estão inerentes à expansão ao desenvolvimento geográfico desigual.

O território resulta das relações socioespaciais e históricas nas dinâmicas da produção e reprodução do capital. Com isso, as apropriações dos territórios pelo capital têm como base as mediações que são inerentes ao capital e os fins deste dirão se o território será valorizado ou descartado. A conformação dos territórios apresenta relação com o modo de produção e reprodução e suas sociabilidades, pois há uma busca constante de capital e, assim, de novos territórios, com o objetivo de ampliações significativas da renda através do trabalho superexplorado, que, nessa dinâmica, posicionam a terra e o território como lócus da produção do capital. Ambos (terra e território) ultrapassam a dimensão físico-geográfica espacial, abrangem as relações sociais, a reprodução da vida e as classes sociais em movimento.

O ápice completo da exploração do capitalismo é a exploração completa da terra, descobrindo novos valores de uso, novas matérias-primas. As formas exploratórias-colonizadoras que atingiram o Brasil indicam a expansividade capitalista no território brasileiro, geograficamente e historicamente, como também a expansividade capitalista nos territórios corpóreos das mulheres colonizadas, escravizadas e exploradas. O controle realizado não era do território geográfico, mas também o controle dos corpos; a apropriação simbolizava um processo violento,

⁵⁸ A acumulação capitalista depende de alguns fatores como a sua circulação, e o desenvolvimento de novos espaços para que o capital possa acumular em um reduzido espaço de tempo, afinal: "A acumulação do capital se destina a ser geograficamente expansível" (HARVEY, 2005, p. 50), dessa forma, a organização espacial e a expansão e concentração geográfica são produtos importantes na criação de novas oportunidades para a acumulação de capital.

corpos que eram sujeitados, alienados e dominados como objetos, como instrumento de trabalho oprimido, assalariado e não-assalariado. Nessa direção, Silva (2016) sinaliza que:

A negação do outro – indígena e africano – deve ser analisada, mormente, a partir do despojamento do ser, enquanto ser social. A negação da língua, da cultura, da história e a consequente redução do sujeito à mercadoria foram, aos poucos, gerando o processo civilizador colonial, marcado pela raça, matriz geradora da sociogênese e psicogênese, que estão impregnadas na pele e nas identidades e subjetividades de milhões de homens e mulheres, herdeiros dessa história. A internalização da negação, da inferioridade, da condição de coisa, portanto, a modelagem do ser social operou-se por meio da violência, da servidão e da escravização. Ainda que houvesse ao longo do tempo revoltas coletivas e individuais, essas marcas ainda estão nos corpos e almas. (SILVA, 2016, p. 142)

Nesse caminho, Milton Santos (1998, p. 15) nos convida a pensarmos o território em si mesmo como em constante movimento e mudança, intrínseco às vidas e corpos daqueles(as) que habitam e nele se expandem, com suas marcas que se abrem a cada nova reconfiguração das diferentes formas de violências. O autor concebe o território como “território usado”, ou seja: o espaço habitado e a sua fluidez correspondem às relações sociais e aos processos sociais nele estabelecidos. Direciona, assim, a “dialética do território”, em que o “território usado” contempla também as identidades, alimentando o sentimento de pertencimento e sendo também lugar de resistências e do exercício da vida (SANTOS; BECKER, 1998, p. 14).

Dessa forma, conhecer sistematicamente uma realidade demanda um tratamento analítico sobre o território, o espaço que forma e é formado pelas relações humanas e sociais. Indagar como as formas de um território apresentam mediações para conhecer uma realidade social nos permite iniciar uma excursão pelas veredas das particularidades. Como aposta Souza (1998, p. 125): “a formação socioespacial brasileira, a formação do território brasileiro, é produto das relações sociais no Brasil”, assim, o estatuto da escravidão e os “padrões-socio políticos institucionais herdados de Portugal” são dimensões estruturais que delineiam os modos de vida no território brasileiro.

A distribuição geográfica da população brasileira adquire também perspectivas raciais, como nos aponta Lélia Gonzalez (2020, p. 35):

Um dos legados concretos da escravidão diz respeito à **distribuição geográfica da população negra**, isto é, à sua localização periférica em relação às regiões e setores hegemônicos. Em outras palavras, **a maior concentração da população negra ocorre exatamente no chamado Brasil subdesenvolvido, nas regiões em que predominam as formas pré-capitalistas de produção com sua autonomia relativa[...]** os problemas relacionados à integração dos sistemas impõem padrões específicos de integração social. (Grifo nosso)

O território brasileiro e suas regionalizações apresentam as marcas socioespaciais das apropriações, assim como segregações raciais e sexuais do espaço subdesenvolvido e periférico. Demarcamos na presente pesquisa o Recôncavo Baiano, buscando apreender os relevos que dão base às relações sociais, raciais e patriarcais estabelecidas no ambiente rural do Recôncavo da Bahia.

Para Brandão (1998, p. 106), o Recôncavo Baiano é reconhecido como uma sociedade regional formada historicamente pelas atividades realizadas pela população que nele vive, ocupando terras e explorando recursos na produção e reprodução para a sua existência. A autora destaca que a unidade do Recôncavo é formada pela diversidade de identidades e semelhanças que o compõe, ligadas às adequações locais da vida regional e a uma economia regional variada que envolve diferentes atividades, como a pesca, o cultivo da cana-de-açúcar, a agricultura de subsistência, o cultivo e a industrialização do fumo e o núcleo urbano.

A autora também destaca algumas subáreas do Recôncavo, como a zona da pesca e do saveiro, em que se destacam a orla marítima e as ilhas; a zona de açúcar, que são marcadas pelas terras de massapê; a zona do fumo, que se encontra mais recuada do litoral e a zona da agricultura de subsistência, enquanto uma área contínua que reúne as roças de mandioca, milho, feijão, hortaliças, frutas, pequenos criatórios e o fumo.

A lavoura do fumo e da mandioca é típica do Recôncavo. O fumo se destaca com algumas tipologias: o da mata, beira-campo, sertão e fumo de corda. O beira-campo abrange áreas como Cruz das Almas, São Gonçalo dos Campos e Conceição do Almeida, sendo o tipo mais comum e que concentra a maior zona fumageira do Recôncavo, de lavoura do fumo e de fábricas de fumo.

Uma característica que o território Rural Fumageiro do Recôncavo nos apresenta é sobre as condições de vida dos seus moradores: “É voz corrente no Recôncavo que “fumo é lavoura de pobre”. E não resta dúvida que é aqui, entre as

subáreas do Recôncavo, que atraso e pobreza são mais visíveis e mais chocantes” (BRANDÃO, 1998, p. 122). Como destaque da lavoura de fumo, presentes nas subáreas aqui pontuadas, há a realização da exploração da mão de obra feminina⁵⁹ subalternizada.

A mulher rural no Recôncavo baiano vivência em suas atividades rurais as subalternidades estruturadas pelo coronelismo, patrimonialismo e patriarcado típicos da colonização-escravista. Outro produto que também tem destaque nas subáreas do Recôncavo é a produção de mandioca, que obteve destaque no mercado rural do Recôncavo, pois, no final do século XVIII, a farinha se tornou componente essencial da alimentação e reprodução dos escravizados⁶⁰. Esse processo gerou demandas ao mercado baiano rural interno, incentivando os roceiros no sul do Recôncavo e no litoral baiano a cultivarem mandioca (BARICKMAN, 2003).

As atividades de subsistência destacadas acima demarcam uma espacialidade e ocupação de determinados territórios com perfis de corpos sexuados e racializados, em uma distribuição geográfica que segrega corpos específicos. Dessa forma, é possível direcionar os primeiros passos para compreender o caráter agrário do Brasil e do Recôncavo Baiano e, assim, identificarmos as mulheres rurais nesse percurso.

O caráter histórico da questão agrária na América Latina é imprescindível para apreender seus desdobramentos à brasileira. Para Transpadini (2018), que realiza um estudo sobre a questão agrária na América Latina, é imprescindível delimitar o caráter histórico da questão agrária, principalmente a partir da América Latina. Desse lugar, é possível compreender as disputas e contradições que se evidenciam com a centralidade da propriedade privada ao apresentar novas dimensões à questão agrária, posicionando em relevo as complexas relações sociais. Para a autora, pautar a questão agrária historicamente nos possibilita:

[...] reconhecer o desconhecimento histórico sobre o que havia antes e que foi soterrado, destruído, saqueado, violentado pela condição de invasão colonial [...] explicitar as histórias de resistência presentes ao longo dos últimos quinhentos anos que nos remetem a um passado

⁵⁹ Segundo Barickman (2003, p. 313): “Na Bahia, como em toda parte, a produção de açúcar sujeitava os escravos a uma rotina implacável de trabalho extenuante e muitas vezes perigoso nos canaviais e nas casas de engenho. [...] Na verdade, na lavoura fumageira importava bem menos a força bruta do que a destreza e a habilidade. Nas muitas tarefas delicadas que eram necessárias no cultivo do fumo, os lavradores podiam se valer, de modo vantajoso, do trabalho de mulheres e até de crianças”.

⁶⁰ “Os componentes mais fundamentais da dieta desses escravos – farinha de mandioca, carne seca e bacalhau – e também os panos de algodão que os vestiam chegavam aos engenhos através do mercado interno” (BARICKMAN, 2003, p. 307).

ainda vivo na concepção de território, vida e sociabilidade dos povos originários e demais grupos [...] entender a centralidade da terra para a acumulação capitalista. (ibid, 2018, p. 1698)

A sociedade de classes à brasileira tem sua formação social, histórica e econômica demarcada e constituída por sua dimensão agrária. Com isso, vale destacar que “há muito campo nessa história” (IANNI, 2004, p. 7). Assim, não há como falar de América Latina, de Brasil, sem destacar também que nossas raízes e saberes agrários, de comunidade e “aquilombamentos” advêm de uma diáspora africana compulsória.

Lélia Gonzalez (2020), em seu estudo sobre *A categoria político-cultural de amefricanidade*, no qual cunhou as mulheres camponesas, indígenas e negras de *amefricanas*, tece uma crítica aos termos “americanos” e “americanas” enquanto aqueles que remetem, em sua totalidade e quase exclusivamente, aos estadunidenses.

Dessa forma aposta no termo *amefricanidade*, que, conceitualmente, ultrapassa as barreiras territoriais, linguísticas e ideológicas, permite um olhar profundo de toda América. A autora, precursora de um pensamento feminista afro-latino-americano, combina o caráter multirracial e pluricultural na sociedade capitalista agrária, apresenta-nos uma América e suas africanidades como muito mais ameríndia e amefricana. Nos provocam a um olhar criativo e novo sobre a formação histórico-cultural do Brasil, ao demonstrar as implicações⁶¹ geográficas, políticas e culturais desse novo conceito.

A *amefricanidade* nos possibilita adentrar nas construções identitárias das mulheres rurais e do território rural brasileiro. Este apresenta marcas de complexas relações sociais, culturais, políticas, raciais e patriarcais. Seu chão é também o chão da vida de homens e mulheres que se relacionam em uma desigual e violenta divisão sexual, racial e social do trabalho, que invisibiliza as diferentes atuações desenvolvidas pelas mulheres rurais, subalternizando seu papel identitário junto ao

⁶¹ “As implicações políticas e culturais da categoria de amefricanidade são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: a América como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de amefricanidade incorpora todo processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) [...] em consequência ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica” (GONZALEZ, 2020, p.137-138).

território como agricultora e seu papel na produção e reprodução social⁶² do capital, assim como dicotomiza os espaços rurais de trabalho e do interior privado da família rural em uma dialética da vida de relações existenciais entre homem, mulher e terra.

Para Costa (2018, p. 10), a terra está em destaque, sob os holofotes do capital, sendo esgotada, trocada, colocada às avessas, em uma destruição ambiental e humana, como forma de perpetuação do capital. A autora destaca que, no passado, a terra foi cercada e negada aos seus cativos, mas agora está sendo expropriada de seus poderes reprodutivos, colocada aos avessos, transformando-se em mercadoria.

Nessa perspectiva, Panzutti (2006) destaca que, no Nordeste Brasileiro, a posse da terra se constitui como instrumento básico de poder. Com a modernização agrícola esse domínio do poder é dividido entre terra e capital, ambos como instrumento de dominação, segregação, exclusão social e econômica, junto à colaboração do Estado Brasileiro, que, como instituição fundamental do sistema global, compõe as bases do sistema de apropriações e dominação de um país subdesenvolvido, de forte caráter dependente e desigual.

Ao destacar o subdesenvolvimento agrário brasileiro dependente e desigual, faz-se necessário enfatizar que ele apresenta algumas formas de ser e se manter. Uma delas são os chamados roçados.

[...] a roça é um rural específico, um rural retalhado em pequenas ou mesmo minúsculas propriedades, destinadas à agricultura de subsistência. Propriedade, lugar de labuta, onde em conjunto a família lavra a terra e tira seu sustento [...] a roça é, digamos o paradigma de uma forma marginal que define as populações rurais empobrecidas. Roça fica aqui entendida, como um lugar de vivência específico das comunidades da zona rural do Nordeste brasileiro, residir na zona rural é morar e viver na Roça, é a identidade das pessoas, são seus modos, seus hábitos e seus costumes característicos do lugar onde moram, vivem, convivem e reivindicam esse status para si. (SANTOS, 2006, p. 82)

⁶² Mariarosa Dalla Costa (1995, p. 2) destaca sobre a reprodução social e a acumulação capitalista, indicando que a reprodução social revela as contradições, violências do modo de produção capitalista, esta revela também o acúmulo da miséria, a escravidão, a brutalização: “A reprodução social hoje é mais assolada e oprimida do que nunca pelas leis da acumulação capitalista: a expropriação contínua e progressiva “desde a expropriação primitiva da terra como meio de produção, que data do século XVI ao XVIII na Inglaterra, à expropriação, como é agora, de todos os direitos individuais e coletivos que asseguram a subsistência); a divisão contínua da sociedade em hierarquias conflitantes (de classe, sexo, raça e nacionalidade, que colocam o trabalhador assalariado livre contra o trabalhador assalariado não livre, contra o trabalhador desempregado e o trabalhador escravizado); a constante produção de desigualdade e incerteza (com a mulher como reprodutora enfrentando um destino ainda mais incerto em comparação a qualquer trabalhador assalariado e, se ela também é membro de uma raça ou nação discriminada, ela sofre discriminação ainda mais profunda); a contínua polarização da produção de riqueza (cada vez mais concentrada); e a produção de pobreza (cada vez mais difundida)”.

A principal função do roçado é manter a família. O trabalhador rural realiza um trabalho nas plantações do patrão e, ao mesmo tempo, é responsável pela sua roça de subsistência. Ele não tem a propriedade da terra, mas dispõe dela para produzir bens e serviços para sua subsistência por meio do trabalho familiar. No entanto, o roçado⁶³ é estratégia de sobrevivência, bem como, uma face da exploração do capital, principalmente pelo fato de que as pequenas produções de subsistência nas terras do latifúndio estão amplamente relacionadas à necessidade de tornar as terras produtivas, até chegar ao tempo em que aquele roçado já não é mais necessário e tão pouco as famílias que nele viviam.

As contradições entre os setores capitalista e não capitalista, as formas de subsunção realizadas do primeiro em relação com o segundo, e as consequentes expropriações das terras e de quem nelas trabalham indicam os interesses do capitalismo de base latifundiária, que tem como principal foco as terras produtivas e as lucratividades advindas desse processo. Se a roça e a subsistência são, para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, o que lhes resta para a sobrevivência, para o capital é o meio menos custoso de obter a sua produção de riquezas.

As assimetrias e desigualdades estão presentes nesse processo. As autoras, Safiotti e Ferrantes (1983), em uma produção intitulada *Mulher e as contradições do capitalismo agrário*, teorizam sobre essa articulação, indicando que o lugar da mulher rural nessa dinâmica se encontra, em sua maioria, no âmbito da produção capitalista com as formas não capitalistas de trabalho. Esse perfil se intensifica mais nas formações sociais subdesenvolvidas, pois é o lócus em que tem maior peso o trabalho não-capitalista como sustentação das formações sociais industrializadas. Sendo assim, o contingente populacional, as mulheres em grande quantidade, se dedica a essas atividades não capitalistas é objeto de exploração pelo capitalismo nacional e internacional (ibid, p. 68).

A expansão do capitalismo em países periféricos e subdesenvolvidos realizam o deslocamento das mulheres das funções econômicas diante da separação que se

⁶³ “A existência do roçado não é a única forma, para o patrão, de aumentar seu capital. A presença de pequena produção de subsistência nas terras do latifúndio está diretamente relacionada com o aproveitamento que é dado a essas terras. Quando há uma intensificação de seu uso, ao ponto de a terra cedida aos moradores fazer falta, ou quando é introduzida uma nova forma de exploração que dispense mão de obra, os roçados são reduzidos ou eliminados” (PAULILO, 2016, p. 78).

opera entre local de trabalho e domicílio, tanto no espaço urbano que insurgia com o avanço do capital, como também no espaço agrário. Desse modo, a agricultura capitalista brasileira não situa as mulheres rurais⁶⁴ nos mesmos níveis de emprego que correspondam à atividade econômica de subsistência que realiza. Nesse sentido, o valor não pago da força de trabalho de subsistência, que mantém a reprodução e torna os custos da produção mais baixos nas empresas capitalistas gera acúmulo de riquezas sem despesas com a força de trabalho. O trabalho das mulheres rurais na subsistência, enquanto parte do “lupem proletariado”, é mantenedora, não remunerada, da acumulação capitalista.

No seio da miséria que atinge os trabalhadores rurais brasileiros, instalou-se uma divisão sexual do trabalho através da qual o homem constitui o elemento privilegiado do processo de proletarização, enquanto à mulher se reservou a posição de lúpem proletária. A presença de maciços contingentes femininos na economia de subsistência garante o baixo custo da produção diária e da reprodução da força de trabalho, mercadoria que deve ser ofertada em abundância, a fim de que o processo de acumulação do capital não sofra nenhum percalço e possa elevar seu ritmo. (SAFIOTTI; FERRANTES, 1983, p. 69)

As mulheres rurais foram posicionadas pelo capital que se expandia, em uma condição de trabalhadora não assalariada dentro de uma economia salarial. Sua condição no capitalismo agrário brasileiro é forjada nas dinâmicas de violências da acumulação capitalista, que lhe nega o direito à existência autônoma, privando-a do acesso à terra, à subsistência, meios fundamentais de vida. Persiste na sociedade contemporânea uma divisão sexual e racial do trabalho rígida e arcaica no seio da estrutura cultural patriarcal do rural.

2.2 Violências, mulheres rurais e o sistema de dominação: exploração no ultraconservadorismo

Ao longo da seção anterior, foi apresentada a participação das mulheres rurais na produção e reprodução da força de trabalho para a constituição da sociedade de

⁶⁴ “O patrão tem especial interesse em manter as mulheres como força de trabalho reserva para ser aproveitada em momentos de pico de atividade [...] a natureza das tarefas desenvolvidas pelas mulheres no seio da família revela-se profundamente adequada à sazonalidade do trabalho agrícola, baixando extraordinariamente os custos da produção” (SAFIOTTI; FERRANTE, 1983, p. 73).

classes à brasileira como chão histórico e cultural o território rural. Marcas de exploração, violências e violações de direitos configuram as formas de produção capitalista sistematizam e impulsionam as explorações femininas. Em destaque, as mulheres rurais subsumidas pelos trabalhos na roça e no âmbito doméstico, invisibilizados e não pagos, ambos considerados desvinculados patriarcal e racialmente do trabalho produtivo. Nesse sentido, Abramovay (2000, p. 349) indica-nos:

[...] subestima-se e desconhecem a presença do trabalho feminino na População Economicamente Ativo (PEA) agrícola, na medida em que grande parte dessas mulheres trabalham ajudando a unidade familiar, sem uma remuneração específica. Os trabalhos considerados ajuda são tipicamente femininos, que, por não serem trocados no mercado, não tem valor por si mesmo, mas contribuem para a produção geral da força de trabalho.

Invisibilizam o trabalho produtivo e reprodutivo realizado pelas mulheres rurais de forma não paga. Há, pois, uma multiplicidade da jornada de trabalho das mulheres rurais, com o roçado, a casa, a educação e o cuidado dos filhos, organização da subsistência da família e a garantia da conjugalidade com ou sem seus desejos e consentimentos.

Nessa perspectiva, o trabalho, em suas diferentes formas, a maternidade e a sexualidade se entrecruzam de tal maneira que mostram o avesso dos avessos da função social e econômica dessa encruzilhada de opressões que as mulheres rurais se encontram. Assim, Frederici (2019, p. 20) tem direcionado seus estudos sobre a questão da reprodução social, compreendendo-a como “o complexo de atividades e relações por meio das quais nossa vida e nosso trabalho são reconstituídos diariamente”, apresentando um estudo sobre o trabalho reprodutivo e o trabalho doméstico, no âmbito da exploração das mulheres no capitalismo, reexaminando o desenvolvimento e a ascensão capitalista, expandindo, assim, a compreensão do trabalho doméstico à agricultura de subsistência, “abrindo a porta da cozinha ao jardim e à terra” (ibid, p. 30).

O desenvolvimento das desigualdades de gênero destina a mulher a aprender a ser mãe e esposa, a realizar as atividades domésticas, os cuidados com os filhos, o roçado. Já os homens são ensinados a discutir política, planejar a produção, negociar,

comercializar os produtos. Para eles a jornada de trabalho é bem delimitada, enquanto para as mulheres rurais a multiplicidade de processos de trabalho é ocultada.

O trabalho doméstico e o roçado são difíceis de se separar com maior rigidez, quando o roçado é no quintal da casa. Nesse sentido, Paulilo (2003, p. 37) destaca que “as mulheres veem os campos em volta de sua moradia como uma extensão da casa e não separam o trabalho que fazem nos dois espaços, declarando todas as atividades como trabalho doméstico”. O trabalho e a vida familiar se dão no mesmo espaço, estando o trabalho para além de uma dupla jornada, pois não há limites ou interrupções entre elas.

Busca-se demarcar as intersecções geradas e reproduzidas que estruturam e definem a função social, econômica e cultural da mulher rural na sociedade contemporânea, pois a complexidade da estrutura produtiva impõe limitações para a apreensão dessas funções, afinal seu trabalho não é formalizado no processo de mercantilização da produção e no âmbito familiar é caracterizado como ajuda e inerente a sua natureza.

Dessa forma, Panzutti (2006, p. 8-9) ressalta a invisibilidade do trabalho feminino, identificando que, na sociedade tradicional rural, a mulher tem como ocupação cozinhar, servir a comida, lavar roupa, cuidar dos animais, prover a lenha, costurar as roupas, lavar a louça, além de trabalhar na roça. A autora destaca que, no Nordeste, o lugar da mulher em unidades domésticas camponesas é secundário, estando ela posicionada em atividades consideradas como não trabalho⁶⁵ por serem realizadas por mulheres, enquanto há as atividades consideradas trabalho, direcionadas aos homens.

Analisar o trabalho doméstico e familiar das mulheres rurais revela a extensão e as invisibilidades do trabalho reprodutivo privado e público na terra, a gratuidade e o lucro que gera para a economia capitalista. Apresenta-se, assim, uma das faces ocultas da sociedade salarial no Brasil agrário. O roçado, as sementes, o plantio, as covas, as limpas, as casas de farinha, os estaleiros caseiros de fumo, cozinhar, limpar

⁶⁵ Existe uma oposição entre casa e roçado que organiza o campo do trabalho e do “não trabalho”, bem como as esferas específicas de autoridade do homem e da mulher dentro da família [...]. Socialmente, a atividade do roçado não cabe à mulher por ser área de atividade masculina, mas frequentemente isso ocorre, pois há tarefas do roçado consideradas próprias das mulheres, por exemplo, colocar sementes na terra. Nesse contexto, essa atividade é considerada trabalho, pois está localizada no espaço masculino. Nas tarefas do roçado, o plantio é considerado atividade feminina e é complementar à atividade de cavar covas. É a mulher que deposita as sementes nas covas e as cobre com o pé. As limpas também podem ser realizadas pelas mulheres. Na farinhada, raspar mandioca, tirar a casca, introduzir a mandioca para ser ralada são tarefas próprias das mulheres” (PANZUTTI, 2006, p. 64).

a casa, lavar as roupas, cuidar dos filhos e marido; apresentam-se intencionalidades nas desigualdades de gênero, na exploração da força de trabalho feminina produtiva e reprodutiva. Assim como há objetivos lucrativos da divisão sexual do trabalho no âmbito da divisão social e técnica do trabalho no capitalismo monopolista-imperialista.

Para Hirata e Kérgeat (2001, p. 599), a divisão sexual do trabalho é:

[...] a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (político, religioso, militares).

A divisão sexual do trabalho remete à relação social⁶⁶ homens/mulheres, enfatizando que as relações de classe e de sexo coexistem. Em uma sociedade capitalista à brasileira, as diferenças biológicas entre homens e mulheres são utilizadas como hierarquização social e sexual, justificando, portanto, as discrepâncias de poder, em que se utiliza dos fundamentos do patriarcado, da misoginia e do machismo para negar, dentro desses processos, os mecanismos de exploração e dominação. Ou seja, a divisão sexual do trabalho é um dos aspectos a serem destacados das relações sociais sexuadas. Tem-se, pois, o princípio da separação que indica a existência de trabalho para o homem e trabalho para a mulher, e a hierarquização entre o que tem maior valor entre eles.

Nesse sentido, “a exploração por meio do trabalho assalariado e a opressão do masculino sobre o feminino são indissociáveis” (HIRATA, 2002, p. 276). Para a autora existe uma ética e uma estética da submissão feminina, no âmbito das características das tarefas masculinas e femininas no universo do trabalho. Assim, pensar a divisão sexual do trabalho inclui a análise do trabalho doméstico e sua ligação objetiva e subjetiva com o trabalho assalariado.

De fato, a partir de uma problemática das relações sociais homens/mulheres, pode-se tentar tornar visível o que anteriormente era invisível, conferindo ao trabalho doméstico das mulheres o status

⁶⁶ Para Hirata (2002, p. 244) “o que é importante na noção de relação social – definida pelo antagonismo entre grupos sociais – é a dinâmica que ela introduz, uma vez que volta a colocar a contradição, o antagonismo entre os grupos sociais no centro da análise, e que se trata de uma contradição viva, perpetuamente em via de modificação, de recriação”.

de trabalho equivalente ao trabalho profissional. Contra essa ideia difundida de que as mulheres que não exercessem atividade profissional “não trabalham” ou “nada fazem”, podemos sustentar, demonstrando-o, que o trabalho doméstico exige tempo, gasto de energia e até mesmo um esforço físico considerável. (HIRATA, 2002, p. 266)

O trabalho não é apenas a relação estabelecida com a natureza, modificando-a. Ele é, também, determinado pelos vínculos entre as pessoas no âmbito da reprodução social. O valor do trabalho das mulheres rurais é apropriado pelo capital em um processo justificado e legitimado pelo projeto do patriarcado. Para Federici(2021, p.25) um projeto do “patriarcado do salário”.

Em sua obra *O Patriarcado do Salário*, Federici (2021) ressaltou que o trabalho realizado pelas mulheres nas cozinhas, nos espaços domésticos é estrategicamente não computado pelo capital. A autora afirma que “o capital não organizou nossas cozinhas e nossos quartos”. Seguindo uma lógica capitalista de que o trabalho doméstico é externo ao capital e que, por assim ser, dele o capital não se apropria, a autora demonstra essa reificação:

Assim que erguemos a cabeçada das meias que costuramos e das refeições que preparamos e olhamos para a totalidade de nossa jornada de trabalho, vemos que, embora ela não resulte em salário, nosso esforço gera o produto mais precioso do mercado capitalista: a força de trabalho. O trabalho doméstico, na verdade, é muito mais que a limpeza da casa. É servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, prepará-la para batalhar dia após dias por um salário. (FEDERICI, 2021, p. 28-29)

O trabalho e a exploração de muitas mulheres são ocultados por trás de cada fábrica, de cada produção agrícola, lavoura e roçados. Há, na força de trabalho das mulheres que realizam os trabalhos domésticos, uma função específica e valorativa na divisão social e capitalista do trabalho. Assim, quando falamos em trabalho doméstico⁶⁷, falamos também na “manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora” (FEDERICI, 2019, p. 29). As violências adentram e erguem as estruturas capitalistas

⁶⁷ No âmbito do trabalho doméstico no rural, Di Sabbato e Melo (2009, p. 35) apontam que “a invisibilidade do trabalho doméstico (reprodutivo) no rural fica realçada devido ao peso do regime de trabalho familiar (trabalhadores familiares sem remuneração) e das atividades de autoconsumo”.

patriarcais nas sutilezas das gerações de riquezas e valores importantes para a manutenção das opressões e invisibilidades das trabalhadoras. Destacamos aqui as trabalhadoras rurais, as trabalhadoras das roças.

Nessa direção, Paulilo (1987), em sua obra *O peso do Trabalho Leve*, descreve a divisão sexual do trabalho no campo. Para a autora existem duas categorias de trabalho nesse processo: o “trabalho leve” e o “trabalho pesado”, essa caracterização levará em consideração a posição que o trabalhador e trabalhadora ocupa na hierarquia familiar (PAULILO, 1987, p.70). No cotidiano do rural a autora demonstra que leve ou pesado não são distinções para indicar aquele que é mais penoso ou que exige mais esforço físico, ao contrário, em sua pesquisa, ela afirma que os trabalhos das mulheres são considerados leves pelo fato de terem um valor menor nos mecanismos mercadológicos e não por haver leveza naquilo que é desempenhado por elas.

Assim como pontua Paulilo (1987) sobre o peso do trabalho das mulheres rurais, Silva (2018) também destaca a diferença realizada no colonato brasileiro entre a “meia enxada” (trabalhadoras rurais) e a “Enxada” (trabalhadores rurais), apontando as jornadas dos trabalhos rurais feminino e as apropriações capitalistas.

As mulheres e os jovens de 12 a 16 anos eram considerados *meia enxada*, como se produzissem a metade do que era capaz de produzir um homem adulto, embora, em muitos casos, pudessem chegar a produzir tanto quanto os homens. *Enxada* era o trabalhador adulto do sexo masculino, acima dos 17 anos de idade, com plena capacidade física e dedicado integralmente ao trabalho no cafezal e na roça[...] as mulheres que trabalhavam no cafezal aproveitavam as noites e as madrugadas para o serviço doméstico. A jornada de trabalho feminino acabava sendo maior que a do homem. Muitas dentre elas, quando grávidas, trabalhavam até quase a hora de dar à luz, e não eram raros os casos em que crianças nasciam sob os cafeeiros [...]. (SILVA, 2018, p. 557-558)

Nesse estudo, Silva (2018) realiza uma pesquisa sobre as trabalhadoras do campo nas terras paulistas, demarcando o período característico do colonato⁶⁸

⁶⁸ Silva (2018, p. 555) explica como funcionava os contratos de colonato com as famílias e os fazendeiros: “Segundo o contrato anual acertado com o fazendeiro, a família colona recebia, proporcionalmente ao número de braços aptos ao trabalho, a tarefa de cuidar de uma quantidade determinada de pés de café em troca de um ganho monetário. Além disso, os colonos também deveriam prestar serviços avulsos, remunerados ou não, ao fazendeiro. Em contrapartida, a família tinha permissão para plantar culturas de submissão intercalares nos cafezais, ou um lote de terra para essas culturas e recebia, em dinheiro uma quantia fixa pelo cuidado – limpeza das ervas daninhas – do lote do cafezal e mais uma quantia proporcional ao volume de café colhido. Tinha também garantia de moradia gratuita e um pedaço de terra – proporcional ao número de pés de café sob seus cuidados – para plantar milho, feijão e arroz”

brasileiro – desenvolvimento das colônias de café nas últimas décadas do século XIX. A autora apresenta o cenário do trabalho da “mulher Colona” que aparece nas áreas paulistas no momento de substituição da mão de obra escrava pela mão de obra livre na agricultura de exportação, essas mulheres conjugavam o trabalho da casa com o da roça e do cafezal. Nesse processo, elas não existiam enquanto trabalhadoras individualizadas, pois seus trabalhos eram subsumidos no trabalho familiar controlado pelo marido. São muitas as reminiscências que ainda entoam na realidade brasileira.

As mulheres rurais estão posicionadas nas encruzilhadas de opressões de gênero, sexualidade, raça e etnia, vivenciando-as no âmbito do trabalho produtivo e na manutenção da reprodução social, assim como nas relações familiares. O lugar de classe social em que elas estão destinadas também será indicador de como essas encruzilhadas se realizam e com qual profundidade. O patrimonialismo e o coronelismo conservados nas relações patriarcais no território rural criam e reproduzem o machismo menos sofisticado e os mecanismos de dominação mais desvelados. É o que nos apresenta Frederici (2019, p. 45):

[...] quanto mais pobre a família maior a escravidão a que a mulher está submetida, e não simplesmente pela situação econômica. Na realidade, o capital tem uma política dupla: uma para a classe média e outra para a família da classe trabalhadora. Não é por acaso que encontramos o machismo menos sofisticado nessa última: quanto mais pancadas o homem leva no trabalho, mais bem treinada deve estar sua esposa para absorvê-las e mais autorizado estará o homem a recuperar seu ego à custa da mulher. Bate-se na esposa e joga-se a raiva sobre ela quando se está frustrado ou exausto em decorrência do trabalho, ou quando se é derrotado em uma luta.

A autora nos apresenta a realidade da violência contra a mulher no âmbito doméstico e familiar, decorrente das relações desiguais de gênero, do poder e da dominação masculina exercida pelos homens em seus relacionamentos. Para Saffioti (2015, p. 80), a violência na concepção popular corresponde a “uma ruptura de qualquer forma de integridade”, mas que, ao se referir às violências contra as mulheres, há uma linha tênue “entre quebra da integridade e a obrigação de suportar o destino de gênero traçado para as mulheres”, compreendendo que essa tenuidade é por si só uma violência.

As violências contra as mulheres assumem algumas formas que contribuem para sua identificação nas diferentes relações sociais. Suas formas ou modalidades

se tornam evidentes na Lei Maria da Penha (Lei 11340/2006), que recebe esse nome devido à história e vivência de violência e luta da cearense Maria da Penha⁶⁹. A presente Lei nos apresenta, em seu artigo 7º, as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher: a violência física é entendida como qualquer conduta e ação que ofenda a integridade ou a saúde corporal; a violência psicológica condiz com ações que causem danos emocionais, interferindo na autoestima, causando constrangimentos, ameaças, humilhação, manipulação, provocando isolamento e interferindo no ir e vir, controle das ações e escolhas individuais e qualquer outro meio que cause prejuízo à saúde psicológica (BRASIL, 2006).

As outras formas de violência também se destacam, como a violência sexual, que constrange a vítima a presenciar, manter ou participar de relações sexuais não desejadas, utilizando-se de coação, ameaça, uso da força física, bem como qualquer conduta que limite ou anule a realização dos direitos sexuais e reprodutivos. Exemplos disso são os estupros e os abusos sexuais. A violência patrimonial condiz com condutas de retenção, destruição de objetos de valor, recursos econômicos, bens que atendem às necessidades, instrumentos de trabalho, retenção de cartões bancários, de rendas provenientes de benefícios ou programas sociais. E a violência moral se configura como condutas de calúnia, injúria, assédio moral e difamação, em sua maioria incapacitante, pois impõe valoração moral que limita ações, tomada de consciência, imobiliza condutas reativas (BRASIL, 2006).

As violências⁷⁰ acima pontuadas e especificadas acontecem nos diferentes espaços, no trabalho e nas relações sociais dele provenientes, nas ruas, nos

⁶⁹ Maria da Penha, em 1983, foi por duas vezes vítima de tentativa de homicídio por parte do seu marido, a primeira vez com um tiro, o qual a deixou com paraplegia irreversível e a segunda tentativa eletrocutando-a no chuveiro elétrico, ela aguardou por 19 anos e 6 meses para a condenação do marido. Nesse longo caminho experienciou a morosidade e o descaso da justiça brasileira, o que lhe impulsionou a levar o caso à Organização dos Estados Americanos (OEA) em busca de providências; em 2001 foi publicado o Relatório nº 54 que estabelecia recomendações a serem adotadas pelo Estado Brasileiro no Caso de Maria da Penha. Com esses processos e os movimentos feministas em 2006 foi promulgada a Lei Maria da Penha.

⁷⁰ Saffioti (2015) descreve algumas diferenças referente aos locais em que as violências podem ocorrer: A violência Familiar “[...] envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, levando-se em conta a consanguinidade e a afinidade [...] pode ocorrer no interior do domicílio ou fora dele” (SAFFIOTI, 2015, p.75). A Violência intrafamiliar “extrapola os limites do domicílio”, pois está relacionada a qualquer espaço em que esteja estabelecido uma relação intrafamiliar, entre os membros da família. A Violência Doméstica: “[...] tem pontos de sobreposição com a violência familiar [...], mas atinge também pessoas que não pertencem à família, vivem, parcial ou integralmente no domicílio do agressor” (ibid, p. 76). Podem ocorrer também diante de qualquer relação íntima de afeto, em que há ou houve o convívio com o agressor, sem necessariamente coabitarem o mesmo espaço.

comércios, em festas, no âmbito familiar e doméstico e em tantos outros. As situações de violência contra a mulher têm se apresentado corriqueiramente em suas diferentes facetas e, na maioria das vezes, não acontecem de forma isolada, muitas das violências se acumulam nos corpos e nas subjetividades das mulheres.

As autoras Lorezoni, Rodrigues e Santos (2020, p. 152) destacam também as interferências dessas violências na saúde física e mental das mulheres rurais: “constatamos inúmeras mulheres com queixas de dores crônicas e outros sintomas, como dificuldade de dormir, nervosismo, depressão, tristezas, problemas digestivos, perda de sangue, gravidez indesejada”. As violências deixam sequelas que caminham com as mulheres, em muitas situações, durante toda a sua vida.

Nesse sentido, Daron (2009), em seu estudo denominado *Um grito lilás: Cartografia da violência às mulheres do campo e da Floresta*, destaca questões importantes sobre esse caminho, ao mencionar o silêncio direcionado aos dados disponibilizados sobre a violência contra a mulher no campo e na floresta. A autora chama atenção para as ausências nas pesquisas sociais, na investigação epidemiológica ou demais análises. São encontradas evidências das mulheres rurais e as violências vividas em “dados informais, relatos de vida, confidências, biografias e documentários focais, denúncias e reivindicações feitas pelos movimentos de mulheres e organizações sociais populares do campo e da floresta” (ibid, p. 65).

Os processos de invisibilidades e apagamentos das histórias e narrativas das mulheres rurais são também consequências das marcas da dominação patriarcal racista, que roubam e saqueiam uma parte importante da constituição da sociedade capitalista: a história da classe trabalhadora rural. Segundo Transpadini (2016, p. 80):

Toda dominação é roubo. E o roubo violento pelo qual os trabalhadores da América Latina passaram ao longo dos últimos quinhentos anos forjou, na sociedade como um todo, a máscara da alienação como verdade, o fetiche do dinheiro como moral e o sentimento de nostalgia como dúvida sobre esta verdade, e esta moral. Na dialética entre o destino pensado desde fora, por outros, e a construção contraditória emanada objetiva-subjetivamente desde o cotidiano destes trabalhadores, é que a disputa se materializa. E com ela as possibilidades de, ao entender o mundo, transformá-lo.

A autora destaca que o processo de dominação que vivenciamos na América Latina demarca algumas violências, como a apropriação violenta dos espaços territoriais, das produções e saberes culturais. A violência econômica e política, em

uma sociedade que “aliena em vez de conscientizar, escraviza-mercantiliza em vez de emancipar, apropria-se privadamente em vez de socializar (TRANSPADINI, 2016, p. 85). Nessa dinâmica de dominação, a classe trabalhadora brasileira foi subsumida às explorações e superexplorações, resultado da relação entre os sistemas de opressões na produção e reprodução do capital e os sistemas ideológicos de dominação. Ambos se retroalimentam, criando subalternidades.

Com isso, Transpadini (2016, p. 92) analisa que foram estabelecidas particularidades das históricas condições opressoras, demarcadas em um sistema que tem em suas bases a superexploração da força de trabalho, a opressão patriarcal, sexista e racista. Assim, a autora enfatiza que o caráter da dependência capitalista (presente nas relações de dominação no fulcro das dependências territoriais e econômicas), tendo a superexploração como um mecanismo que compõe suas particularidades, é mecanismo de geração de relações opressoras que transcendem o plano econômico, sociológico e político.

Nesse sentido, Galeano, em sua empreitada por desvelar *As veias abertas da América Latina* (2020, p. 158-159), destaca que, na América Latina, o liberalismo e a burguesia apresentavam particularidades no que se refere ao capitalismo, à questão agrária e ao desenvolvimento dos países que a compõe. O autor também tece uma análise específica sobre as constituições burguesas da América Latina, ao enfatizar que há um verniz de liberalismo nessa burguesia, que não assumiu o compromisso histórico do “desenvolvimento de um capitalismo nacional pujante”. Nossa burguesia nasce como engrenagem do capitalismo internacional, devastando muitas colônias, que têm nos donos da terra um desinteresse conveniente em não resolver a questão agrária. Com isso, fica em veias abertas as marcas do subdesenvolvimento⁷¹ afro-latino-americano, que nos faz suspeitar da riqueza dos poderosos e da pobreza dos subordinados e dependentes.

Florestan Fernandes (2008), no tópico *Anotações sobre o capitalismo agrário e mudança social no Brasil* do seu livro *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, destaca a existência de três questões importantes do desenvolvimento dependente

⁷¹ Sobre o subdesenvolvimento, Galeano (1978, p. 372) destaca que: “Nestas terras, não assistimos à infância selvagem do capitalismo, mas sua decrepitude. O subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento. É a sua consequência. O subdesenvolvimento da América Latina prove do desenvolvimento alheio e continua alimentando-o. Impotente pela sua função de servidão internacional, moribundo desde que nasceu, o sistema tem pés de barro. Quer identificar-se como destino e confundir-se com a eternidade”.

desigual e combinado mundial, que indicam os passos brasileiros para uma “dependência dentro da dependência. Em primeiro, o entendimento de que a agricultura é a base da acumulação originária do capital que constitui a acumulação capitalista. Em segundo, a figura do capitalista se encontra intimamente ligada e constituída pela mentalidade e comportamento dos senhores de engenhos, mantenedores do caráter conservador colonial de entesouramento. E em terceiro, a matriz de acumulação capitalista nacional – a estratificação social no rural que coloca os trabalhadores rurais em uma dupla exploração: o roubo na produção de excedentes para a exportação e para importação.

A dependência dentro da dependência dá origem a uma estratificação social típica no meio imediato da economia agrária, da qual as maiores vítimas são os despossuídos e os agentes da força de trabalho, que vivem dentro da fronteira, mas fora de sua rede de compensações e de garantias sociais. Esses setores [...]. Constituem o vasto contingente dos condenados do sistema, os segmentos da população brasileira que suportam os maiores sacrifícios, decorrentes dos custos diretos ou indiretos da existência de uma sociedade de classes e da prosperidade urbana, mas que são ignorados na partilha dos benefícios da “civilização” e do “progresso”. (FERNANDES, 2008, p. 184)

Para o autor, a dependência dentro da dependência se constitui em uma configuração brasileira em que o campo passa por uma drenagem realizada pelo capital industrial-comercial urbano e transnacional. Essa contextualização de Fernandes (2008) nos apresenta caminhos para compreender as consolidações neoliberais e conservadoras.

Nessa perspectiva, Fontes (2020), em seu prefácio do livro *Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo*, apresenta considerações sobre o fulcro do pensamento liberal, considerando que, para este, a propriedade que decorre do trabalho não é seu principal valor, pois, se assim fosse, determinadas propriedades não estariam em extermínio: os indígenas, a perseguição aos quilombolas, a expropriação unilateral do campesinato. O principal fulcro do liberalismo é o argumento que pretende justificar a separação entre o produtor e o resultado do seu trabalho; trata-se de defender a propriedade do capital pisoteando sobre a classe trabalhadora. (FONTES, 2020, p. 12).

O liberalismo e todos os seus “neo” e “ultras” têm um papel de estímulo aos empresariados e financeirização que os impulsionam a caminharem tranquilamente por dentro do Estado para apropriarem-se de mais e mais capital, em prol de um

retorno privado e desigual. Fontes (2020, p. 14) enfatiza que temos, no seio do liberalismo, um “Estado austericida, sem qualquer austera seriedade”, como nos mostra o estranho e estratégico casamento “não monogâmico entre grupos fascistas, militares nostálgicos da tortura e da ditadura empresarial- militar, teologias da prosperidade e grandes empresários da religião, ultraneoliberalismo amoral e pragmático e conservadorismo de cepas diversas”. Dessa forma, estão na base de legitimação do neoliberalismo: a passividade, o aumento da pobreza e o desemprego, e a violência.

Em se tratando do Estado Brasileiro, Ianni (1965, p. 107) apresenta o papel do Estado na constituição das relações de dominação no âmbito das classes sociais: “o Estado é a instituição através da qual as relações de produção se convertem em relações de dominação. Ele “representa” a sociedade enquanto um sistema econômico-social e político estruturado em classes sociais, cujo equilíbrio de forças se realiza por seu intermédio”. Assim, adquire predomínio no que é de constitutivo do sistema capitalista.

Cortes e Freire (2020, p. 40) nos apontam que há uma avalanche ultraneoliberal diante dos sucessos ideológicos do neoliberalismo, que vem, ao longo do tempo, mostrando sua velocidade nas perdas de direitos sociais, especialmente com a Pandemia⁷² pelo Covid-19. Há, pois, uma barbárie ultraneoliberal.

Para o movimento da acumulação do capital em processo de hegemonia do capital financeiro, a associação do neoliberalismo e do neoconservadorismo⁷³ se faz urgente, ambos comungam do mesmo projeto societário. Há necessidades para essa engrenagem de findar e desestruturar os direitos humanos, garantindo extrema concentração de renda, declínio das políticas sociais, manutenção do desemprego estrutural, por meio das doutrinas religiosas, do livre mercado e a barbárie para todos

⁷² No dia 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde – OMS, através de uma declaração, tratou o surto da doença causada pelo Novo Coronavírus – COVID-19 como emergência de saúde pública conforme dispõe o Regulamento Sanitário Internacional. Com isso, a COVID-19 foi considerada pela OMS como uma pandemia. A Lei 13.979/2020 define medidas de enfrentamento de emergência de Saúde Pública decorrente do COVID-19.

⁷³ Sierra, Veloso e Zacarias (2020, p. 65) em sua produção: *Neoconservadorismo, Estado e Vigilância* nos apontam características importantes do neoconservadorismo brasileiro: “O neoconservadorismo brasileiro traz, portanto, os elementos de uma base cristã evangélica, combinados com os princípios da liberdade de mercado, sendo assim duplamente fundamentalista. Dividindo a sociedade entre os cristãos e o resto, ou seja, seus inimigos, os neoconservadores incentivam a “cruzada” contra indígenas, quilombolas, gays, lésbicas, religiões afro, sobretudo, petistas. O nacionalismo propagado reforça a discriminação contra imigrantes e refugiados em defesa de uma identidade cultural, nunca tida no Brasil. Desse modo, abrem uma fenda na Constituição Federal de 1988, que incorporou princípios e normas dos direitos humanos como fundamentos do Estado Democrático de Direitos”.

aqueles que colocarem a ordem liberal cristã na berlinda. Essa associação escancarada demarca o autoritarismo da sociedade brasileira e as vertigens da sua democracia.

Os governos ultraneoliberais também não escondem o seu objetivo de favorecer o agronegócio e a bancada ruralista, ao passo que negligenciam a demanda dos agricultores familiares, dos povos tradicionais e do Movimento dos Trabalhadores sem Terra. Face a isso, é possível testificar o aprofundamento do compromisso dos governos ultraneoliberais com as predileções imperialistas uma vez reconhecido o aviltamento do entreguismo e da privatização das reservas ambientais e do território dos povos originários, intensificando sobremaneira os processos de expropriação da terra. (CORTES; FREIRE, 2020, p. 43)

As ofensivas ultraneoliberais dão centralidade à questão agrária, pois está se encontra nas disputas cotidianas do capital e dos movimentos sociais. Assim, a exploração agrícola não é um entrave ao desenvolvimento capitalista⁷⁴, é, pois, suporte para a acumulação capitalista, para a dinâmica industrial. Como aponta Paulilo (2016, p. 29-30), a necessidade de acumulação do capital no setor industrial apresenta implicações no capital investido na produção agrícola.

Nesse processo, o trabalho da mulher rural é vantajoso para a cumulação capitalista, visto que elas sempre trabalharam na terra, no processo de modernização agrícola, passam do trabalho na roça familiar ao trabalho assalariado. No entanto, esse processo não gera alterações significativas nas redefinições dos papéis sexuais e da organização familiar, o que ocasiona barreiras à plena proletarização das mulheres rurais, pois seu trabalho ainda é caracterizado como subsidiário⁷⁵ ao do homem.

⁷⁴ Sobre isso Martins (1975, p. 13) acrescenta que a penetração do capitalismo no campo busca a vantagem de manutenção das mesmas explorações não capitalistas, é assim que o capital se mantém: “é pois, o estabelecimento tradicional que constitui num dos pontos de apoio da efetivação do mundo capitalista e urbano no país. É justamente esse tipo de estabelecimento que o mundo urbano pretende modernizar. Ele precisa vender mercadorias, mas precisa igualmente, comprar barato aquilo que consome. A realização do primeiro desejo destrói as possibilidades de efetivação do segundo”.

⁷⁵ Paulilo (2016, p. 52), destaca as vantagens da exploração econômica e sexual da mulher rural para o capital: “Em primeiro lugar pela menor remuneração por trabalho igual ao do homem. Em segundo, sendo o trabalho da mulher encarado como subsidiário ao do homem, e sendo consideradas como suas principais funções a sexualidade, a reprodução, a socialização das crianças e os cuidados com idosos e enfermos, ela se adapta bem a uma ocupação temporária e não tem estímulo para reivindicar maiores salários, já que a “cabeça” da família é o marido. Esse trabalho, sendo temporário e não vinculado a qualquer propriedade em particular, dificulta a organização das trabalhadoras em termos de classe”.

A subsidiariedade do trabalho das mulheres rurais e dos seus direitos se encontra alicerçada nas contrafaces ultraneoliberalistas do ultraneoliberalismo brasileiro que atingem a classe trabalhadora e suas particularidades. Borges e Matos (2020, p. 71) destacam, em suas hipóteses de pesquisa, que “se encontra em curso no país a implementação de um projeto ultraneoliberal, que tem como sua contraface um projeto ultraneoliberalista”. O ultraneoliberalismo se manifesta em diferentes instâncias: na desregulamentação dos direitos, na naturalização das violências à população LGBT, na violência doméstica e outras.

O ultraneoliberalismo tem como principais pilares, no Brasil, a religião e o código penal, ambos que têm em suas ideologias e ações o patriarcado como direção. Desse modo, subalterniza e violenta as questões voltadas as mulheres e tudo aquilo que feriu a ética dos direitos humanos e dos movimentos sociais

Especialmente no Brasil, neste ciclo de liberalismo ultra-acirrado (ultraneoliberalismo), as práticas vêm sendo reorientadas por um ultraneoliberalismo de direita, também exacerbado (que denominamos ultraneoliberalismo), uma vez que recorre ao fascismo. Seria uma nova etapa do projeto neoliberal, com a conjugação de um projeto ultraneoliberalista, que busca naturalizar desvalores, para legitimar o neofascismo e que vai repercutir – diretamente – nos estratos mais baixos da classe trabalhadora, uma vez que estes são vistos como mais disponíveis. (BORGES; MATOS, 2020, p. 80)

O capitalismo patriarcal racista não deixa de usar da tortura, do silenciamento, da prisão, da morte contra as mulheres. Lembremos do assassinato de Maria de Lourdes Fernandes Silva, militante brasileira dos direitos à terra, o assassinato de Mariele Franco, Berta Carceres, ativista ambiental indígena assassinada em Honduras, e Maria Margarida, sindicalista rural. O atual governo⁷⁶ do Brasil ainda que não tenha instaurado o fascismo, apresenta elementos e traços alarmantemente fascistas, em um contexto propício, devido ao capitalismo monopolista instaurado, à aguda crise econômica em que se encontra o país e às ameaças violentas a

⁷⁶ “O governo atual só está realizando uma agenda programada e em consonância com os interesses do capital financeiro. O que acontece é que no Brasil, mas não só aqui, se aliou à agenda econômica-financeira, um aprofundamento do ultraneoliberalismo. O governo tem se manifestado pelo culto à violência policial e ideologia repressiva (rebaixamento da idade penal, armamentismo, extensão de penalidades) e também pelas intolerâncias às “minorias” sexuais, com fortes apelos religiosos (contra legalizações: aborto, drogas/produtos psicoativos, uniões homoafetivas)” (BORGES; MATOS, 2020, p. 75)

determinadas classes sociais e seguimentos, com uso da violência misógina, racista, classista e patriarcal.

O discurso do presidente Bolsonaro, como pretexto de combate à esquerda e em defesa de um projeto de ultradireita, expressa o ódio à diversidade humana, a ênfase da misoginia, a defesa do armamento para o enfrentamento das expressões da questão social, dentre outros. Essas manifestações presidenciais trazidas aqui como exemplos, uma vez que não esgotam os conteúdos de seus discursos, fez emergir a preocupação com a possível instalação do fascismo ao modo tupiniquim. (BORGES; MATOS, 2020, p. 76-77)

As marcas da violência no campo brasileiro evidenciam as contradições de um projeto de sociedade ultraneoliberal que intensifica as dominações e explorações do trabalho, do corpo e da sexualidade das mulheres rurais, nas empreitadas “fascistas tupiniquim” e nos riscos iminentes de mortes físicas, mas também na morte histórica que permeia suas narrativas, de lutas, revoltas e resistências.

2.3 As lutas das mulheres rurais e a marcha das margaridas

A classe trabalhadora rural vivia à margem da legislação e do acesso aos direitos, principalmente trabalhistas. Nesse contexto, surgia, no Nordeste brasileiro, um foco de resistência, que provocava movimentações no que se refere à situação da classe trabalhadora rural no Brasil. Inicia-se, portanto, a partir de 1940, as chamadas Ligas Camponesas. Segundo Silva e Santos (2020, p. 64-65), as Ligas tinham o objetivo de lutar pela reforma agrária, confrontado o latifúndio e o imperialismo, ainda que, no período de seu surgimento, as legislações não permitissem a organização dos trabalhadores rurais. No período de 1945 e 1947, criaram-se Ligas pelo Brasil, com foco no direito ao salário justo aos camponeses e camponesas.

Com as Ligas Camponesas e suas reivindicações pelo direito à terra, expandem-se também as lutas que envolvem melhores condições de trabalho, acesso à documentação, à previdência, à reforma agrária, assim como a não violência contra as mulheres rurais. Esses movimentos demonstram, a cada intervenção, que a democracia brasileira adentra o estado de vertigem, pois possui marcas de opressões da aristocracia agrária, das violências. Em suas reivindicações buscam romper com o papel de gênero imposto às mulheres rurais e a ausência de um projeto de reforma

agrária⁷⁷ concreto que se realize diante das necessidades da classe trabalhadora rural.

Nesse cenário, a luta do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil⁷⁸ se cruza com a história das Ligas Camponesas, pois bebem das experiências desta na luta pela libertação das mulheres de todos os tipos de opressões e no marco das lutas agrárias (SILVA; SANTOS, 2020, p. 69).

Uma das bases de reivindicações das mulheres rurais é o seu reconhecimento no âmbito do trabalho rural. A legislação do trabalho no campo caminhou a passos lentos, o Estatuto do Trabalhador Rural se instituiu em 1963, vinte anos após a instituição das Leis do Trabalho, o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural surge em 1971. Nessa direção, Ianni (2004, p. 246) destaca que:

No campo, frequentemente a administração pública é ausente, omissa ou conivente com as práticas ilegais de grileiros, latifundiários, fazendeiros e empresários. Tanto quanto possível, os governantes sempre atrasam o atendimento das reivindicações do trabalhador rural. Não atendem ou deixam que latifundiários, fazendeiros e empresários lancem mão da violência privada [...] em todo caso o Estado reflete, ou mesmo representa abertamente, os interesses dos grandes proprietários rurais, nacionais e estrangeiros.

Uma outra luta das mulheres rurais é pelo direito à terra. A Portaria N 981/2003 volta-se para a garantia de acesso da mulher rural à terra, obrigando a titulação conjunta das terras em áreas exploradas por um casal, permitindo o usufruto da mulher à renda e aos benefícios econômicos e sociais. As terras que ajudava a conquistar e tornar produtiva, no âmbito da posse, mostrava-se distante às mulheres rurais.

⁷⁷ Especificamente no caso da economia brasileira, o desenvolvimento desigual e combinado fica ainda mais evidente na explicitação histórica da inexistência da reforma agrária dos planos de execução política de domínio da burguesia nacional. No palco da modernização conservadora a não reforma agrária se instaura como processo inerente de organização sócio-histórica do capitalismo dependente. Brasil, México e Argentina, ao se industrializarem a partir dos anos 1930, consolidam uma estrutura urbano-industrial dependente que não foi capaz de destituir a agricultura do plano geral da função da América Latina na produção e reprodução ampliada do capital (TRANSPADINI, 2016, p. 136).

⁷⁸ As Mulheres Camponesas Brasileiras nos indicam que: “Nós, Mulheres Camponesas do Brasil, com muito esforço e vontade, estamos buscando e conquistando o nosso espaço. Nos reunimos, estudamos, organizamos nossos sonhos, juntamos forças e, há mais de 20 anos estamos lutando, para neste tempo de agora, poder firmar o nosso Movimento Nacional de Mulheres. Impulsionadas pelo ideal de uma vida melhor para nós, para nossas(os) filhas, netas(os), marcamos a história, nos mais diferentes espaços da família, do trabalho e da sociedade” (MMC- BRASIL, 2003, p. 13).

Nessa direção, Butto e Hora (2008, p. 24) destacam, em seus estudos sobre *Mulheres Rurais e Reforma Agrária*, que, no Brasil, as reivindicações dos direitos das mulheres à terra, ao desenvolvimento rural só são incluídos na agenda pública no final dos anos 80, com o processo de redemocratização do país. Ainda assim, a formação do quadro normativo e o estabelecimento das ações do Estado brasileiro não priorizou a situação das mulheres rurais, principalmente no âmbito das políticas produtivas de desenvolvimento rural.

O processo de redemocratização⁷⁹ do Brasil no final da década de 1970 marca um período de efervescência das lutas sociais em suas diferentes ferramentas: mobilização social, movimentos populares, sindicatos e outros. Em 1986 é realizado em São Paulo o primeiro Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, evento que marcou a primeira vez que mulheres rurais se reuniram nacionalmente para pensarem juntas uma organização de lutas e resistências tendo as seguintes linhas de atuações: auxílio natalidade para as mulheres trabalhadoras rurais, reconhecimento da mulher como trabalhadora rural, fim da violência no campo, aposentadoria aos 45 anos com salário integral (ANTR, 1986, p. 4).

Em 1995, o III Encontro Nacional teve como lema: “Mulher trabalhadora rural: amante da igualdade, é preciso ter força, é preciso ter garra sempre”. Nesse evento ocorreu a nacionalização da campanha “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentação”, pois essa era uma realidade frequente para as mulheres trabalhadoras rurais⁸⁰ que não conseguiam acessar direitos e benefícios, pois não tinham documentação básica (ANMTR, 1997).

⁷⁹ “Durante a década de 1980, ampliaram-se as organizações políticas das mulheres, e, devido à grande extensão territorial brasileira, pôde-se observar a formação de vários grupos de mulheres provenientes da área rural que atuaram de formas distintas, de acordo com necessidades específicas de cada região. [...] A principal demanda das mulheres desses movimentos, nesse período, foi o seu reconhecimento político como trabalhadoras rurais [...]. Quanto aos direitos sociais, mais particularmente, direito à aposentadoria e ao salário-maternidade, que marcaram profundamente a trajetória política das mulheres trabalhadoras rurais, esses foram conquistados com a expressiva participação das mulheres trabalhadoras rurais no processo de construção da Constituição de 1988. O engajamento dos seus respectivos movimentos nas mobilizações para a participação popular na Assembleia Constituinte [...]” (AGUIAR, 2016, p. 166, 168).

⁸⁰ “A categoria mulher trabalhadora rural emerge do anonimato e da invisibilidade para conquistar espaço político e seu reconhecimento como sujeita produtora inserida no mundo do trabalho rural; conquista essa que se inicia, pela via das mobilizações coletivas de mulheres rurais, a partir da Promulgação da CF/1988. São, então, reconhecidas como trabalhadoras e possuidoras de direitos previdenciários. Antes, porém, a denominação doméstica, por ocuparem, majoritariamente, também o espaço privado do cuidado, as descredenciava do direito à aposentadoria” (DARON, 2009, p. 60).

Um aspecto fundamental da luta feminista no campo é o acesso à renda, que está vinculado ao direito à documentação, trazendo o processo de autonomia da mulher, econômico e político.

[...] à luta pela autonomia econômica das mulheres no campo passa também por suas reivindicações de garantia de acesso à propriedade da terra e de se beneficiarem do conjunto das políticas destinadas ao campo, como a de assistência técnica. A demanda pelo acesso igualitário à terra na reforma agrária, colocada pela Marcha das Margaridas, levou o governo federal a efetivar tal reivindicação com a Portaria 981/2003 do Incra, que estabeleceu a obrigatoriedade da titulação conjunta. (FARIA, 2009, p. 25)

A Marcha das Margaridas é também referência para as lutas das mulheres rurais, que recebe esse nome em memória de Margarida Alves. Ela era produtora rural, sindicalista – presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande/Paraíba, marcou a luta por direitos das mulheres rurais, contribuindo e constituindo, com sua história e resistência, os movimentos pelos direitos das lavradoras e camponesas – e foi assassinada em 1983, tornou-se representação de resistência para as mulheres rurais.

Enquanto sindicalista⁸¹, Margarida defendeu questões como garantia dos direitos dos assalariados e ficou conhecida pela frase: “Da luta eu não fujo” (SILIPRANDI, 2015, p. 112). Desde então, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura CONTAG organiza a Marcha das Margaridas, que envolve todas as mulheres em movimento de marcha até Brasília para reivindicar direitos e lutar contra a pobreza, a violência sexista no campo, garantia de acesso à terra, à documentação, apoio à agricultura familiar.

A Marcha das Margaridas teve sua primeira preparação em 1999, vindo a ser efetivada em 2000. Esse movimento faz parte da Marcha Mundial de Mulheres. Nesse primeiro momento, mobilizaram-se sob a bandeira “Contra a fome, a pobreza e a violência sexista” e obtiveram, como resposta do Governo Federal, a Resolução N6º/2001, com o comprometimento do governo em incluir as perspectivas de gênero

⁸¹ O sindicalismo rural e os movimentos autônomos das mulheres foram marcados por alguns desafios, é o que nos aposta Siliprandi (2015, p. 114): “No meio rural, em um momento, houve um esforço de incorporarem-se as mulheres aos quadros sindicais, mas essa questão esbarrava no entendimento de que apenas um membro da família poderia ser sindicalizado, que era, em geral o homem. Posteriormente, mesmo as mulheres tendo obtido o direito à sindicalização, muitos movimentos que se criaram em torno da questão feminina preferiram manter-se autônomos em relação à estrutura sindical, por considerarem que nesses espaços mistos não havia a valorização das lutas das mulheres”.

nos instrumentos administrativos no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SILIPRANDI, 2015, p. 126).

O ano de 2003 marcou a realização da segunda Marcha das Margaridas, que abarcou as seguintes reivindicações: reconhecimento das mulheres rurais como trabalhadoras na agricultura, prevenção à violência contra as mulheres rurais, ampliação dos direitos trabalhistas, geração de renda, acesso às políticas de saúde, previdência e educação (HEREDITA; CINTRÃO, 2006). A terceira Marcha ocorreu em 2007, que trazia como reivindicações, para além das demais questões históricas de suas lutas, a ênfase na segurança alimentar e nutricional, tecendo críticas ao modelo do agronegócio, propondo a agroecologia como modelo produtivo do campo. Outra pauta que ressurgiu foi a violência de gênero no campo, juntamente com a exigência de que o governo fizesse cumprir o que estava previsto na Lei Maria da Penha (2003) (SILIPRANDI, 2015, p. 127).

A Marcha das Margaridas de 2011 retomou as pautas históricas das mulheres rurais, dividindo-as e apresentando-as em oito eixos estratégicos. Dois anos após esta Marcha, no âmbito da II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, “Dilma Roussef lançou o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, fazendo referência às reivindicações apresentadas pelas mulheres na Marcha, reconhecendo a força do movimento” (ibid, p. 128). Nesse sentido, em 2001 ocorreu a iniciativa de criar o “Programa de Ações afirmativas para Promoção de Igualdade e Oportunidade de Tratamento entre Homens e Mulheres”, que era vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em 2003 o programa passou a ter como nome “Programa de Promoção da Igualdade em Gênero, Raça e Etnia, com o objetivo de promover ações de fortalecimento da cidadania e justiça social no rural brasileiro, principalmente no que se refere ao acesso à terra, políticas de crédito e a titulação conjunta” (HEREDITA; CINTRÃO, 2006, p. 18)

O Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia⁸² criou em 2004 o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural voltado

⁸² “O Programa passou a atuar no desenvolvimento de políticas públicas de promoção dos direitos econômicos das trabalhadoras rurais, por meio de ações de apoio à produção, acesso e garantia de uso da terra, acesso à documentação civil e da valorização da participação e do controle social. Inclui ações articuladas e integradas dos órgãos vinculados ao MDA, suas secretarias e assessorias, ao Inkra e com os demais ministérios e instituições afins. A principal interface interinstitucional é com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)” (BUTTO; HORA, 2008, p. 27)

para fornecer gratuitamente a documentação civil básica para mulheres trabalhadoras rurais, indígenas e quilombolas. A ausência desses documentos prejudicava o acesso a outros programas e benefícios.

Outro programa que adquiriu importância foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, criado em 1996 a partir de reivindicação dos movimentos sociais no campo, incluindo os movimentos de mulheres. Em 2003 foi criado o PRONAF MULHER – pois os créditos rurais distribuídos pelo primeiro programa eram destinados apenas para os homens, não reconhecendo as mulheres como trabalhadoras rurais –, tendo como um dos objetivos centrais, segundo Heredita e Cintrão (2006, p. 19), o acesso da mulher ao crédito e à incorporação do sexo feminino no formulário de declaração junto ao banco para obtenção do crédito.

O acesso à aposentadoria rural foi proporcionado pela Lei Complementar nº 11/1971, que criou o PRORURAL, um Plano de Assistência ao Trabalhador Rural, aposentadoria por invalidez, auxílio funeral e pensão por morte. No entanto, as trabalhadoras rurais eram classificadas apenas como dependentes⁸³ nesses benefícios. A Constituição Federal de 1988 realiza o marco de incluir as mulheres trabalhadoras rurais nos direitos previdenciários, estendendo-lhes os mesmos direitos que os homens, ainda que passem por dificuldades para comprovar o exercício da atividade rural, com documentos comprobatórios do trabalho, pois estes, na maioria das vezes, encontram-se no nome do marido (BRUMER, 2004).

O fato do trabalho feminino não ser objeto de reconhecimento social tem trazido em diferentes circunstâncias problemas para o acesso das mulheres às políticas públicas. O não reconhecimento da mulher enquanto trabalhadora rural (com sua classificação em termos de profissão como “do lar”) tem sido um dos grandes empecilhos para o acesso à aposentadoria rural. Pesquisa realizada entre as beneficiárias da previdência social constatou um problema de auto-identificação das atividades femininas por parte das mulheres, que se declaram “sem ocupação” ou “do lar”, quando se sabe que parte

⁸³ Para Munarini, Cinelli e Cordeiro (2020, p. 38), em seus estudos sobre a luta das mulheres camponesas: “A mulher só teria direito a um benefício após ficar viúva, numa clara visão limitada de assistência, que só enxergava o homem como trabalhador rural, colocando-a como dependente, como se na roça só o homem fosse trabalhador. A mulher rural ficava completamente sujeita à dependência econômica do marido ou companheiro. Reforçava-se na sociedade o imaginário de que eram incapazes, que não trabalhavam, apenas “ajudavam” os maridos e relegadas à assistência com a pensão de viuvez”.

importante dessas mulheres responde pelas atividades econômicas realizadas nos estabelecimentos em que moram e trabalham. (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 13)

A divisão sexual do trabalho no rural constrói as bases da não identificação do trabalho realizado pelas mulheres, considerando-as como não trabalhadoras pelas instituições do Estado e pelas legislações, deixando as mulheres rurais fora do acesso a direitos trabalhistas, o que resulta em uma histórica desvantagem social e econômica no âmbito da autonomia financeira e da dignidade humana.

Nesse sentido, a luta feminista rural diante de um contexto de “golpe político-econômico-midiático-judiciário que põe em risco a democracia, os direitos garantidos na constituição de 1988” (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020, p. 28) busca, desde 2016, articular os movimentos de mulheres rurais diante das mudanças legislativas que apresentam perdas, principalmente às mulheres rurais, no que se refere à reforma da previdência. Após o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, o governo de Michel Temer, no âmbito do capital financeiro, instaurou uma onda de retrocessos na garantia de direitos, principalmente no que se refere às reformas trabalhistas e da previdência. O cenário indicava a retomada do poder pela extrema-direita e a intensificação do liberalismo. O ano de 2019, com o governo de Jair Bolsonaro, deu continuidade a essas propostas, gerando perdas para as mulheres rurais em sua condição de seguradas especiais.

Na esfera da saúde, as lutas dos movimentos do campo resultaram também na Portaria nº 2.311 de 2014, que institui, no Sistema Único de Saúde, a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo⁸⁴, da Floresta e das Águas, com o objetivo de reconhecer as particularidades de gênero, raça, território e classe.

As conquistas no âmbito da educação do campo, com o Programa Nacional de Educação de Reforma Agrária, instituído em 2002, também passou por perdas com os cortes de recursos em 2019, implicando em retrocessos diante dessa retomada neoliberal e de retaliações. Com isso, “vemos o direito a educação no e do campo,

⁸⁴ Em seu Art. 1º: “Esta Portaria institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA), com o objetivo de promover a saúde das populações do campo, da floresta e das águas por meio de ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, geração, raça, cor, etnia e orientação sexual, visando o acesso aos serviços de saúde, à redução de riscos e agravos à saúde decorrente dos processos de trabalho e das tecnologias agrícolas e à melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida (BRASIL, 2014, p. 1).

fruto de muita luta organizada, sendo extinto, com emendas (in)constitucionais e cortes orçamentários” (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020, p. 46).

As mobilizações e organizações populares das mulheres rurais buscavam, através de diferentes formas de resistência, balançar as cercas que sitiavam seus direitos sociais, econômicos, políticos e culturais. Com isso, obtiveram respostas do governo em forma de Resoluções, Programas, Planos e outras ações governamentais. No entanto, a retomada ultraneoliberal que vem se apossando do Brasil tem implementado retrocessos⁸⁵ nos direitos antes conquistados pelas mulheres rurais e naqueles que estavam ainda em discussão, principalmente com as reformas trabalhistas e previdenciárias e a histórica concentração de terras.

Em nossos países não existiria a tortura se ela não fosse eficaz; e a democracia formal teria continuidade se se pudesse garantir que não escaparia ao controle dos donos do poder. Em tempos difíceis, a democracia se torna um crime contra a segurança nacional – ou seja, contra a segurança dos privilégios internos e dos investimentos estrangeiros. Nossas máquinas de moer carne humana integram uma engrenagem internacional. A sociedade inteira se militariza, estado de exceção adquire permanência e o aparato da repressão torna-se hegemônico, tudo a partir de um aperto no parafuso lá nos centros do sistema imperialista. Quando a sombra da crise espreita, é preciso aumentar o saque aos países pobres para garantir o pleno emprego, as liberdades públicas e as altas taxas de desenvolvimento nos países ricos. Relações de vítima e verdugo, dialética sinistra: há uma estrutura de humilhações sucessivas que começa nos mercados internacionais e nos centros financeiros e termina na casa de cada cidadão. (GALEANO, 2020, p. 358)

A eficácia da violência contra as mulheres rurais no Recôncavo Baiano garante o controle do capital latifundiário e a dominação masculina, permite a acumulação capitalista e o enriquecimento dos grandes agronegócios. Como aponta o autor acima: “a máquina de moer carne humana” se encontra a todo vapor, com os saltos aviltantes do ultraneoliberalismo e o ultraneoconservadorismo que se mesclam e sistematizam um sistema específico de opressões.

⁸⁵ “De fato, a guerra declarada por Bolsonaro contra o povo brasileiro e a floresta amazônica é coerente com a velha determinação do capital em privar milhões de pessoas planeta afora de seus meios de reprodução, entregar suas terras, suas águas, suas florestas e seus bairros ao controle de corporações e eliminar quem resiste à desapropriação. Para milhões, então, no Brasil e além, o “ponto zero” é uma experiência cotidiana” (FREDERICI, 2019, p. 14).

Como consequências estão as mortes físicas, mentais e das narrativas das mulheres rurais que se encontram aprisionadas pelas cercas e estacas fincadas no chão rural, enraizadas pelas estruturas patriarcais e racistas, que dividem, prendem, oprimem e moem qualquer perspectiva democrática de liberdade e emancipação. Mas as revoltas e os movimentos de mulheres reacendem a esperança do erguer-se a luta, do erguer a voz de tantas mulheres que se colocam em Marcha nos sindicatos e movimentos, nas ações internas dos seus cotidianos.

3. AS VOZES ERGUIDAS DAS MULHERES RURAIS NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ALMEIDA: PARTICULARIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER?

“[...] e quando falamos temos medo, de nossas palavras não serem ouvidas, nem bem-vindas, mas quando estamos em silêncio, ainda assim temos medo; é melhor falar então”. (Audre Lorde – *Uma Litanía por Sobrevivência*)

O sistema interligado de dominação patriarcado-racismo-capitalismo define para as mulheres quem pode falar, onde e qual o conteúdo do que se fala. Abordar sobre suas narrativas trouxe à tona, nos corpos e vozes das entrevistadas desta pesquisa, o espaço para falar de si, com suas cronologias próprias, gestos, jargões e “causos”, sobre assuntos de suas próprias vidas que antes não eram habitados, devido aos muitos anos de silenciamentos e invisibilidades. Nesta pesquisa, o que diz as mulheres rurais, o conteúdo narrado, é também um meio de denúncia de opressões, violências e tudo aquilo que constitui suas existências e (re)existências.

Convidar as mulheres rurais a se manifestarem, a falarem sobre si e a contarem suas histórias foi um movimento de aspectos transformativos para quem dele participou. De acordo com bell hooks (2019a, p. 20), “erguer a voz” é uma forma de rebelião consciente contra a autoridade dominante, a autora afirma que:

Fazer a transição do silêncio à fala, é para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito. (HOOKS, 2019a, p. 38-39)

A história das mulheres rurais nos coloca desafios teóricos metodológicos e subjetivos, porque seus caminhos foram perdidos, invisibilizados; movimentos próprios do constante mecanismo colonizador e civilizatório do Brasil. A história não se ocupou de registrá-las lado a lado com o erguer das suas vozes, sistematicamente desqualificada, invalidada e posicionada à margem. Desse modo, buscaremos reconstruir os tecidos multifacetados oriundos da memória individual das mulheres rurais, que revelam uma realidade coletiva dos aspectos sociais e culturais do meio rural baiano.

Gonzalez (2020, p. 76), em um dos seus escritos intitulado *Cumé que a gente fica?*, tece algumas indagações que nos levam a pensar as influências culturais da aceitação e divulgação do mito da democracia racial e começa questionando como a mulher, especificamente a mulher negra, é situada no seu discurso: “O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira”.

No âmbito do discurso, da linguagem e da fala, a autora analisa a construção de algumas identificações: uma das determinações da lógica de dominação, homens e mulheres negras estão na lata do lixo da sociedade, no que há de mais subalternado e devem estar passivos a domesticações. A autora informa que o risco que corremos ao falar é o “ato de falar com todas as implicações” e nos convoca a assumirmos nossa própria fala, considerando que, se estamos na lata do lixo da sociedade, preparem-se, pois “o lixo vai falar, e numa boa”.

A naturalização das vozes que podem ser erguidas, que precisam ser domesticadas, silenciadas e restringidas estão no âmbito de discursos que reproduzem que: se for falar, não fale alto; se for falar, use os termos corretos; se for falar, não gesticule muito e tantos outros; somos domesticadas a etiqueta branca burguesa europeia, dentro da neurose cultural brasileira⁸⁶, que oculta e joga na lata do lixo a ancestralidade das falas, gestos e as diferentes formas de falar de si, de cantar sobre si, de cirandar e aquilombar as suas histórias; histórias essas que eram contadas e cantadas nos sambas de roda, nas giras, nas umbigadas, nos contos yorubás, nas gingas capoeiristas, debaixo dos candeeiros, das fogueiras na roça, nas conversas espontâneas dos arados e roçados diários.

“O lixo vai falar, e numa boa”, realiza um movimento do erguer a voz com todas as implicações necessárias, do “pretuguês”⁸⁷, ao falar da roça, com seus dialetos próprios, que vou chamar aqui: um “pretuguês roçado”; aqueles que culturalmente e historicamente posicionam nossa “amefricanidade”, os modos de vida da roça, na lata do lixo da sociedade paternalista, patriarcal e racista.

⁸⁶ Como pontua Gonzalez (2020, p. 84): “Ora, sabemos que o neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios”.

⁸⁷ “É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse R no lugar do L nada mais é que a uma marca linguística de um idioma africano, no qual o L inexistente [...]. Não sacam que tão falando pretuguês” (GONZALEZ, 2020, p. 90).

Nesse sentido, a pesquisa realizada se delineou, em sua natureza qualitativa, no âmbito do universo dos significados, valores e atitudes, como nos informa Minayo (1994), o que nos possibilitou adentrar nas dimensões particulares da historicidade das mulheres rurais no Brasil. O lócus da pesquisa esteve permeado de olhares atentos e sensíveis, de observações instigantes que possibilitassem as aproximações necessárias para apreender a realidade em foco.

O movimento dialético e histórico, base fundamental da teoria marxista, constitui-se o fio condutor dos nexos teóricos e reflexivos desta pesquisa. Em seu delineamento e movimento, a teoria crítica marxista se fez adensada, considerando-se as contribuições e riquezas teóricas da antropologia e da literatura feminista.

A pesquisa foi realizada por meio das entrevistas narrativas, uma ferramenta técnica que faz emergir narrativas e se realiza com a perspectiva de movimento, pois se materializa na combinação das histórias narradas com os contextos sócio-históricos, ao mesmo tempo que revelam experiências individuais e podem lançar luz sobre as identidades dos indivíduos e as imagens que eles têm de si mesmos, são também constitutivas de fenômenos sócio-históricos específicos.

Nas entrevistas narrativas, sua estrutura é não-diretiva, permitindo à pesquisadora incentivar as mulheres a falarem sobre um determinado tópico, de forma livre, sobre suas experiências de violências sofridas, direcionando os principais grupos de informações que o presente estudo busca aprofundar: percepção sobre a infância, vivências familiares e de violências, acesso à garantia de direitos.

Segundo Bosi (1987, p. 55): “narrar a vida é dela se reapropriar, refazendo os caminhos percorridos, o que é mais do que os reviver. Ou seja, é um instrumento de historicidade”. O trabalho das narrativas junto às mulheres rurais gerou processos de historicidade em um contexto em que há pouca visibilidade sobre as mulheres rurais e as violências vividas, a não ser através das versões androcêntricas e patriarcais. Além disso, tal atividade possibilitou que desvelássemos diversas experiências que constituem a trajetória de cada mulher que concedeu suas narrativas, a riqueza de detalhes que estas suscitam ao compreendermos os nexos históricos e culturais que as conectam com o universo do real em que elas pertencem.

É nesse caminho que as aproximações com as narrativas das mulheres rurais do interior do recôncavo baiano nos possibilitaram, através da relação singular-universal, retornar a este, descortinando as particularidades das violências contra as mulheres por meio de sua historicidade. Segundo Bosi (2003), o processo de escuta

das narrativas se dá no tempo do encontro, ou seja, entre pesquisador e sujeito, necessitando de interação e afeto.

Essa interação se iniciou entre a pesquisadora e as entrevistadas no âmbito da Política de Assistência Social no município de Conceição do Almeida-Ba, pelo referenciamento ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS: a pesquisadora, em seu trabalho como Assistente Social, e as entrevistadas, como referenciadas a esta instituição, participantes de grupos de mulheres, atividades coletivas, campanhas sociais e integrativas em comunidades rurais. Realizou-se registros dessa observação participante em diário de campo. A partir desse processo de aproximação que foi amadurecido o perfil das possíveis colaboradoras da pesquisa.

Com isso, foram identificadas seis mulheres para participar das narrativas, aquelas que corresponderam ao perfil e que desejaram participar: moradoras e trabalhadoras de comunidade rural, mulher, referenciadas a Política de Assistência Social, com vivência de violências (identificadas no processo de observação participante), com idade maior que dezoito anos, preferencialmente entre 30-65 anos pois havia a expectativa, referente ao acúmulo de vivências e experiências.

O lugar da realização da entrevista é onde a narrativa acontece, é o lugar do encontro entre quem narra e quem escuta, aquele que carrega o material e o simbólico. Nesse sentido, uma etapa deste estudo foi realizada no local escolhido pela entrevistada, sendo disponibilizado o espaço do CRAS, em salas reservadas, garantindo-se o sigilo. Algumas mulheres optaram pelo espaço externo das suas casas, os chamados “terreiros” da frente de casa, que vêm acompanhados de árvores e um banco simples de madeira, onde ocorrem as reuniões de familiares e amigos para o desenvolver das conversas e dos “causos” contados e lembrados.

Diante do contexto de Pandemia provocada pela COVID-19, iniciada em 2020, seguimos as disposições da Organização Mundial de Saúde e da Lei 13.979/2020, cujas orientações sobre o distanciamento, uso de máscara e higienizações foram obedecidas. Foram as entrevistadas que deram a direção do movimento metodológico e suas cronologias, escolhendo o tempo, a data e os locais para a realização dos encontros.

Para o início da pesquisa, já havia a relação estabelecida com as mulheres devido às atividades coletivas e aos encontros regulares e continuados que ocorriam. No entanto, com a pandemia, esses momentos não obtiveram uma continuidade

frequente, levando à necessidade de retomada de alguns contatos com um número reduzido de mulheres e por telefone. Com isso, após análise e aprovação do Comitê de Ética da UFRB para a realização da pesquisa, o contato com as mulheres foi retomado, alguns de forma presencial, outros por telefone. Desse modo, foi possível apresentar a pesquisa, seu objetivo e o papel da pesquisadora, o que proporcionou que as mulheres objeto do referido estudo apreciassem a proposta e recebessem o convite.

Com o aceite de seis mulheres rurais, estabelecemos dois encontros prévios antes das narrativas em si: o primeiro, para fortalecimento de vínculo fragilizado com o novo contexto de pandemia; e o segundo, para apresentar a pesquisa com mais detalhes e a apresentação do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). A partir daí, foram destacadas questões importantes com as mulheres: os cuidados com a sua identificação, a dinâmica da realização das narrativas.

As entrevistadas serão identificadas com a referência de nomes que foram representantes das águas, das florestas, dos roçados e quilombos no Brasil e expressam as resistências das mulheres nos diferentes espaços de luta, que vivenciaram a força bruta do patriarcado colonialista escravista à brasileira: Margarida Alves, Anastasia, Tereza de Benguela, Maria Felipa, Luiza Mahin, Elitânia.

As entrevistas narrativas possibilitaram realizar o contato com a dimensão subjetiva, pois elas apresentam a maneira como as mulheres, inseridas em uma sociedade capitalista, são e foram marcadas pelos contextos e construções sócio-históricas e culturais. Emergiram as memórias resguardadas e silenciadas que o gravador não pôde apreender, pois elas se apresentaram nos gestos, silêncios, lágrimas, olhares, sorrisos. Conforme nos alerta Tedeschi (2014, p. 29):

[...] podemos conhecer o sujeito da história, no caso das mulheres, conhecer a vida de trabalho e seu fazer cotidiano, não desde a interpretação de uma visão patriarcal de história, mas pela consciência própria dessas mulheres. São elas que nos revelam seu protagonismo histórico, deixando-o penetrar na sua relação social com o passado, com o seu fazer histórico. Assim, pela oralidade podemos decifrar o processo interno que viveu cada grupo social.

O autor destaca que as lembranças e memórias das mulheres trabalhadoras rurais, por meio do poder da palavra, realizam a mediação entre o passado e o presente. Com isso, a oralidade nos permite o movimento do caminho de ida e volta

às reminiscências, contribuindo para uma análise dos caminhos trilhados ao longo da vida dessas mulheres, permitindo demonstrar alegrias, sofrimentos, arrependimentos e resistências. Alguns silêncios demonstraram aquilo que elas preferiam não lembrar, pois o falar de si nem sempre apresenta conforto, na verdade é o lugar também em que as vulnerabilidades afloram, ainda mais para aquelas que não estão acostumadas a falar, principalmente de si. Algumas evitaram falar de suas memórias, enquanto outras pareciam estar aguardando por esse momento, pela oportunidade de colocar tudo para fora.

O conteúdo revelado nas falas das mulheres resgata sentimentos e seus significados nos processos de um ser social repleto de subjetividades, as quais, diferente da construção de memórias mecânicas, são compostas de um jeito particular. Portanto, a oralidade permite conhecer como cada mulher reinterpreta e narra seus modos de vida e experiências.

Nesse sentido, Josso (2010, p. 68-69) nos contempla com uma análise importante, ao destacar que, abordar a vida das pessoas na globalidade de suas histórias, abre um leque de variações e múltiplas facetas que são evocadas por meio dos seus percursos próprios. O ato da escuta é em si um exercício de aprendizagem, de conhecimento, em um movimento de respeito àquela mulher que não quer se abrir, mas que expressou mais do que esperávamos ouvir.

As entrevistas narrativas foram transcritas e, em seguida, foram selecionados alguns episódios baseados nos tópicos centrais das experiências narradas, em específico aquelas que se referem a violências que percorreram diferentes momentos de suas experiências de vida. Ao serem convidadas a contar suas histórias, diversas foram as reações e emoções:

Margarida Alves:

Ho minha fía, ninguém nunca mi entrevistou, quando eu recebi esse convite, hooooo todo mundo aqui na roça já sabe que eu vou ser entrevistada, tá todo mundo dando os parabéns, me senti importante né, eu nunca contei da minha vida assim, foi muita luta minha fía mas eu sobrevive pra tá aqui falando tudo isso. Eu sou muito agradecida pela senhora querer me ouvir, eu fico até emocionada, ho praqui (mostra as lágrimas no rosto e dar uma pausa), eu senti muito amor de contar minha história, dar um livro.

Tereza de Benguela:

Vamos lá eu vou contar tudo viu a senhora tá com tempo? essa história é longa. É minha primeira entrevista né, eu posso falar de tudo mesmo? As vizinhas tudo ai, tudo ai dizendo que eu já falo muito da vida dusoto, querem tudo ser entrevistada também aqui. Quando a senhora chegou saiu tudo nas porta num foi não? Num tavam acreditando na minha entrevista. Eu disse logo que eu tó importante.

Anastasia:

[...] eu vou falar mais é tudo mermo que aqui na roça todo mundo já sabe da minha labuta, onde eu sento eu falo da minha labuta, é muito trabalho nessa vida, minha historia é aqui nessa terra de sol a sol. Onti mermo eu tava lá (apontou para um pé de jaqueira próximo a casa) contando que a senhora vinha hoje, me chamaram até de sabida e que eu inha contar minha história, é muito historia minha fia, a senhora vai imbora só amanhã, tem café viu.

Luiza Mahin:

[...] eu rezei o terço ontem, nossa senhora há de lhe abençoar, proteger e fortalecer, isso da senhora ouvir nois é bom viu tem muitcha mulher que pode ver a gente mior, minha fia mermo tem qui melhorar, ninguém intende minha vida não.

As narrativas realizaram um caminho de movimentos livres ao posicionar as mulheres rurais para que descrevessem sua própria história e não para que fossem descritas por outros, implementando um movimento de autoria de suas histórias individuais e coletivas.

O sujeito na história, as visões patriarcais e racializadas da história também guiam o território que se coloca em evidência, que se aprofunda no âmbito do desenvolvimento do Brasil. E o rural brasileiro, do recôncavo da Bahia, encontra-se em uma redoma do segundo plano, apresentado, muitas vezes, na esfera das suas produções agrícolas e pecuárias, mas muito pouco é apresentado, escutado e inserido, nessa historicidade, em relação aos sujeitos que o constituem, principalmente as mulheres.

Como pontua Ianni (2004), há muito campo nessa história, há muito do campo na manutenção e no desenvolvimento do urbano. Autoras e autores apresentados nos capítulos acima, como Paulilo (1987, 2003, 2016), Transpadini (2016, 2018), Panzuti (2006), Stédile (1997), Saffioti (1983), apresentam o lugar do rural para conhecermos as particularidades do Brasil, as vivências de homens e mulheres que os constituem, os corpos que contam essa história, com suas foices, enxadas e roçados,

instrumentos necessários para as (re)existências no rural. Instrumentos de luta das trabalhadoras rurais, que revelam o que o patriarcado e o capitalismo querem ocultar, as superexplorações e as apropriações das subjetividades e dos corpos dos sujeitos que constituem a classe de trabalhadores à brasileira.

Há lacunas e pendências histórico-culturais que permeiam o território rural, existem muitas vozes que foram caladas pelo subdesenvolvimento capitalista, pelos agronegócios, latifúndios e pela burguesia agrária das bancadas ruralistas políticas, evangélicas e bancárias.

A história atual oferece um debate ainda pendente, relativo aos fundamentos da teoria histórica em que mais da metade da população ficou alijada enquanto objeto de estudo. É por esse motivo que uma aproximação com o tema da história das mulheres, dos estudos de gênero, da memória feminina, desde a perspectiva da história rural se faz necessário para possibilitar a entrada na cena historiográfica desses sujeitos. (TEDESCHI, 2014, p. 12)

O autor nos fala sobre os “códigos culturais compartilhados” (ibid), pois as mulheres rurais, ao narrarem suas experiências, presenciam também o relato de suas vidas, enquanto singular e universal, no âmbito das percepções que as construções de suas subjetividades são influenciadas pela família, pelas questões sociais, trabalho, cultura, pelas mentalidades do meio em que vivem.

Por conseguinte, a presente pesquisa se desenvolveu no território rural de um interior do Recôncavo da Bahia, no município de Conceição do Almeida. Este em que a pesquisadora que vos escreve nasceu e se criou. Há afetividade nessa interação e o desejo de desvelar a história rural desse lugar, que caminha no percurso da história do rural fumageiro e produtor de farinha de mandioca do Recôncavo baiano. Espaço que faz divisa com cidades que se desenvolveram urbana e industrialmente, mas que buscam, desse pequeno município, mão de obra barata, bem como os produtos artesanais das roças. Há, nessa realidade, forte movimento de extração e apropriação, próprio da antiga relação de colônia e metrópole.

Conceição do Almeida se constitui de uma história rural política e religiosa. O poeta e memorialista conterrâneo desse município, Geraldo Coni Caldas, apresenta os passos que levaram a sua formação, em sua obra *Minha Terra Minha Gente* (1970), do lugar de uma das famílias que compõe a elite almeidense⁸⁸, sendo os principais

⁸⁸ Termo utilizado para nomear os moradores do Município de Conceição do Almeida.

proprietários de terras, engenho e armazéns de fumo. Segundo o presente autor, o município de Conceição do Almeida é desmembrado da Comarca de São Felipe em 1890, sua sede tem início em meados do século XIX com a construção de uma capela, realizada pelo proprietário de engenho Antônio Coelho de Almeida Sande, que era devoto de Nossa Senhora da Conceição. Assim, um dos primeiros nomes dedicados a esse município que surgia foi de Capela d'Almeida⁸⁹, já carregando a combinação das questões políticas e religiosas.

A Capela do Almeida surge, então, como composição dos Engenhos e das grandes fazendas, formados no âmbito dos interesses religiosos, políticos e econômicos, que compõem o contexto rural dos engenhos, dos trabalhos coloniais e escravocratas. Inicialmente permaneceu enquanto Vila até 1909, no entanto, o Decreto N^o761/1909 a dispõe como foro de cidade, recebendo o nome de Affonso Penna, como homenagem ao Presidente da República na época, por um período de 33 anos. Porém não ocorreu identificação e satisfação popular, passando a se chamar Conceição do Almeida⁹⁰.

O processo histórico de emancipação do município é apresentado por Caldas (1970), na romanticidade das “boas intenções”⁹¹ dos coronéis que organizavam a cidade. Os coronéis José Leandro Gesteira e Clementino Correia Caldas (hoje nomeiam as principais ruas da cidade), permanecem como figuras principais da emancipação da cidade, desconsiderando a participação popular.

A economia de Conceição do Almeida surge eminentemente rural, com a agricultura familiar, engenhos, produção de fumo e casas de farinhas. A professora e Mestre em História Regional Margarete Nunes dos Santos Gomes, moradora do Município de Conceição do Almeida, em seu estudo intitulado *Caprichos e Trapiches: memórias dos trabalhadores e das trabalhadoras da atividade fumageira em*

⁸⁹ “Capela do Almeida – antigo nome do povoado – data do primeiro quartel do século passado [referindo-se ao século XIX]. Um agricultor de nome Antônio Coelho D' Almeida Sande (Velho) 51, proprietário residente no vale do rio Cedro, hoje Canoa, próximo à atual sede do município, construiu uma pequena Capela, reunindo nativos e recebendo auxílios diversos dos então moradores das proximidades. Capela esta edificada no local onde se encontra a Igreja Matriz da Cidade”. (CALDAS, Geraldo Coni. Conceição do Almeida: Minha Terra, Minha Gente – Memórias. 2^a edição. Salvador: Mensageiros da Fé – 1974. p. 45).

⁹⁰ *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, XX Volume. 1958. Arquivo Público do Estado da Bahia, Salvador, BA, Brasil. Acervo Biblioteca do Arquivo, p. 177.

⁹¹ “Agricultores, comerciantes, líderes dos antigos e tradicionais partidos políticos “Conservador e Liberal, ainda no Império. Unindo as duas correntes políticas na então Vila e em prol da independência municipal que já fazia imperativa e justa, aqueles dedicados líderes almeidenses, lutaram e fizeram emancipado o município de Conceição do Almeida. [...] Líderes autênticos que ofertaram seu trabalho em prol do desenvolvimento político, socioeconômico do Município” (Caldas, 1970, p. 49-50).

Conceição do Almeida-Ba (2010), apresenta considerações importantes a partir das narrativas e memórias dos trabalhadores no período de 1960-1980.

No que se refere às questões produtivas do município nesse período, destaca-se que os trabalhadores e trabalhadoras rurais exerciam a agricultura, como mão de obra familiar, realizavam rotação de cultura em diferentes lavouras como forma de ter uma renda extra que auxiliasse no pagamento de dívidas, produziam o suficiente para seu sustento e buscavam nas zonas urbanizadas realizar atividades, como de vendedores, açougueiros, pedreiros, lavadoras de roupa, trabalhadoras domésticas (GOMES, 2010, p. 48).

A atividade rural que mais se destacou nesse período foi o fumo, ocorrendo, portanto, a transição da lavoura de fumo ou lavoura de pobre aos Armazéns que se implantavam. Nas lavouras de fumo se destacavam o uso das ferramentas do arado e da enxada, que aconteciam em pequenos espaços, como quintais, pelos próprios familiares. Esses trabalhadores eram, em sua maioria, rendeiros ou meeiros (alugavam terras dando uma parte da produção aos proprietários). As mulheres que realizavam esses trabalhos com o fumo não tinham essa atividade visibilizada como trabalho, mas como ajuda ou um serviço doméstico. (GOMES, 2010, p. 54)

Com o desenvolvimento dos armazéns, surgem os contratos de trabalho temporários, o que dificultava as garantias previdenciárias. Com a baixa nos armazéns, ficaram muitos lavradores desempregados, poucos aposentados, com pequenas produções para a subsistência, que buscavam outras atividades a serem conciliadas no âmbito urbano.

O município de Conceição do Almeida, segundo o último censo do IBGE (2010), apresenta uma população de 17.889 habitantes, que se encontram divididos em 9.185 habitantes do sexo feminino – em que 4.176 residem na área urbana e 5.009 na área rural – e 8.704 do sexo masculino – dos quais 3.750 vivem na área urbana e 4.954 na área rural.

O coronelismo e os grandes proprietários de terras são as configurações que ainda dão as rédeas das disputas políticas, que organizam a economia rural, “disponibilizando” suas terras para os meeiros, as diárias, as casas de farinha. São essas famílias que negociam a presença das fontes de emprego da cidade, a implantação do empreendimento de uma Fábrica Calçadista e a Prefeitura Municipal, com os contratos temporários.

Segundo os dados da Rede SUAS (Rede do Sistema Único de Assistência Social), de uma população com 17.889 habitantes, destes, há 10.374 inseridos no Cadastro Único, dos quais 8.883 são beneficiários do Programa de Transferência de renda – Programa Bolsa Família – e 422 são beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC. Com isso, 8.293 pessoas se encontram em situação de extrema pobreza no município de Conceição do Almeida. Um quantitativo considerável da população almeidense.

Nessa direção, destaco aqui a Política de Assistência Social no Município de Conceição do Almeida, que passou a ser assegurada pela Constituição Federal de 1988, reconhecendo-a como direito que deve ser assegurado a quem dela necessitar, sem contribuição prévia e dever do Estado. A Lei 8.742, Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS/1993, define princípios e diretrizes para a Assistência Social, delimitando o seu lócus de Política Social, colocando-a juntamente com a saúde e a previdência como pilar da Seguridade Social. Nesse processo de expansão da Política de Assistência Social, é aprovada, pela Resolução Nº 145/2004, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Posteriormente, é construído o Sistema Único de Assistência Social, que materializa a descentralização da oferta dos serviços, programas e benefícios e a gestão da política de assistência, compreendendo que eles devem ser ofertados de forma articulada pelos entes federados.

A Proteção Social é organizada pelo Sistema Único de Assistência Social por níveis de proteção. Logo, a Proteção Social Básica visa prevenir situações de vulnerabilidades e riscos sociais e é representada pela unidade pública estatal do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social). Já a Proteção Social Especial de média e alta complexidade tem o objetivo de reconstruir os vínculos familiares e comunitários, fortalecer e potencializar o papel protetivo de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social por violações de direitos, por meio dos CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) (BRASIL, 2005).

Em Conceição do Almeida, a Política de Assistência Social encontra-se organizada basilarmente de acordo a Norma Operacional Básica⁹², que determina a este município, devido a sua estrutura demográfica e populacional, o caráter de Município Pequeno Porte I. Por assim ser, o município não dispõe de todos os

⁹² Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social / NOB SUAS. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf> Acesso em: 10 jun. 2020.

equipamentos socioassistenciais no âmbito da Proteção Social Especial, devido ao seu porte populacional, que é inferior a 20 mil habitantes, não atendendo as diretrizes de implantação do CREAS. Como as demandas de violações de direitos são existentes e constantes, o Órgão Gestor Municipal da Política de Assistência Social articulou a formação de uma equipe mínima, com profissionais de nível superior (Assistente Social, Psicóloga e Advogada) para que possam executar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos no município, direcionado as situações de violações de direitos e violências.

A violência contra a mulher se encontra presente como demanda de intervenção da Política de Assistência Social (que também carrega o caldo neoliberal e patriarcal do contexto de constituição das Políticas Sociais), como um desafio posto no cotidiano da concreticidade do real. Atualmente o CRAS do município de Conceição do Almeida já atendeu e acompanha 55 mulheres em situação de violência doméstica, das quais mais da metade são mulheres rurais, que vivem em comunidades que localizadas há uma distância média de 22 km da cidade e da localização do CRAS. Em relatos da equipe técnica responsável por esses atendimentos, consta que muitas mulheres não têm telefone para contato ou outros meios para comunicação com os equipamentos que se encontram localizados na cidade, como o CRAS, Ministério Público ou Delegacia. Aquelas que possuem telefone nem sempre encontram área de conexão para efetuar as ligações ou encaminhar mensagens. Uma estratégia utilizada por elas são os Agentes Comunitários de Saúde, que auxiliam nesse processo de comunicação.

Dos três anos de atuação dessa equipe no município, no presente ano, com mudanças de Juiz na Comarca, algumas medidas protetivas de emergência foram sentenciadas em favor de mulheres vitimadas pela violência doméstica, bem como alinhamentos junto à Delegacia Militar quanto ao registro dos Boletins de Ocorrência com base na Lei Maria da Penha, o que antes não ocorria.

Com o período de Pandemia pela COVID-19, a equipe técnica do CRAS avalia que as situações de violência doméstica aumentaram, assim como a busca por orientação sobre estas no CRAS, sendo a maior incidência com a violência física, precedida pela violência verbal, psicológica, patrimonial. Foi destacado que a maioria das mulheres rurais vitimadas viviam em situação de cárcere privado, pois se encontravam sem telefone, sem permissão de contato com familiares ou amigas, sem dinheiro, o que exigiu que a equipe agendasse atendimentos e acompanhamentos em

datas que coincidissem com a realização de exames médicos no Hospital Municipal ou nas Unidades de Saúde da Família, para que não causassem suspeitas no agressor acerca dos passos e sistemas de proteção que a mulher estava buscando. Os distanciamentos nas comunidades rurais, da cidade e das casas ao redor tornam-se um contexto que estende o período de violência e de privação de liberdade.

A Rede de Proteção Social a mulheres vitimadas pela violência doméstica ainda se encontra fragilizada e reduzida no município de Conceição do Almeida. Contamos atualmente apenas com o CRAS, localizado no centro da cidade, o Ministério Público e a Polícia Militar, equipamentos localizados no centro da cidade, com equipes reduzidas, com acesso restrito a transporte.

Das mulheres acompanhadas no CRAS que dispõem da Medida Protetiva de Urgência, seus agressores se aproximaram, e adentraram sua casa e tentaram aproximações. Nas comunidades rurais, até que a mulher consiga avisar do ocorrido a um vizinho ou vizinha, que a Polícia consiga chegar até o local, novas violências já ocorreram. São estes os relatos que a equipe técnica responsável por essas demandas se deparou no fazer profissional diário no município de Conceição do Almeida.

Dessa forma, a presente pesquisa buscou desvelar, na dinâmica da relação entre os movimentos do singular e do universal, identificar a existência de mediações que possam constituir particularidades da violência contra a mulher rural no município de Conceição do Almeida, buscando gerar importantes informações que possam vir a fortalecer a Proteção Social a essas mulheres e à Rede de Proteção, ao identificar as particularidades dessa realidade.

Com isso, compõe as determinações dialéticas da mediação a tríade categorial: singularidade, universalidade e particularidade, que constituem a dinâmica do movimento dialético da totalidade social. A singularidade expressa os fatos que aparecem como isolados, na imediatividade, constitutivos da vida cotidiana, com uma dinâmica caótica e fenomênica. Na universalidade encontramos as várias determinações de um complexo social, as leis tendenciais, que compõem a formação social (PONTES, 1999, p. 10).

Essas leis tendenciais expressam-se em grandes determinações como “[...] relações sociais de produção, relação capital trabalho, relação Estado-sociedade, lei de acumulação capitalista, políticas sociais, etc” (ibid, p. 15). Para apreender o campo das mediações é preciso compreender o movimento da razão que particulariza esse

movimento do singular e universal. Logo, a particularidade expressa a dialética entre o universal e o singular, permite que a singularidade adquira novos entendimentos diante das determinações sociais gerais.

Segundo Pontes (1999, p. 10), a relação indivíduo-sociedade, ao se particularizar no campo das mediações, “passa a elucidar o modo de ser histórico de nascimento, de funcionamento, de movimento de um complexo total e das forças que se embatem no seu envolver processual”. O movimento dialético nos convida a partir do singular, das representações do real, dado no imediato, para compreender a universalidade que fundamenta a singularidade.

Nessa direção, busca-se entender as várias determinações sociais que circundam a imediaticidade, pois, como afirma Lukács (1978), a totalidade constitui a reprodução ideal do que realmente existe. Esse movimento contribui para perceber as particularidades da realidade em questão, das formas de ser do real, concebendo o particular contido no universal.

A aproximação dialética no conhecimento da singularidade não pode ocorrer separadamente das suas múltiplas relações com a particularidade e com a universalidade. Estas já estão, em si, contidas no dado imediatamente sensível de cada singular, e a realidade e a essência deste só pode ser exatamente compreendida quando estas mediações (as relativas particularidades e universalidades) ocultas na imediaticidade são postas à luz. (LUKÁCS, 1978, p. 106)

No âmbito da produção marxista, as contribuições de Lukács destaca a importância da categoria particularidade, pois ela compõe a mediação⁹³ do processo do conhecimento, essencial na apreensão da realidade social, afinal a essência desse conjunto categorial se encontra no fato de elas espelharem reflexos da realidade, tem concreticidade em seu emaranhado de complexos fenomênicos.

Para o autor “[...] a dialética de universal e particular na sociedade tem uma função de grande monta; o particular representa aqui, precisamente, a expressão lógica das categorias de mediação entre os homens singulares e a sociedade”

⁹³ Enquanto mediação o autor destaca que “[...] na construção conceitual científica e filosófica, os extremos são desenvolvidos antes do que os meios mediadores”. A partir desse entendimento, “o movimento do singular ao universal e vice-versa é sempre mediatizado pelo particular; ele é um membro intermediário real, tanto na realidade objetiva quanto no pensamento que a reflete de um modo aproximativamente adequado” (LUKÁCS, 1978, p. 112).

(LUKÁCS, 1978, p. 93). Na realização da presente pesquisa a busca pelas múltiplas determinações, identificando suas sínteses, tem sido o movimento essencial para a compreensão da existência de particularidades das violências contra as mulheres rurais, pois nos possibilita entender como se dá a concretização da universalidade dessa realidade nos aspectos cotidianos de sua singularidade.

As aproximações realizadas por meio das narrativas das histórias e vivências singulares das mulheres rurais do município de Conceição do Almeida apresentam a expressão singular dessa realidade, revelando-se irrepetível e imediatista. Na expressão universal da violência contra a mulher rural, as conexões internas e os movimentos das leis gerais se movimentam, destacando-se materialmente na expressão singular do fenômeno pela mediação da particularidade, que nesse movimento especifica a universalidade.

Na perspectiva de estudar a trama do rural brasileiro, deparamo-nos com uma heterogeneidade. Adentrar em suas particularidades através das narrativas das mulheres possibilita desvelar as intersecções que constituem o rural no município de Conceição do Almeida, bem como, as violências contra a mulher que se particularizam no singular das mulheres rurais. Para esse caminho, destacaremos o processo ontológico de constituição do ser social dessas mulheres rurais, que apresentam no trabalho a atividade que as constituem e em que elas se realizam, trazendo algumas mediações narradas por esses sujeitos que estão no âmbito de diferentes violências.

3.1 O processo ontológico das re-existências das Mulheres Rurais do município de Conceição do Almeida

A história das re-existências das mulheres rurais corresponde não somente aos aspectos históricos das dinâmicas de gênero, raça e classe no rural, mas também ao protagonismo e agenciamento destas dinâmicas na vida cotidiana, nos arranjos sociais construídos por estas mulheres para garantir sua sobrevivência e da sua família.

Apresentamos mulheres de diferentes comunidades rurais do município de Conceição do Almeida, que, no contar de suas histórias, falam de si através daquilo que as constitui desde sua infância, que preencheu sua vida no âmbito da materialidade, mas também nas suas subjetividades, que compõem lócus de vivências de violências estruturais.

Foi destacado, em todas as suas narrativas, o lugar do trabalho. Este aparece em suas vozes enquanto categoria central na sua constituição, destacando a relação intrínseca entre as mulheres rurais e a natureza, no intuito de suprir suas necessidades existenciais. Nesse processo de modificar a natureza, essas mulheres vivenciaram mudanças na forma de ser e viver, ao adquirir conhecimento sobre a terra, sobre o roçado e aprimorar os instrumentos utilizados.

As narrativas apresentaram, de forma singular, o movimento proporcionado pelo trabalho, destacando a forma como este também é o meio pelo qual se transforma a natureza e modifica também as próprias mulheres e a sociedade. O Ser Social surge por meio de condições sócio-históricas que possibilitaram sua formação. Com isso, ele integra as relações sociais, tendo o trabalho como centralidade desse processo.

Esse remeter do trabalho para além de si próprio é a sua conexão ontológica com a reprodução social como um todo. É esta característica que o torna a categoria fundante do ser social: é aqui que a história social apresenta determinações absolutamente distintas da natureza. Por ser o lócus ontológico da criação do novo, o trabalho é o fundamento genético de necessidades que, muitas vezes requerem o desenvolvimento de complexos sociais que são em tudo e por tudo heterogêneos ao trabalho. (LESSA, 2001, p. 96)

A ontologia da reprodução social que constitui a vida e as vivências das mulheres rurais revela os complexos sociais que o aspecto fundacional do trabalho nos aproxima da relação intrínseca entre ser social, mulheres rurais e trabalho, na busca por particularidades que se encontram na mediação dessa relação e podem possibilitar reconhecer, no processo, o lugar das violências estruturais que estão na base do trabalho no sistema capitalista de produção e reprodução.

Nesse sentido, Lucáks desenvolveu, em sua obra *Para uma Ontologia do Ser Social*, a premissa de que o trabalho é uma categoria fundante do ser social, não no sentido de precedê-lo, mas na compreensão de que ele pertence a um complexo que funda o Ser Social. Segundo o autor:

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas

antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. (LUCÁKS, 2013, p. 23)

A singularidade do trabalho, seu caráter fundante está atrelado ao fato de ser a mediação da passagem da natureza ao ser social, a passagem de um complexo a outro, ou seja: “se trata de uma transição à maneira de um salto – ontologicamente necessário – de um nível de ser a outro, qualitativamente diferente” (LUCÁKS, 2013, p. 22). Dessa forma, o ser social surge como um complexo formado por complexos⁹⁴— trabalho, linguagem, relações sociais, arte –, em que o trabalho, na sua articulação totalizante com os demais complexos, singulariza-se ao realizar/produzir na relação mediada entre a natureza e o ser social, algo novo: novas objetivações, novas relações, novas reproduções.

A objetivação permite a realização de uma transformação mútua: o humano transforma a natureza através do pôr teleológico⁹⁵ e nesse processo transforma a si e a sua individualidade. Modifica-se a natureza, assim como modifica a própria natureza do ser social. Há transformação do sujeito que trabalha, que acumula conhecimento sobre o processo de trabalho; uma consequência ontológica. Essa transformação da natureza é contínua, sempre criando algo novo, em que “se produz o novo que impulsiona a humanidade a patamares sempre superiores de sociabilidade” (LESSA, 1996, p. 10). Assim, a transformação continua sempre para um patamar superior, pois tudo que é realizado gera um acúmulo de saber, de trabalho. Há um acúmulo dialético em sua natureza quantitativa e qualitativa. Nessa direção, como ocorre um acúmulo de conhecimento na transformação das coisas e da natureza, ocasiona também um aumento de saberes de si e dos outros.

⁹⁴ Sobre os Complexos, Lukács (2013, p. 22), afirma: “É claro que jamais se deve esquecer que qualquer estágio do ser, no seu conjunto e nos seus detalhes, tem caráter de complexo, isto é, que as suas categorias, até mesmo as mais centrais e determinantes, só podem ser compreendidas adequadamente no interior e a partir da constituição global do nível de ser de que se trata. E mesmo um olhar muito superficial ao ser social mostra a inextricável imbricação em que se encontram suas categorias decisivas, como o trabalho, a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho, e mostra que aí surgem novas relações da consciência com a realidade e, por isso, consigo mesma etc”.

⁹⁵ Assim, Marx, em *O Capital I*, enfatizou que o processo de trabalho é teleológico, articula no campo das ideias uma finalidade para as suas ações, em que a teleologia tem uma função social, de dirigir a ação humana, em um processo em que o homem age sob a natureza (modificando-a) para realizar aquilo que criou, projetou teleologicamente no campo das ideias. A esse processo de transformar o que está projetado no campo teleológico em um objeto que está fora da consciência, Marx denomina de processo de objetivação, ou seja, o ato de agir sob a realidade pela teleologia.

Esse acúmulo de saberes de si e da sociedade constitui o caminho da oralidade das mulheres rurais entrevistadas, em um movimento do narrar das suas vivências do trabalho, narrar o exercício em si do trabalho, mas também as bases das apropriações e que alcança corpo e subjetividade.

Na esfera da subjetividade, os conhecimentos específicos são generalizados, gerando conhecimentos universais no âmbito da Ciência, da Filosofia. O que era essencialmente individual se generaliza à totalidade da humanidade, provocando avanços no processo de socialização, originando complexos sociais específicos, como a educação, os costumes, a ideologia. Com as complexificações das relações sociais, originam-se novos complexos sociais que buscam atender às novas necessidades postas, principalmente com o desenvolvimento das forças produtivas, sociedade de classes, exploração do homem pelo homem e as novas formas de regulamentação social, como o Estado, o direito, o desenvolvimento do capital.

O movimento metodológico de reunir os fragmentos narrados pelas mulheres rurais busca recuperar a história do ser social na sociedade rural à brasileira, marcada por uma particular estrutura patriarcal, classista e racista, enviesada por violentas opressões. Das entrevistadas, todas apresentam as suas trajetórias de vida, como a história do trabalho em suas vidas e vice-versa: um movimento dialético.

Margarida Alves apresentou-se como mulher negra, com 74 anos, todos vividos na roça, foi casada, mas se encontra viúva, teve 12 filhos, porém destes apenas 9 filhos sobreviveram. Atualmente é aposentada e agradecida a Deus pela vida e por ainda estar de pé e ver seus filhos construindo suas famílias. Em seu momento de apresentação sobre a sua vida, suas primeiras palavras são essas:

Não vi nada da minha juventude, só foi trabalhar, trabalhar, trabalhar, trabalhar, trabalhar, trabalhar, trabalhar, trabalhar, trabalhar, e pra criar os fi que é trabalhando, trabalhando, trabalhando, esperando aquele dia deu, deu ter uma liberdade de eu brincar, e nada de chegar e nunca chegou, e nunca chegou essa liberdade porque não chega não fia, casar novo demais não chega [...]. Hoje quando eu vejo um rádio cantar, me dá aquela saudade de uma coisa que eu não tive, eu não tive um carinho de ninguém, nada, mãe, de pai, de ninguém, a vida mesmo era trabalhar, trabalhar, trabalhar, trabalhar, trabalhar, trabalhar. Eu não tenho tristeza do que eu trabalhei não, eu tenho alegria do que eu trabalhei porque se eu pudesse hoje eu queria tá fazendo tudo de novo, o mesmo trabalho, só não queria passar necessidade. (MARGARIDA ALVES, 2021)

A memória do tempo presente carrega as ausências do que Margarida gostaria de ter experienciado nos ciclos da vida: na infância, juventude, diante do lugar do carinho, afeto, brincadeiras. Estas foram posicionadas em suspensão, no campo das abstrações, como algo que ainda é almejado em um modo de vida que exigiu, na dimensão da necessidade das formas de existência materiais, a prioridade ao trabalho, ainda que este não desse as garantias dignas de vida. O trabalho desta mulher rural a constituiu como viga mestra no caminho da sobrevivência, da condição humana da criança, jovem, mãe, trabalhadora e sonhadora.

Tereza de Benguela apresentou-se como uma mulher negra, com 42 anos, que sempre viveu e trabalhou na roça, encontra-se casada com seu primeiro companheiro desde seus 16 anos, tem 4 filhos, atualmente está desempregada e trabalhando na roça da sua casa. Em sua narrativa inicial relata:

Minha vida, minha vida é assim, trabalhando, minha história é isso ai. Comecei a trabalhar com 11 ano de idade, morava com minha mãe, pai não tive pai né. E minha mãe era uma pessoa assim, se tivesse para comer hoje, comia hoje, amanhã não interessa donde ia sair né, ai assim, e eu com 11 anos, eu era uma pessoa, até hoje o povo fala eu com 11 ano já procurava trabalhar, ia; o povo rancava mandjhoca, eu ia pá roça, ajuda né [...] eu catava aquelas mandjhoquina pequeninha; raspava, ia pá casa de farinha, raspava, colocava na prensa, quando mexia dava 5 quilo de farinha, trazia pá dentro de casa né; sainha as vezes, fazia uma faxina, e tal, trabalhava na roça do zoutro tirando laranja. É... quebrando mandjhoca. (BENGUELA, 2021)

A história do trabalho rural realizado pelas mulheres contempla momentos existências destas que adentram seus anos iniciais de vida, é nessa fase que nascer em uma sociedade desigual e desprovida de recursos sociais e materiais que possibilitem as filhas das trabalhadoras rurais, a construírem outras experiências de vida; no entanto, na terra fértil e privada do rural do Recôncavo da Bahia, a fome bate à porta logo cedo.

Maria Felipa apresentou-se como uma mulher parda com 31 anos, “nascida e vivida” na roça, encontra-se morando com seu companheiro e seus 2 filhos, está desempregada, mas ainda faz diárias em algumas fazendas do município.

Da vida que eu tenho a história é só uma viu, minha vida é trabalhar e criar filho, trabalhar e criar os filhos, trabalhar e criar os filho, é a minha vida, não tem outra vida aqui na roça. Eu não tenho muita terra como a senhora ta vendo ai, o cantinho que tem eu planto um milho, um amendoins; pra achar trabalho mermo, eu tenho que achar nas fazendas ai, que ai, é mandjhoca pra prantar, limpar; é laranja, as sacas hoo assim hoo, desse tamanho aqui hoo, cato tudo, limpo ensaca e deixa tudo pronto entendeu. Meus fi vai comigo, instuda de tarde e de manhã é comigo. (MARIA FELIPA, 2021)

A vida na roça é retratada por Maria Felipa em duas dimensões que atravessam visceralmente as suas formas de existência: a dimensão do trabalho, das plantações e cultivos para subsistência no pouco de terra em que vive; e vendendo sua força de trabalho para proprietários das fazendas e de grandes terras, incorporando neste espaço múltiplos processo de trabalho junto a terra e seus frutos, almejando uma remuneração que lhe possibilite garantir o mínimo de condições para sobreviver. Na outra dimensão: de “criar filhos”, se encontra o lugar da reprodução social e da vida definida como responsabilidade única da mulher; ao mesmo tempo, que criar filhos, envolve criar e cuidar dos futuros braços que irão vender a sua força de trabalho, marcas da tradição patriarcal e capitalista. Trabalhar e criar filhos evidenciam as condições produtivas e reprodutivas em que se encontram posicionadas, exploradas e apropriadas muitas mulheres rurais.

Anastasia apresenta-se como uma mulher negra, tem 36 anos passou a morar na roça quando sua família veio residir no município, estava com 3 anos de idade na época. Sempre morou na casa do fundo da fazenda em que sua família trabalhava. Trabalha na roça com diária.

Aaa essa história, minha história não tem muitcha coisa não. Eu me criei foi na lida, trabalho de faxina na casa do zoto, as vez vou cavar cova de manjhoca do zoto pa dar dia, pa ganhar aquele dinheiro pa trazer o pão pa casa. E sempre nessa vida, nessa lida, nessa luta que foi não foi pa mim. Não foi fácil mesmo, criar meus filho. E assim, praticamente eu criei eles até os 10 anos porque dos 10 anos eles também já começaram a me ajudar na roça. Ai assim, então, a gente as condições mesmo, bem precária mesmo, entendeu? Minha mãe morreu, eu fiquei, meus irmão tudo saiu, eu fiquei naquela casinha (apontou a direção). (ANASTASIA, 2021)

As realidades de trabalho vivenciadas pelas mulheres rurais de Conceição do Almeida narram a história do trabalho rural nesse município com todas as suas nuances e especificidades dos tipos de trabalho desenvolvidos na roça e da realidade

de necessidades sociais que posicionam essas mulheres em diferentes experiências do trabalho rural. As inseguranças e desproteções sociais são nítidas em suas narrativas, bem como a fome, a miséria, o labor como única possibilidade de sobrevivência das mulheres e de seus filhos através da venda da força de trabalho, em situações precárias de expropriações e superexplorações.

O perfil das mulheres trabalhadoras rurais que se encontram referenciadas na Política de Assistência Social do município de Conceição do Almeida, como beneficiárias de mecanismos de proteção social. Suas demandas iniciais eram a alimentação, o acesso à cesta básica, pois se encontravam em privação alimentar. Os alimentos que plantavam nas roças, quando realizavam uma diária, ficavam de posse dos seus patrões ou os vendiam nas feiras livres da cidade. Com o processo de atendimento e acompanhamento a essas mulheres, questões como violações de direitos foram identificadas, no âmbito do trabalho rural e das relações conjugais.

A Política de Assistência Social, com o suporte legislativo da Lei 8.742/1993 – Lei Orgânica de assistência Social – LOAS, encontra-se no campo da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência, bem como no campo da proteção social pública, constituindo-se como política de seguridade social não contributiva que se realiza através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi aprovada pela Resolução nº 145 em 2004, no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e, posteriormente, com a construção e normatização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, aprovado pelo CNAS em julho de 2005 através da NOB N.130, de 2005. O SUAS materializou a descentralização da oferta dos serviços, programas e benefícios e gestão da Política de Assistência Social. A proteção social é organizada pelo SUAS por níveis. Há proteção social básica, que visa “[...] prevenir situações de vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais, por violação de direitos” (MDS, 2011), que é representada pela unidade pública estatal do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social).

O CRAS do município de Conceição do Almeida conta com uma equipe mínima para os atendimentos e a oferta da proteção social básica, com serviços socioassistenciais, benefícios e programas sociais. As mulheres participantes desta pesquisa se encontram referenciadas a essa instituição, acessando os mecanismos de proteção social ofertados. Apresentam o perfil geral de serem trabalhadoras rurais,

que se identificam como negras ou pardas, em situação de pobreza ou extrema pobreza, com vivências de violências.

As narrativas e identificações demarcam um lugar racial, em que as mulheres rurais negras se fazem presentes. Segundo Gonzalez (2020 p. 36), nos termos históricos, o regime escravista teve sua ação ampla nas regiões brasileiras onde a plantation e as atividades mineradoras se desenvolveram, regiões em que tiveram início os processos simultâneos da mestiçagem e da emergência da “população de cor livre”. Com isso, nos deslocamentos geográficos, “a população de cor livre permaneceu nas regiões de origem e reverteu para as atividades de subsistência ou mesmo de desvinculação econômica e social” (GONZALEZ, 2020, p. 36). Processos históricos e econômicos que se refazem e persistem nas estruturas sociais do Recôncavo da Bahia.

As narrativas estão imbrincadas pela história dos trabalhos que realizam ou realizavam, narram vivências em que foram situadas enquanto objeto. Nessa direção, bell hooks (2019b) compreende que os sujeitos são aqueles que têm o direito de definir suas próprias realidades, estabelecendo suas próprias identidades e nomeando suas histórias. No entanto, como objeto, sua realidade é definida por outros. Para a autora, é na passagem de objeto a sujeito que são demarcados atos políticos e de re-existências.

As mulheres rurais, ao longo das narrativas, apresentaram episódios de suas vidas que desenham esse movimento de transição de objeto a sujeito, e a ausência dela, destacando as objetificações que a realidade de classe, raça e gênero as subsumiram como objeto, afetando seus corpos, subjetividades e suas sociabilidades.

Nessa direção, Silva (2016, p. 142) destaca que o processo ontológico que constitui as mulheres rurais negras é enviesado pelo trabalho e suas expropriações e apropriações, mas, de forma peculiar, a modelagem desse ser social tece particularidades que precisam ser apreendidas no movimento do real. A autora destaca que, no Brasil, nas bases agrárias e fundiárias: “A modelagem do ser social operou-se por meio da violência, da servidão e da escravidão”. Foram essas mediações que se materializaram nas vozes e narrativas das mulheres rurais de Conceição do Almeida. Há uma intrínseca articulação opressora operacionalizada pela violência, servidão e escravidão nos terrenos produtivos das terras agrárias brasileiras, assim como nos terrenos férteis e reprodutivos dos corpos femininos.

Produção e Reprodução estão adensadas por estruturas de violências, servidão e escravidão, de modo que se complementam para a acumulação capitalista.

A violência, segundo Chauí (1990. p. 3), é:

1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; 5) conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror.

Para Saffioti (2015, p. 80), a violência corresponde a “uma ruptura de qualquer forma de integridade”. No âmbito das violências direcionadas às mulheres, está posicionada entre a quebra da integridade e a obrigação de suportar as desigualdades de gênero traçadas para as mulheres, compreendendo que essa posição já é em si uma violência.

Tanto Chauí (1990) quanto Saffioti (2015) cada uma a sua maneira e contextos, apresentam a violência em suas diferentes constituições, atreladas com aquilo que rompe, viola e brutaliza a vida humana em sua integralidade, em sua natureza enquanto ser social. São essas violências que o erguer das vozes das mulheres rurais demonstraram em suas narrativas, destacando, a partir das singularidades, as estruturas violentas que as constituem, possibilitando identificar as mediações que revelam particularidades das violências contra as mulheres rurais nas diferentes instâncias da sua vida cotidiana e relacional.

O trabalho de plantação de mandioca, feijão, laranja, fumo e amendoim; bem como, o trabalho doméstico, demarcaram as narrativas do contexto de vida das mulheres rurais:

Eu plantava mandjoca, plantava feijão na bunda da cova da mandioca, cavava a cova assim e na bunda da cova a gente ia com o pé, com o carcanhar e jogava o caroço de feijão, ia, subia carrera, descia carrera, subia carrera. (ANASTASIA, 2021)

Ô fia, o trabalho da manjhoca é, a gente tem que, era um cansaço porque a gente tinha que sair de manhã, arrancar manjhoca, depois tinha que carregar na cabeça, colocar na casa de farinha; depois vamo raspar essa manjhoca; depois que raspasse, a gente tinha que passar

no motor, pa depois colocar na prensa, apertar a prensa. Ai tinha que carregar lenha no mesmo dia pa colocar na casa de farinha pra no oto dia de manhã a gente pegar essa farinha. Ai fazia esse processo num dia né? Ai a gente vinha pa casa. Ai quando era três hora da manhã, tinha que levantar pra ir pra casa de farinha; ia pa casa de farinha, chegava na casa de farinha, tirava a massa da prensa; ai depois, cendia, botava fogo no forno. (LUIZA MAHIM, 2021)

As vez quando plantava quando plantava muito que era de meia, as vez quando plantava muito, as vez vinha o carro pegar, que nem agora vinha pegar. Mas era dividido, já não ia muito. A gente preferia fazer a farinha. A gente fazendo a farinha tem o caroço, tem a raspa pros pinto, pro porco, tem o beju que a gente faz e se a gente vender a mandjhoca, eles que vai ter o lucro, eles vai ter o lucro todo porque eles vão ficar com a raspa, com o caroço. A gente não faz um beju, a gente não tira a goma com aquela alegria de ir toda suja de goma pra casa. Ai no outro dia vai pegar a farinha cedo, vai coar a goma. Era uma luta boa, gostosa. Ai ficava torrando, aquele beju, daqui a pouco fazia aquele beju. Aquelas pessoa, uns fazendo beju, outros raspando a mandjhoca. (MARIA FELIPA, 2021)

Na direção dessas narrativas é possível conhecer os processos de trabalho realizados pelas mulheres na “lida” diária com as atividades rurais, a relação íntima com o que é plantado, a maestria em aproveitar todas as partes do produto que vai para a venda, com os atravessadores, os donos da terra ou na feira; e a parte que é possível aproveitar para gerar novos produtos para uso de subsistência da família; a forma como conhecem a terra produtiva, combinando as plantações de diferentes raízes.

Ao analisarmos a jornada de trabalho que elas realizam ao longo do dia e da madrugada, compreendemos que se torna quase impossível pensar as trabalhadoras rurais de forma invisibilizada e deslocada do seu papel na produção e reprodução econômica da sociedade de classes. São produtoras daquilo que é vendido e revendido para os mercados, para as exportações e são produtoras dos alimentos que vão para a mesa de diversas casas todos os dias, para sua subsistência e para a subsistência da força de trabalho que mantém a produção agrícola e industrial, fornecendo lucro para o capital. São as responsáveis, no âmbito patriarcal das estruturas pela manutenção diária da força de trabalho, na garantia da casa limpa, da comida pronta, da roupa lavada, que se encontram no âmbito reprodutivo da força de trabalho. Ainda assim, vivenciam a invisibilidade do trabalho que realizam.

Para Saffioti e Ferrante (1983), as mulheres rurais vivenciam um assalariamento eventual, sendo aquelas que compõem de forma maciça a reserva da reserva da força de trabalho. Portanto, é de interesse do latifúndio, da burguesia

agrária e dos grandes capitalistas ruralistas manter as mulheres como força de trabalho reserva para ser aproveitada no pico das atividades agrícolas, já que isso não onera no âmbito dos direitos trabalhistas, pois são extraordinariamente baixos os custos de produção e garante a reprodução social sem onerar o capital.

No seio da miséria que atinge os trabalhadores rurais brasileiros, instalou-se uma divisão sexual do trabalho através da qual o homem constitui o elemento privilegiado do processo de proletarização, enquanto à mulher se reservou a posição de lupen proletária. A presença de maciços contingentes femininos na economia de subsistência garante o baixo custo da produção diária e da reprodução da força de trabalho, mercadoria que deve ser ofertada em abundância, a fim de que o processo de acumulação do capital não sofra nenhum percalço e possa elevar seu ritmo. Por outro lado, as trabalhadoras familiares constituem um imenso manancial de mão-de-obra ao qual o setor capitalista da agricultura poderá recorrer, pagando diárias mais baixas que as masculinas e sem nenhum receio de enfrentar causas trabalhistas. (SAFFIOTI; FERRANTE, 1983, p. 69)

Margarida Alves, Elitânia e Tereza de Benguela nos apresentam um pouco mais dessa realidade:

Se da uma semana ganhando, a gente plantava roça meia, com um ano, a roça era de ano, não ia esperar pra pessoa comer todos os dia, de manhã meio dia e de tarde largar o que comer não ia dar ne? E o ganho saia logo, a gente ia ganhar, saia de manhã sete horas, quando era cinco horas tava com o dinheiro na mão. (MARGARIDA ALVES, 2021)

Igual uma vez eu plantei uma motcha de fumo, que eu panhei quase quize arroba de fumo mas foi que eu era meia, porque eu morava aqui nesse lugarzinho aqui e não dava pra fazer nada, você ta vendo ai. Com esses lugar assim não dava pra fazer nada, tudo era meia, dividido fazia o que? Porque tinha uns que dava ajuda, já era pouco ainda tinha que dividir. Tinha uns que dava ajuda pra cavar cova, pra ver e coisa. No amendoim eles dava a semente, o trabalho todo era da gente, a roça só dava terra. (ELITÂNIA, 2021)

É brincadeira uma pessoa pegar pa mexer uma farinha, duas, três hora da manhã, acabar quato hora da tarde pa ganhar vinte reais daquela época. Era um quilo de carne de sertão, você lembra? E teve uma época que um quilo de carne foi pa vinte reais, de carne de sertão. Era um quilo de carne. Então, não compensava. Fazia porque era a necessidade mesmo, a gente tinha necessidade; ou fazia ou ficava com fome, entendeu? (BENGUELA, 2021)

Nesse processo, as vozes das mulheres rurais visibilizam, por meio das suas narrativas, a capacidade e perversidade da produção de riquezas capitalistas por meio

de expropriações e produção de miséria. Elas se encontram escancaradas, de “veias abertas” no cotidiano social dessas mulheres. O lugar de reserva da sociedade capitalista, de despejo das diferentes formas de violência que se materializam nas explorações, desvelam o que Carolina Maria de Jesus (2012, p. 129) já anunciava no erguer da sua voz no “quarto de despejo” em que foi posicionada pela miséria brasileira: “se a gente trabalha passa fome, se não trabalha passa fome”.

As epistemologias da interseccionalidade, apresentadas e problematizadas por Patrícia Hill Collins(2020), demarcam o racismo, o sexismo e a exploração econômica não como meros cruzamentos que se materializam nos corpos das mulheres, mas como interconexões que são mutuamente construídas, ou seja, não são condições de vida que são naturais ou inevitáveis. As interações específicas dessas opressões tem uma significação na materialidade da vida social; consideramos que se para o capitalismo colonial escravocrata e imperialista significa aumento na acumulação de capital, para as mulheres rurais significa lutar por sobrevivência.

As formas de dominação no Brasil estão dadas e construídas, interferindo diretamente na formação dos modos de vida social das mulheres rurais. Esse sistema de dominação racista, machista e sexista busca manter as mulheres rurais em situação de injustiça social, constituindo um imaginário popular que justifica as desumanizações e as violências que lhes são impostas. Naturaliza-se essas violências como inevitáveis; define-se valores sociais a estas mulheres, criam formas de controle.

A dinâmica da superexploração e expropriação vivenciada pelas mulheres rurais evidencia as diversas violências sofridas por elas no fazer do trabalho rural. As marcas das extensas jornadas de trabalho, do trabalho invisibilizado pelo gênero e pela raça, dos corpos exauridos e esgotados constituem dinâmicas de violências. Estas são potências econômicas, que mantêm a acumulação capitalista, o grande capital. A violência se constitui como “potência econômica”⁹⁶, como a chave da dinâmica de expropriações dos meios de produção e de subsistência dos produtores diretos. Bem como, sua ligação com a exploração do trabalho (CASTEL; RIBEIRO; LIMA, 2018, p. 266). A concepção de violência como potência econômica é a síntese

⁹⁶ Essa categoria de violência como potência econômica é utilizada por alguns autores de tradição marxista, como Georg Lukács. Ianni (1981) a utiliza como forma de tecer uma análise sobre a formação econômica-social dependente.

da combinação: expropriação-exploração-dominação. É uma violência estruturada e organizada⁹⁷, como nos aponta Ianni (1981).

Com isso, para que o trabalho seja alienado e subsumido ao capital, é necessário que haja a liberação de qualquer entrave pré-capitalista, como o vínculo de homens e mulheres rurais com a terra, a dependência servil, a regulamentação da terra. Há, pois, uma imposição da separação do trabalhador e seus meios de trabalho e isso se dá coercitivamente, violentamente.

A consagração da propriedade privada burguesa à brasileira é baseada na exploração do trabalho, principalmente o trabalho rural; usurpa os meios de produção, mas também os meios de subsistência, há um empobrecimento absoluto, fome em massa. A aristocracia agrária converte as formas de direitos à propriedade, como direito à propriedade privada, que tem o objetivo de incrementar a exploração agrícola e liberar força de trabalho para o mercado. Davis (2017) já situava essas questões na vivência das mulheres negras e suas territorialidades:

As mulheres negras têm estado familiarizadas com a realidade da privação econômica desde os tempos da escravidão. De modo semelhante, as mulheres indígenas, chicanas e porto-riquenha sempre foram impactadas pela pobreza em números muito maiores que suas irmãs brancas. (DAVIS, 2017, p. 30)

Esse contexto das violências vivenciadas por mulheres rurais negras, no processo daquilo que as constitui – o trabalho –, evidencia a particularidade histórica do nosso capitalismo dependente, desigual e combinado. Para Ianni (2004, p. 170), permeia o sistema econômico brasileiro a produção e reprodução das desigualdades regionais herdadas das épocas anteriores. Com isso, o capitalismo cria e recria expropriações na profunda articulação da acumulação capitalista, do Estado em espaços econômicos, demográficos, geopolíticos e sociais.

Ianni, em sua obra *A ditadura do grande capital* (1981), realiza uma síntese da história da acumulação primitiva no Brasil, ao realizar um estudo da expropriação-exploração-dominação estatal, mas também da superexploração da força de trabalho rural e urbana, direcionando-se, em específico, ao proletariado agrícola.

⁹⁷ “A violência do poder estatal, como violência concentrada e organizada da sociedade burguesa, passa a atuar no sentido de garantir e reforçar a subordinação econômica e política da classe operária e do campesinato” (IANNI, 1981, p. 44).

Para Ianni (1981, p. 81): “A superexploração da classe operária surge no cotidiano da vida do trabalhador em termos de escassez ou precariedade [...]. Ao lado do excesso de trabalho, e da baixa remuneração, surgem o cansaço, o esgotamento de energias, doenças”. Duas questões essenciais são direcionadas por este autor: a violência estatal enquanto potência econômica que está a serviço do capital e a hegemonia do capital financeiro atuando de forma estratégica com latifundiários e empresários em desfavor dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanas.

O esgotamento dos corpos das mulheres rurais é informado nas diferentes instâncias, nas narrativas aparecem sequelas físicas na coluna, nos quadris, mãos machucadas e depressão. Em destaque temos a fala de Tereza de Benguela:

Fui no médico. Quando cheguei lá, eu achei já em pranto de choro, quer de ser dos meus filho, quer que eu vou fazer? Ai o doutor olhou pa minha cara: “Ô dona Silva não se preocupe não que o que você tem é um problema na coluna e vou passar uma tomografia pa você”. Fiz essa tomografia. Cadê? Fiz essa tomografia. Mostrei a médica, ela disse: “Ah! Na tomografia num da pa mostrar, que a tomografia só mostra o osso. A senhora tem que fazer uma ressonância”. Cadê o dinheiro pa ressonância? Vamos trabalhar entrevada pa ver se dava um jeito pa fazer essa ressonância. Então, ai trabalhando, trabalhando, dei um jeito, fiz essa ressonância. Que quando eu fiz essa ressonância minha fia, minha coluna ta austrassada. Eu tô com 8 hérnia de disco, e ainda tem um problema de uma tal “Degeneração”, que disse que esse tal dessa coisa degenera esse quadro degenerativo. Cada tempo que passa a situação vai piorando e por causa de tanto cortar de machado, cavar cova de manjoca, rancar manjoca. (TEREZA DE BENGUELA, 2021)

A superexploração das mulheres rurais revela o trabalho alienado ao gênero, à raça, ao território e o caráter opressor e violento desse sistema. Há uma economia de esgotamento dos corpos: “O corpo invisível é uma mulher negra, cujo esgotamento é a consequência da lógica histórica do extrativismo que construiu a acumulação primitiva do capital, extração de trabalho dos corpos racializados e das terras colonizadas” (VERGÉS, 2020, p. 19). Os esgotamentos dos corpos das mulheres rurais revelam as bases ontológicas do trabalho em suas existências e sobrevivências, o quanto de vida é extraído e apropriado destas mulheres; as múltiplas jornadas de trabalho que realizam espelham as múltiplas dinâmicas de esgotamento e violências a que esses corpos são subsumidos.

A distinção ainda presente entre o trabalho feminino e o trabalho masculino, aquele que é considerado leve ou pesado, está atrelado ao sexo de quem o realiza, independente da exaustão, desgaste e as demais consequências à saúde. Paulilo (2016, p. 209) sinaliza que “qualquer trabalho era considerado leve se feito por mulheres, por mais exaustivo, desgastante ou prejudicial à saúde que fosse”. Há uma extração violenta de qualquer sinal de qualidade de vida, de cuidado; visualiza-se apenas um corpo a ser expropriado e esgotado; um corpo, um objeto, um instrumento de trabalho.

Este conjunto de responsabilidades não é considerado como trabalho, o que faz com que a mulher seja explorada, não reconhecida pelo que produz e faz. Esta sobrecarga, aliada com a exploração e a invisibilidade do trabalho, faz com que a mulher seja violentada num dos seus direitos fundamentais: o trabalho e a dignidade. A mulher trabalhadora rural sofre maior impacto de discriminação que a mulher urbana. Além de trabalhar uma média de seis horas mais do que os homens, sua mão-de-obra é desconsiderada em termos econômicos e financeiros, uma vez que o trabalho de cultivo de horta, cuidado com os animais e aves domésticas para o consumo da família não são considerados produtivos. Quando elas trabalham na lavoura, a situação é um pouco pior, já que, geralmente, ganham menos do que os homens. (DARON, 2009, p. 35)

Tereza de Benguela, Margarida e Anastasia desenham esse cenário em uma das suas vivências:

Tinha as vezes, que o povo me chamava pa dar dia, tinha 5, 6 homem numa roça, rancando manjhoca. Quando era de tarde eu dava cinco 5 mil quilo de manjhoca cortada sozinha. 5 mil quilo de manjhoca cortava sozinho. Então, e os cinco zomens na frente só rancando e eu atrás com o fação cortando essa manjhoca, inte eles se surpreendia que no final eu fazia era mais que eles. Farinha mesmo. Era dez, quinze quarta. Toda semana eu tava na casa de farinha, fazendo farinha. Tinha gente que rancava, oito quarta de farinha, me chamava pa mexer, pa dar o dia. Cordava 4 hora da manhã, três hora da manhã com os menino, ia pa casa de farinha. Cabava essa farinha 4 hora da tarde pa ganhar 20 reais naquela época. (TEREZA DE BENGUELA, 2021)

O minha filha pra te falar a verdade desde dos 12, dos 12 ano não, eu acabei de crescer, de 9 anos em diante foi trabalhar. Não era trabalhar só na roça, era ganhano. Tinha uns tanque que minha mãe ia limpar os tanque pra gente ganhar no dia, ia limpar os tanque, ai quando chegava meio dia em casa a gente colocava aquele de comer[...]quando mamãe chamava: “umbora, umbora?” a gente saia tudo pra trabalhar. Eu lutei tanto desna da minha juventude, depois

que eu casei a coisa piorou numa parte pra criar filho porque eu ia pro rio três vez por dia, as veje, tinha veje dia de domingo que eu ia três vez por dia também dia de semana eu ia uma oito hora, vinha umas dez e meia, e parece que Deus sempre me ajudava chegava em casa já largava o tempero fetho mesmo sem saber que ia pegar ou não. Pra chegar em casa botava no fogo, não precisava azeite, não precisava nada, só botar o sal, as foinha de tempero assim... hortelã, essas coisa de mato, de foia, não era tempero cebola, alho, essas coisa não que quase não existia. Temperava aquele de comer, fazia aquela farofa, comia, catava fava, mangalô que é mais antigo usava que não tinha muito feijão, usava mangalô (MARGARIDA ALVES, 2021)
Eu passei necessidade foi das piores, das piores mesmo, depois que eu casei principal. Porque quando eu tava na casa de meus pais sempre arranjava, meu pai arranjava uma farinhazinha pra eu comer, mas depois que eu casei fia pra criar 12 fio (ANASTASIA, 2021)

As mulheres rurais almeidenses apresentam uma realidade do caráter de subsistência dos seus trabalhos, estão atrelados ao quanto estas trabalham para ter o que levar de comer para casa, para garantir a alimentação e a sobrevivência de toda a família. Há um atarefamento, uma responsabilidade de mão única, com a sobrevivência dos filhos, a educação, a inserção no trabalho rural, a busca por suprir a ausência do companheiro em sua função de pai, fruto do nosso sistema patriarcal, que naturaliza os papéis sociais de gênero na sociedade. Para além de todo o “peso do trabalho “leve”” realizado pelas mulheres rurais, estas ainda sustentam o peso de serem a “cumieira da casa”, “a viga mestra da subsistência”. As opressões em suas intersecções são marcadas nos corpos das mulheres rurais negras pelo ferro dos esgotamentos dos corpos em sua integralidade.

A animalização de mulheres negras é um processo de objetificação que tem sido manipulada para justificar as violentas opressões que os corpos dessas mulheres recebem historicamente. Já na escravização, as mulheres negras eram lidas como “mulas”, meras unidades de trabalho semoventes, cuja qualidade de vida era irrelevante, desde que estas exercessem suas tarefas. Serem tratadas como mulas da sociedade é o centro da opressão que atinge as mulheres negras. (BUENO, 2020, 83)

O cotidiano da vida das mulheres é traçado pelas vivências das violências, marcadas pela ausência de dignidade, da escassez, da exaustão dos seus corpos. Gonzalez (2020) destaca o lugar da mulher como viga mestra da subsistência da casa e da comunidade. Para a autora, no período que sucedeu a abolição, com os primeiros passos dos então homens livres, coube à mulher negra ser a viga mestra da comunidade. Isso significa que seu trabalho físico foi duplicado, dividindo-se entre o

trabalho externo e as “obrigações” familiares, pois, antes de sair para o trabalho, já havia todo um processo de trabalho doméstico para se realizar e, ao retornar, uma nova rotina recomeçava (GONZALEZ, 2020, p. 40). Consumindo e esgotando suas vidas, garantindo a reprodução da força de trabalho que sustenta o capital. Ora, os trabalhos domésticos são “um momento da produção capitalista” (FEDERICI, 2021, p. 24), tem as mulheres rurais uma função na divisão sexual racial capitalista.

Ainda na posição de cumieira, viga mestra, pilar, sustentando a produção e reprodução das suas casas, das suas roças nos quintais, assim como sustentam no âmbito do trabalho assalariado, estão as mulheres rurais como trabalhadoras não assalariadas, como mão de obra reserva, gerando bases férteis para a acumulação capitalista. Como pontua Federici (2021, p. 23), em sua obra *O Patriarcado do Salário*, no processo de assalariamento do trabalho, a exploração das trabalhadoras não assalariadas é também expressão dos efeitos do salário, pois a ausência deste esconde os processos de exploração, o que torna a situação mais eficaz, afinal “no que concerne às mulheres, nosso trabalho parece ser uma assistência pessoal, alheia ao capital” (ibid). Eis os atributos do sistema de dominação do capital, pois, a opressão das mulheres não é um mero resultado da exclusão das relações capitalistas.

Descobrir a centralidade do trabalho reprodutivo para a acumulação do capital também fez emergir a questão de como seria uma história do desenvolvimento capitalista se observada não do ponto de vista da formação do proletariado assalariado, mas do ponto de vista de cozinhas e quartos em que a força de trabalho é produzida em termos diários e geracionais. (FEDERICI, 2021, p. 82)

Pensar a exploração, apropriação e violências na sociedade capitalista à brasileira, no âmbito da produção de riquezas, requer enfatizar aquelas atividades relacionais que são essenciais para a produção da força de trabalho: procriação, cuidado das crianças, trabalho doméstico.

No que se refere às questões da reprodução da vida social, ao narrar a história das mulheres escravizadas, Ângela Davis (2016, p. 21) destaca que as mulheres eram vistas como “reprodutoras”, no lugar de mães. Os proprietários dessas escravizadas estavam interessados em quantas vezes estas conseguiam parir, o que não significa que elas estavam isentas do trabalho na lavoura, pois as mulheres grávidas estavam presentes na lavoura, ou com suas crianças no colo, mesmo que fisicamente estivessem incapazes de realizar o trabalho, sem repouso pós-parto e com os peitos

inchados e doloridos de leite. “As mulheres grávidas não apenas eram obrigadas a realizar o trabalho agrícola usual como também estavam sujeitas às chicotadas que trabalhadores e trabalhadoras recebiam se deixassem de cumprir a cota diária” (Ibid, p. 22). O capitalismo criou formas de escravidão e servidão mais brutais, pois implantou nos corpos das mulheres rurais negras divisões profundas que intensificam e ocultam a exploração.

Eu tive um menino, eu plantei uma roça ali ó onde eu tive a minha filha XXXXX, eu plantei uma motcha de fumo ali, eu tava cortando, quando eu acabei de cortar o fumo a bolsa pocou eu fui pra casa, tive essa menina e nem me lavei as mão, nem lavei as mão, eu tive aquela menina assim mesmo, cheia de folha de fumo. (ELITÂNIA, 2021)

Essa fia eu tive aqui, ela nasceu com o pé meio torto, foi na hora que eu baixei com a bacia de mandjoca a bolsa estorou. Eu nunca tive um fi no hospital, essa mesmo, hoje ela tem um pouquinho de problema que ela nasceu quase... acho q ela tava sentada porque ela botou uma perna, depois ela botou um braço, a minha parteira era uma cega, a minha tia. Eu tive meus fi tudo assim fia, tudo assim, tudo assim mesmo e sempre alegre, e sempre senti aquela alegria. Foi um sofrimento de uma parte e num resmungava, não reclamava, eu não reclamava, eu sentia alegria. E não levava um mês de parida ta eu cortando moi de banana, carregando, jogando nas roça. (MARGARIDA ALVES, 2021)

Com um mês de parida eu tava trabalhando, eu cavava cova, o pessoal dizia assim, “isso ai é pra homem”. Eu não sentia nada, chegava la cavava cova, quando cavava uma carrera, cavava outra, aquela alegria, aquela alegria de tá ali. Vortava e ia pinicar manaiba, ia pra vage e trazia lenha na cabeça, cortava dendê e trazia na cabeça. E depois que eu casei a coisa aumentou mais ainda, ai eu fiquei só trabalhando trabaiano, trabaiano, trabaiano, trabaiano, trabaiano, trabaiano, trabaiano, e até agora que eu tivesse eu tinha prazer de tá ainda trabaiano, é alegria. (LUIZA MAHIM, 2021)

Oia eu levantava três hora da manhã, enxia vinte e quatro quarte de farinha, vinte e três, ganhando. Chegava os menino pra mamar, as meninas levava o menino pra mamar, eu, Ave Maria, esprumo o leite nas cadeirinha sinal que o leite ta quente, eu esprumia, ai eu batia na bundinha. Eu tava torrando a farinha, tinha hora q eu tava comendo e dando leite ao menino pra sair depressa. O pessoal dizia que isbilita e eu acho que isbilitou mesmo que porque levou um bando de tempo mei que as perna tremia, tremendo, com aquelas perna tremendo, parece que eu comia e não sustentava. O menino puxando no petcho, era comendo e com o menino aqui ó, comendo e com o menino aqui ó. Ai eu batia e me mandava, ia pra casa de farinha, largava alguém na casa de farinha, vinha, vortava, saia, emendava a noite torrando farinha, emendava na noite torrando farinha. Isso ai, a dona da farinha as veze me dava comida mei dia, era aquele pedacinho de galinha de quintal, com aquele suquinho de laranja, eu agradecia tanto. Eu dizia: “e meus fi em casa será que já deram alguma coisa?”. Mas era uma vida tão fomenta que não tinha nada quase pra se comer, uma quarta

de carne na venda dividia pra quase todo mundo dentro de casa. (MARGARIDA ALVES, 2021)

Tinha dia que era pra jogar carcario na terra né, consegui essa diária, eu já tava de oito meses já, aquela barrigona, pesada minha fia. Mas precisava de dinheiro né. Amarrei a corda com o bacia de carcario em cima da barriga e inha jogando na terra. Inpalhei tudo, quando foi de tarde já tava com um dinheirinho na mão, era pouco, mas fazer o que. (TEREZA DE BENGUELA, 2021)

Há uma produção em massa de expropriação de variadas formas. Como afirma Fontes (2010, p. 64), esse processo torna-se possível com a particular exploração das mulheres, pois são elas as produtoras e reprodutoras da mercadoria mais essencial, que é a força de trabalho; trabalho considerado como pertencente a natureza da mulher. A autora nos alerta a pensar sobre algo de que pouco se fala: as condições em que essas mulheres vivem e em que geram as futuras forças de trabalho. As subjetividades e as condições objetivas dos partos já refletem muito desse primeiro contato dessa nova vida com o mundo, a terra e o trabalho. Há, pois, implicações particulares para a vida das mulheres trabalhadoras rurais.

Nesse viés, o próprio trabalho de parto é apropriado pelas casas de farinhas, os roçados de mandioca, os estalos de fumo; na lógica predatória do capital. Com isso, expropria as condições de produção da terra, das condições próprias de existência na dinâmica da expansão do capital, que gera a apropriação social da condição humana nas entranhas de uma acumulação capitalista parasitária. Assim, expropriações e apropriações caminham juntas nessa empreitada, subsumindo ao capital os corpos e as subjetividades das mulheres trabalhadoras rurais. Priore (2008) destaca como essas questões influem no processo da maternidade para as mulheres rurais.

O processo de adestramento pelo qual passaram as mulheres coloniais foi acionado por meios de dois musculosos instrumentos de ação: o primeiro, um discurso sobre padrões ideais de comportamento, importado da Metrópole, teve nos moralistas, pregadores e confessores seus mais eloquentes porta-vozes; [...] o outro instrumento foi o discurso normativo médico, ou 'phisico', sobre o funcionamento do corpo feminino. [...] Apenas vazios de prazeres físicos o corpo feminino se mostraria dentro da normalidade pretendida pela medicina, e assim, oco, se revelaria eficiente, útil e fecundo" (PRIORE, 2008, p. 27).

Na verdade, é preciso considerar que mestiças e negras, frequentemente, sequer podiam decidir sobre a vida dos seus filhos, estando elas ou ambos na

condição de cativos. Mesmo quando fossem legalmente livres, dentro do regime escravagista, negros e mulatos, especialmente crianças, eram submetidos à vida escrava por algum incidente que os afastasse de suas mães. Os “novos”, ou poderíamos dizer reminiscentes, cativeiros para as mulheres rurais foram apresentados nas narrativas de diferentes maneiras: com o casamento, o trabalho e a decisão sobre a vida de seus filhos. O quanto da Lei do Ventre livre demonstra os cativeiros e prisões que mães e filhos(as) ainda vivenciam com a suposta “liberdade”.

[...] a minha vida teve uma coisa que eu mais senti (longo período de pausa, voz chorosa) minhas fias não podiam ficar comigo, sim elas ficassem inham ficar com fome, num inham ter trabalho com dinheiro direitinho, estudo. Elas pidiam pra ficar comigo, mas não tinha comigo, eu sofria também. Uma família boa criou uma das fia, ela tinha que trabalhar na casa, mas botavam ela pra estudar, ela tinha o que comer, eu so ficava pensando na barriguinha dela vazia. Mas ela vinha me ver, ficava um dia comigo. Hoje ta moça grande, estudada, com filha. Quando ela era nova, trabalhava, eu panhava os dinheiros dela tudo, tinha que comprar comida pros outros. (MARGARIDA ALVES, 2021)

O corpo da mulher negra rural, quando mãe, é lido como “corpo-força de trabalho”, pois a capacidade geradora é afirmada e simultaneamente negada, expropriada no âmbito das relações afetivas. Nesse sentido, Daron (2009, p. 66) discorre sobre essa matriz de dominação-exploração que envolve as mulheres rurais e a terra, sinalizando um caminho em que a dialética acontece: “a semente é colocada na “mãe terra” para “Produzir”! a mulher para “Reproduzir”! Mulher e Terra são apenas meios, instrumentos para “produzir” e “reproduzir”. Mulher e Terra, ambos territórios produtores e reprodutores que são violentados, subordinados ao capitalismo patriarcal racista, que geram e estruturam diferentes tipos de violências⁹⁸, mas que constroem das suas raízes as re-existências de sobreviver e erguer a voz diante das invisibilidades e dos apagamentos históricos, econômicos e culturais.

3.2 As violências contra as mulheres rurais em Conceição do Almeida

⁹⁸ Segundo Costa (1995, p. 7): “A condição da mulher no capitalismo nasce com violência (assim como o trabalhador assalariado livre nasce com violência); é forjada nas fogueiras das bruxas, é mantida com violência”.

“Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio”
(Conceição Evaristo)⁹⁹

A violência contra a mulher rural não está ausente na realidade da sociedade brasileira, que é construída e desenvolvida com bases eminentemente agrárias e patriarcais. A interseccionalidade dessa realidade movimenta o capitalismo-patriarcado-racismo-território. Tal encruzilhada posiciona em relevo o que foi silenciado e apagado em nossa história e estudos acadêmicos: a história, a vida e as violências vivenciadas pelas mulheres rurais.

O meio agrário brasileiro é também espaço de conflito e disputa econômica, social e política por terra e água. Nesse percurso, a invisibilidade das violências vivenciadas pelas mulheres rurais é estratégia de opressão, exploração e expropriação que se materializa no cotidiano e se corporifica no que constitui cada uma dessas mulheres.

Destacamos acima o trabalho das mulheres rurais em sua dimensão ontológica, que transforma a sociedade e as próprias mulheres, como também a sua dimensão deformadora do humano, como atividades estranhadas, alienadas e forçadas, com as marcas das estruturas violentas do modo de produção capitalista no agrário brasileiro. A base ontológica aqui destacada aguça a direção relacional da análise. As histórias narradas são também a história das suas relações sociais, a forma como estão situadas na estrutura de classes, raça, gênero e território.

No caso específico das mulheres rurais do recôncavo baiano, ainda é uma realidade que tem um longo caminho a ser construído no que se refere à pouca abrangência de dados, informações e estudos no âmbito das particularidades da violência contra a mulher rural. Buscamos, com esta pesquisa, uma aproximação com relação a esse cenário.

No percurso aqui realizado foi possível apreender algumas amarras que envolvem o rural brasileiro, enraizando e embrutecendo o que Gonzalez (2020) chama de “paternalismo/liberalismo racial” como uma das engrenagens que perpetua os mecanismos de dominação-exploração-opressão. As narrativas se desenvolveram como construto da pesquisa que foi realizada com e por meio das vozes das mulheres rurais, que estilhaçaram o silêncio, revelando os moldes paternalistas que atribuem

⁹⁹ EVARISTO, Conceição. Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio. In: Carta Capital. Rio de Janeiro, 13 maio de 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio20>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

um “caráter de “discurso emocional” à verdade contundente da denúncia presente na fala do excluído” (GONZALEZ, 2020, p. 44). Isso demonstra o quanto a máscara do silêncio é selada por uma encruzilhada de opressões, que precisam ser rachadas, rompidas, desmascaradas pelo movimento do erguer das vozes das mulheres rurais.

As vozes erguidas das mulheres rurais de Conceição do Almeida apresentaram, em seu percurso narrativo, o mover de estruturas silenciadas e empurradas para debaixo do tapete do mundo privado e isolado de suas casas, quartos e quintais da roça; narraram as violências vividas no interior e exterior de suas casas, nas relações conjugais e afetuosas.

Nas narrativas, que contam as formas de constituir suas famílias apareceram em vários momentos. O casamento e a vivência com o marido e os ex-maridos demarcaram vários movimentos dessas mulheres, transparecendo, através de um silêncio mais longo em suas falas, das lágrimas, de um olhar mais cabisbaixo, do cruzar das mãos, do encolher dos ombros, do medo, do sofrimento.

Ao direcionar as narrativas às questões voltadas para a relação familiar que as tenham submetido a vivências de situações desrespeitosas ou violentas, as respostas narrativas revelaram memórias que se mostraram intactas, vivas, concretas, doídas de violências domésticas em suas diferentes modalidades. Memórias de violências que foram corporificadas.

Nos estudos de Saffioti (2015), a violência contra a mulher se encontra no âmbito da violência de gênero, nas mediações da relação desigual de poder entre homem e mulher assegurado pelo sistema patriarcal; permeando as várias relações sociais e familiares, ao ser exercido pelo gênero masculino assume e mantém a posição de dominador desenvolvendo atitudes violentas e agressivas. As desigualdades de gênero interferem diretamente no construto das relações desiguais de poder.

As mulheres são amputadas, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordados, apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelam força e coragem. (SAFFIOTI, 2015, p. 89)

Tem-se, dessa forma, corpos gendrados¹⁰⁰ que “recebem um imprint de gênero” (ibid, p. 83). Logo, aos homens há uma masculinidade construída com bases agressivas, que transforma, em sua maioria, agressividade em agressão. Há, nessa direção, homens aptos ao desempenho do poder e mulheres não construídas pelo patriarcado para exercê-los. A realização das agressões dos homens contra as mulheres se constitui violências que se apresentam de diferentes formas: como ameaças, socos, xingamentos, privações de liberdade e tantas outras.

Para a autora, a violência de gênero contempla a violência de homens contra mulheres e o inverso. A violência contra a mulher não é sinônimo de violência de gênero, esta última é uma categoria mais geral que contempla as demais violências sem anular as características de cada uma. Existe a violência de gênero é perpetrada por um homem contra outro, uma mulher contra outra, porém há um vetor que se amplia na direção da violência de homens contra as mulheres, “tendo a falocracia como caldo de cultura” (SAFFIOTI, 2015 p. 75).

No âmbito doméstico as violências contra as mulheres, do patriarca contra as mulheres, que, em sua maioria, são os esposos ou ex-esposos, ocorrem no próprio domicílio. “A violência doméstica tem lugar, predominante no interior do domicílio” (SAFFIOTI, 2015, p. 76), estando gênero, família e o domicílio perpassados por hierarquias, em que o homem se configura como dominador-explorador.

Segundo a Lei Maria da Penha, em seu Art. 5º:

Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I- no âmbito da unidade doméstica, compreendida como espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive esporadicamente agregadas; II- no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III- em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente da combinação.

¹⁰⁰ Para Saffioti (2015, p. 90), no âmbito do imprint de gênero: “O próprio gênero acaba por se revelar uma camisa de força: o homem deve agredir, porque o macho deve dominar a qualquer custo; e a mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu destino assim o determina”.

A violência doméstica vivenciada pelas mulheres rurais apresenta um leque de mediações que nos possibilitam apreender as rupturas subjetivas e de vida que percorreram seu cotidiano. Estas reverberam em suas vozes, corpos e resistências. Para Saffioti (2015) a violência é uma ruptura dos direitos humanos, não apenas uma ruptura da integridade física, psicológica, sexual e moral. A autora posiciona a violência em seu lugar ontológico de ruptura com o direito mais fundamental a vida, os direitos humanos. (ibid, p. 48). Pois embora se refira a uma ordem social patriarcal, cada mulher o interpretará singularmente, e nesse movimento com o coletivo das mulheres rurais, revela mediações de particularidades dessa realidade.

O casamento, no território rural, é também lócus da violência conjugal, que se mantém escondida nos ambientes domésticos. Os autores Bueno e Lopes (2018) realizaram uma pesquisa sobre a violência contra a mulher rural no Rio Grande do Sul e teceram importante consideração sobre o casamento e as violências. Aqui referenciamos:

O casamento no cenário rural ainda tem papel de garantidor da vida, da dignidade, da sobrevivência e do que é correto e íntegro para o comportamento feminino na sociedade. Nesse sentido, a instituição casamento é, no rural, perpetrada e construída em uma lógica que, não raramente, independe da qualidade das relações. Essa reflexão a respeito das representações sociais e da consequente força simbólica que o casamento ainda possui no rural permite a inferência de que os casos de violência doméstica são invisíveis, naturalizados nas relações matrimoniais e ocorrem em uma faixa etária precoce. (BUENO; LOPES, 2018, p. 12)

As violências vivenciadas pelas mulheres rurais em Conceição do Almeida, no âmbito matrimonial, colocam em relevo seus diferentes tipos e modalidades, sua rotinização e a ruptura com a dignidade. Realizam o movimento de ecoar vivências violentas que estão entranhadas em suas memórias no expressar das suas vozes de indignação e revolta.

I- “Eu não sentia nada, nada, nada”

Nunca deu uma palavra de carinho, para se sentir bem, naquela hora sabe, me senti bem na hora que meu marido ta me carinhando, não sentia. Eu não sentia não fia, até na relação eu não sentia nada, nada, nada, só aquela amargura, angústia. Me pegava apulso, aquele instrupo, ele pegava minha perna eu sentia aquela, aquela raiva, você acredita que eu me sentia tão mal, parece que me dava nojo, dele

me procurar na relação, eu vomitava, vomitava fia, nojo, eu gritava ho meu Deus do céu, ho meu Deus do céu e sentia aquela raiva, aquela raiva fia. E hoje quando vejo um rádio cantar, aquelas músicas romântica, eu digo ho Deus não vi minha juventude, casei não encontrei um marido que me desse um pouco de carinho. (MARGARIDA ALVES, 2021)

[...] eu me sentia muito incapaz, muitas vezes ele chegava assim começava a discutir. Ai depois ele: vem aqui, pra cama, eu ia muda (longa pausa). A pior coisa do mundo é uma pessoa brigar mais você e depois vir o mesmo dia deitar com você, você não vale nada naquele momento, eu me sentia um nada. (MARIA FELIPA, 2021)

A violência sexual corresponde a condutas que constringam a mulher a presenciar, manter ou participar de relações sexuais não desejadas por meio de coação, força, intimidação e ameaças. O casamento atua como uma instituição que agrega em suas bases simbólicas e concretas a coação cultural, a intimidação ao cumprimento do papel da mulher, marcada pelas determinantes patriarcais e gramáticas sexistas; e a ameaça que a não consumação do casamento cause consequências constrangedoras ao patriarca. São costumes culturais de um rural arcaico e conservador ainda presente nas vivências de muitas famílias rurais.

Para Davis (2017, p. 45): “os motivos que levam os homens a estuprar com frequência surgem de sua necessidade socialmente imposta de exercer o poder e o controle sobre as mulheres por meio da violência”. Essas tradições/marcas culturais aparecem no rural do Recôncavo como amarras de difíceis rupturas para as mulheres rurais.

O espaço do consentimento para as relações sexuais é acompanhado pelo pressuposto da obrigatoriedade das mulheres de manterem as relações sexuais com seus maridos, raízes naturalizadas pelos moldes culturais do patriarcado, que corporifica o sexismo presente nas relações conjugais, nas formas de estupro e brutais violências. O grito, o nojo, o silêncio, o clamor dessas mulheres foram silenciados e oprimidos.

A violência do macho contra a mulher, expressa de diferentes formas – ironia, espancamento, reprodução forçada, estupro, homicídio etc. – é constitutiva da organização social de gênero no Brasil. Via de regra, a violação sexual só é considerada um ato violento quando praticada por estranhos ao contrato matrimonial, sendo aceita como normal quando ocorre no seio do casamento. Ou seja, uma vez casada, de jure ou de fato, a mulher constitui propriedade do homem, devendo estar, como qualquer outro mulher-objeto, sexualmente disponível para seu companheiro. (SAFFIOTI, 1994, p. 443)

As tradições paternalistas e patrimonialistas de um rural construído na régua e no compasso da invasão (sempre a serviço do colonialismo à brasileiro), de tomar posse do que não é seu, da colonização privada e de um conservadorismo que sustenta a moralidade e a devoção ao matrimônio parece que se reflete na brutalidade nesse destino do contrato matrimonial. Essa imagem de controle estabelecida para o roçado, as safras, as terras latifundiárias realizam um movimento simbólico de espelhamentos com os corpos invadidos e esgotados pelo uso e abuso sexual, pelo esgotamento reprodutivo e produtivo das mulheres.

As mulheres rurais demonstram, em suas memórias, o lugar do “nada”, da ausência do sentir, da sensação de nada ser, ao receber o toque agressivo e abusador das mãos da pessoa que com elas vivem. São corpos e subjetividades aferroados pelo vazio, pela ausência de carinho, afeto, prazer e amor.

II- “[...] e porque foi que eu pari tudo?”

[...] e não sei como foi que eu pari tanto filho. E mesmo quando eu inha tomar um remédio para não ter os fios, ele caía em cima de mim de vagabunda, dizendo que eu estava tomando remédio para não parir porque o fio era de outro homem, ele dizia assim: ela engravidou de outro homem, aquele fi não é meu não. Eu chegava em casa e chorava, chorar, chorar pra desabafar, mas mesmo assim não desabafava, aquela dor por dentro. Parece que eu sentia ficar tudo preto por dentro. Ai eu me pergunto assim: e porque foi que eu pari tudo, eu tenho vergonha de responder, de dizer como foi que eu pari. Nessa relação, se eu evitasse hoje a gravidez ele dizia que estava com outro homem na rua, por isso que tinha tanto filho, ele pegava a faca e colocava debaixo do travesseiro para dormir, eu ficava duida tanto. [...] eu dizia eu não quero hoje, e ia. Porque amor, amor não existe amor com raiva, amor enraivada. A pessoa com uma palavra bonita, com aquele carinho, a pessoa até que chega, mas apulso, você não quer. (MARGARIDA ALVES, 2021)

A liberdade reprodutiva da mulher rural é ceifada de diferentes maneiras, como é possível perceber no relato de Margarida Alves, que nos apresenta uma dessas realidades. O controle do corpo é invasivo e faz parte da dominação-exploração masculina, enfatizando uma realidade característica do rural que são as famílias extensas e com muitos filhos. As circunstâncias e vivências privadas que dão base a essa realidade estão inscritas nos corpos das mulheres rurais e perpassam o âmbito da violência sexual. Segundo a Lei Maria da Penha, em seu Art. 7º, uma das

dimensões da violência sexual corresponde à conduta que limita ou anula o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos.

O controle e a manipulação da capacidade reprodutiva das mulheres ocorrem há séculos na vigência do período escravista, em que a reprodução das mulheres era manipulada de acordo aos interesses econômicos: seus filhos eram descartados ou comercializados. A reprodução forçada estava dada as escravas como reificação dos seus corpos subjugados e apropriados. As mulheres buscavam como forma de resistência a recusa dos processos de reprodução, como uma recusa de trazer ao mundo crianças que herdariam as condições sociais e miseráveis em que se encontravam.

Davis em seu livro *Mulheres, Raça e Classe* (2016, p.19) afirma que as mulheres negras e latinas que recorriam a interrupção da gravidez não contavam apenas as histórias sobre sua escolha em ver-se livre da gravidez, enfatizavam na verdade, as condições miseráveis que as faziam pensar em evitar trazer novas vidas ao mundo. As violências diárias no âmbito doméstico, as condições de vida, a criação e sobrevivência dos filhos que estão atreladas sob total responsabilidade da mulher e as condições sociais de extrema pobreza lhe impossibilitavam de levar qualquer gestação adiante. A entrevistada Margarida apresenta as violências que estavam presentes na realidade da mesma ao questionar-se sobre os motivos que a levaram a ter parido tantos filhos.

A liberdade sexual da mulher rural não se sustenta diante da ausência de uma plena autonomia sobre seu corpo e a reprodução. O vínculo desta com o casamento permanece sob a forte amarra do conservadorismo, assim o exercício da sexualidade se atrela ao papel da mulher casada em satisfazer as vontades do marido. Repressão, controle e domesticação dos corpos das mulheres marcam as atitudes dos maridos e companheiros a forçarem a entrada do seu corpo no corpo da mulher, mesmo com a negação e o desejo de interrupção dela. Essa violência tensiona o significado mais bárbaro de dominação, conquista e posse do corpo alheio, demonstrando sua superioridade, força e poder no campo da ameaça e da punição.

Há um monitoramento das mulheres rurais através dos seus corpos, que se realiza na relação com seus companheiros, como monitoramento e controle acerca da quantidade de filhos, se elas irão ter o filho ou não e os significados atribuídos àquelas que desejam ou insinuam a interrupção da gravidez. Essa “supervisão”

também é realizada pela produção social, política e econômica do rural, conduzindo a conduta sexual no âmbito privado e público.

Para Davis (2017, p. 41), só é possível apreender a verdadeira natureza da agressão sexual em seu contexto sociopolítico mais amplo: “Se desejamos entender a violência sexual como ela é vivida pelas mulheres na esfera individual, devemos estar cientes de suas mediações sociais”. Ela se encontra no âmbito das violências imperialistas, de base racista; das sistematizações violentas orquestradas contra os direitos reprodutivos, econômicos, políticos. A pensadora reitera que, “à medida que a violência racista em contexto nacional cresce – e que a agressão imperialista global se expande –, as mulheres podem supor que, individualmente, os homens estarão mais propensos a cometer atos de violência sexual contra aqueles que os cercam” (ibid, p. 42). São mediações pela violência, poder racial e classista.

A violência sexual aqui apresentada reuniu o controle, o poder e a tortura, por meio do estupro e do controle reprodutivo, de forma que essas agressões se realizam simultaneamente. O “amor enraivado”, que não garante escolha, liberdade, carinho, respeito, mas que faz chorar, doer, punir, amedrontar e, ao final, levam mulheres e mães a se questionarem como pariram todos esses filhos e terem nas respostas a amarga e dolorida memória viva e detalhada da violência sexual.

III- “[...] ele me deu um murro aqui”.

Só foi uma vez, uma vez, que ele chegou, ele chegou bebendo, e eu tava com meu menino que eu te disse que eu criei, na sala, assistindo televisão, e os outros meninos já estava dormindo, ai eu vi uma cena que me emocionou de um filho e um pai, ai eu comentei com o menino: eu disse: o pa li que coisa linda. Ele achou que era home e mulher fazendo alguma coisa, ai que ele começou a me xingar, me xingar ai eu levantei do sofá, quando levantei do sofá que cheguei na porta do meio, na casa tinha uma porta assim no meio, que eu cheguei na porta do meio, ele me deu um murro aqui, eu fiquei queta, simplesmente quetei, ele levantou a mão pra mim esse dia, nunca mais ele vai levantar. Que quando ele deitchou eu peguei um cabo de vassoura eu quebrei todo nas costa dele, mas foi bem com vontade mermo, também depois desse dia pra cá, a gente só brigava só discutindo, um agredindo o outro discutindo, mas não teve mais negócio de espancar, porque eu cortei o mal pela raiz. Porque se ele me batesse naquele dia e eu me calasse isso ia continuar sempre, então eu disse eu não vou me calar, que foi o que fez ele não ir a frente, depois disso nunca mais. (TEREZA DE BENGUELA, 2021)

A violência física é uma das modalidades de violência que se apresenta de diferentes formas: tapas, murros, empurrões, chutes e muitos outros. A Lei Maria da

Penha informa, em seu Art. 7º, inciso I- “A violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal”. É umas das violências que se apresenta visível na maioria das vezes, deixando marcas, cicatrizes físicas no corpo da mulher. Na vivência de Tereza de Benguela, essa violência veio acompanhada da violência verbal, com xingamentos. São violências que se acumulam e não acontecem isoladamente.

Importante destacar a menção à integridade e à saúde corporal da mulher, possibilitando a observância das ações e omissões que causem ofensa à condição saudável do corpo. Nessa perspectiva, a autora Hermam (2007, p. 108-109) destaca duas importantes questões: negligência, no sentido de privação de alimentos, e exploração do trabalho braçal no desempenho das tarefas domésticas.

Eu nunca fiquei pra obedecer marido, ele não queria que eu saísse para trabalhar, mas que eu ficasse em casa, meus fio ficava tudo com fome, eu não vou ficar dependendo de um homem. Ele vai pra venda, fica bebendo esquece da família, eu vou botar a cara pra sair tirar um ganho, e ter o que comer. O corpo num aguenta a fome não minha fia. (ELITÂNIA, 2021)

As violências físicas admitem várias dimensões da vida e do corpo das mulheres rurais. A realidade apresentada por Elitânia foi evidente nas narrativas das demais mulheres rurais entrevistadas. As mulheres rurais vivenciavam a humilhação, o xingamento e a manipulação quando saíam de casa sem o consentimento dos companheiros, em busca de trabalho para se manterem vivas. O alimento em casa aparece como escasso para a toda a família, pois o ganho do dia do marido era gasto nas vendas com bebidas e, em casa, mulheres e filhos sentiam o vazio nas suas barrigas. Carolina Maria de Jesus já narrará essas vivências em seus diários: “A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estomago”. Colocar a cara, como sinalizou Elitânia, para dar o ganho no dia e conseguir o que comer, pelo menos para aquele dia, era uma forma de sobrevivência e resistência das mulheres rurais.

IV- “Ele me xingava muito. Eu só queria me sentir bem onde eu chegava, pra mim antes ele me bater”.

Ele não gostavam da palavra de se separar e dizer que eu tava pensando em me separar para virar kenga [...] muitas vezes uma palavra machuca mais do que apanhar porque quando ele falava isso eu me senti acabada, a pior pessoa do mundo como se eu fosse aquela pessoa mesmo, quando ele falava isso, porque assim, quando a gente veio morar junto me dizia que ia ser o melhor homem para mim, que nunca ia me fazer chorar. E não foi isso, ele fez muito mais do que eu chorar, eu cheguei ao tempo de pensar em me matar, eu tomei remédio, fiquei sem comer. (ANASTASIA, 2021)

Só lutar na roça mesmo. Que o meu marido quando eu saia ele geralmente brigava, e eu que não dava liga, porque quando eu ia dar um dia, ele gritava: "Vai cachorra". "Já vai num sei o que". "Já vai num sei o que". Eu não dava ouvido porque assim, se eu trabalhasse, tinha, se eu não trabalhasse, não tinha. (TEREZA DE BENGUELA, 2021)

Ele me xingava muito, em qualquer lugar, se eu tivesse em uma reza, ele me cai de vagabunda, xingava toda, o pessoal já sabia quem era ele, ele não era de briga com ninguém, mas comigo em casa ele sortava essas coisas, me caía de vagabunda, cachorra, me xingava toda. Eu fazia de conta que eu não tava ouvindo. Tinha vezes que eu dizia assim, se fosse uma reza de são cosme, que tinha samba, ele ta xingando, eu vou sambar, ele dizia: ho cachorro que ta sambando, eu me lembro como hoje, me xingava toda fia, agora bater já num batia, mas desfazer de mim em qualquer lugar, ele desfazia. [...] Eu me sentia angustiada, sentia, eu não dei motivo, ele ta fazendo sem motivo, eu respeitava tanto ele e meus fio. Eu so queria me sentir bem onde eu chegava, pra mim antes ele me bater. Porque se ele me desse um tapa eu poderia ate devolver, eu não ficava debaixo não. Mas dendê casa, meu nome na rua, no lugar com muita gente, desfazer de mim na frente das pessoas. Mas eu dizia, o povo não vai dar assunto porque sabia como era eu. Mas aquilo tudo me doía dentro, tinha vez que eu ficava com a roncha preta no corpo, **eu ficava pressa por dentro**, sem eu poder... sei la... não tinha jeito... eu pensava, eu não vou matar, mas ficava aquela dor no peito, e aquelas roncha preta no corpo. Eu dizia de onde era, eu não sentia carinho de nada, eu não sentia saudade do casamento, ele faleceu, eu não sentia saudade, porque quando é aquele casal que ama mesmo, sente saudade, eu não sentia saudade, não sentia nada nada nada. (MARGARIDA ALVES, 2021)

Definir o que a mulher deve fazer, controlar onde vai, fazer o que e com quem, ou fazê-la se sentir mal por estar exercendo o seu direito de ir e vir pode aparentar ações inofensivas ou protetivas, mas são a pura e manipuladora expressão da conquista da propriedade e posse. Mesmo sem deixar marcas físicas, essa violência apresenta consequências psicológicas graves, afeta o discernimento, a autoestima e a saúde mental, como a depressão, pensamentos suicidas e outros adoecimentos psíquicos. Segundo a Lei Maria da Penha, em seu Art. 7º, as violências psicológica e moral são assim definidas:

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição de autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, inculto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

V - a violência moral: entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Constrangimento em público de maneira intencional, xingamentos ou gritos, violação da privacidade e, principalmente, os danos emocionais se apresentam evidentes nas narrativas das mulheres rurais acima destacadas. O sentir-se “presa por dentro” é a expressão reveladora das implicações ao corpo¹⁰¹ em sua integridade física e mental, no movimento violento que vai de dentro para fora e também em revés; nas prisões violentas que as palavras e as insinuações, fragilizam e destroem identidades, aquilo com o que se identifica, reconhece sobre si mesma, o conflito e o tormento subjetivo são duros e aprisionadores.

V- “[...] ele quebrava minhas coisas dentro de casa”.

Eu não abaixava a cabeça, ele quebrava minhas coisas dentro de casa, copo, o que ele achasse na frente ele quebrava, pra poder me atingir, acho que era pra ver se eu enfrentava ele, pra nessa hora ele ter motivo pra mim bater (TEREZA DE BENGUELA, 2021)

A apropriação dos proventos que a mulher obtém com seu trabalho é entendida como uma violência patrimonial, que envolve a retenção, destruição parcial ou total de seus objetos, bens, documentos ou recursos financeiros que são destinados a satisfazer suas necessidades (Lei Maria da Penha, em seu Art. 7º, inciso IV). Em sua maioria, essa violência expressa a busca por controle e exploração dos recursos da mulher, como forma de punição, provocação, aprisionamento e dependência. Para as

¹⁰¹ “E o corpo? Não desempenha ele nenhuma função? O ser humano deve ser visto como uma totalidade, na medida em que é uno e indivisível. Entre numerosos exemplos, pode-se lembrar a somatização. Há mulheres que, não obstante jamais terem sofrido violência física ou sexual, tiveram suas roupas ou seus objetos de maquiagem ou seus documentos rasgados, cortados, inutilizados. Trata-se de uma violência atroz, uma vez que se trata da destruição da própria identidade destas mulheres. Sua ferida de alma manifesta-se no corpo sob diversas maneiras, chegando a modalidades. Muitas passam mal chegando a desfalecer. São levadas ao pronto-socorro, saindo de lá com uma receita de calmante. Diagnóstico? Doenças dos nervos, quando a rigor, são as manifestações das feridas da alma” (SAFFIOTI, 2015, p. 118).

mulheres rurais que têm suas conquistas financeiras atreladas ao trabalhado rural, de baixíssima remuneração, o ganho que recebe e o que compra com ele, torna-se bens essenciais pois a conquista destes vem através do seu trabalho e pela utilidade diária daquilo que comprou. A destruição desses bens revela também a destruição e exploração¹⁰² do que foi conquistado pelo trabalho vivenciado nas roças.

Para Paulilo (2016, p. 48), o salário na cidade e a renda que provém do trabalho rural trazem distinções para as mulheres: “Enquanto na cidade receber um salário pode trazer mais autonomia para as esposas, embora isso nem sempre aconteça, no meio rural as mulheres lidam em seus próprios campos, e quem geralmente controla o dinheiro é o marido”. A dependência financeira das mulheres rurais seria a mesma ficando dentro de casa ou saindo, pois ela se realiza mediante violências patrimoniais, psicológicas (principalmente quando a mulher sai de casa para trabalhar e recebe um valor por diária).

VI- “[...] começou com ele querer me proibir de sair [...] até chegar o tempo dele querer me sufocar”:

[...] começou com ele querer me proibir de sair, eu saía, eu saia ele vinha atrás, aí depois foi minha perna, aqui hó como é a minha perna, essa roncha aqui, nem sei como não quebrou, ele jogou o botão que tava ali no muro da água na minha perna né, até chegar o tempo dele querer me sufocar de noite na cama, tudo isso por causa de ciúme dele, tudo por ciúme. (LUIZA MAHIM, 2021)

As violências aqui destacadas, através das narrativas das mulheres rurais, não ocorrem isoladamente. Saffioti (1999, p. 84) sinaliza que “qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente. Certamente pode-se afirmar o mesmo para a moral”. As violências físicas, sexuais, simbólicas,

¹⁰² Neste processo, a exploração pelo trabalho doméstico, na roça ou na extração florestal, a dominação social e a opressão de gênero são pilares que sustentam a análise do fenômeno da violência contra as mulheres. O respeito à vida, aos direitos humanos e à cidadania, especialmente para as mulheres camponesas ainda está longe de ser efetivado. Ao contrário, observa-se uma acentuação da lógica mais perversa de imposição da opressão, exploração, discriminação, dominação e violência sobre as mulheres brasileiras quanto mais nos aproximamos da vida no campo ou na floresta. (Daron, 2009, p 14)

psicológicas e verbais acontecem nas relações narradas pelas entrevistadas, com um caráter cotidiano e de rotinização.

As várias violências foram narradas com detalhes, com precisão nas memórias daquelas que aconteceram já há um tempo e daquelas que foram muito recentes; a forma como aconteceu e os sentimentos despertados em cada situação se apresentaram em relevo, complementadas pela frase: “eu lembro como se fosse hoje”. As marcas físicas e subjetivas dessas violências acompanham as memórias e os relatos das mulheres rurais.

Em todas as narrativas presentes nesta pesquisa o agressor foi narrado como aquele que bebe muito, que está sempre na venda usando o dinheiro da diária e da lida com a compra de bebidas em detrimentos dos bens necessários para a sobrevivência da família, que ao estar bêbado se encontra mais agressivo em casa, com suas companheiras. O ludibriar da situação leva muitas mulheres a depositarem os motivos das violências vivenciadas ao fato de seus companheiros estarem embriagados, de estarem doentes devido à bebida.

Nesse sentido, Saffioti (2015, p. 87) nos alerta à naturalização e desresponsabilização dos homens que agredem, através da patologização: “O mecanismo de patologização dos agressores ignora as hierarquias e as contradições sociais”. A direção de tratar as questões estruturais da organização social de gênero, como algo pontual e individual, está na agenda permanente do neoliberalismo patriarcal. As questões relacionadas à ordem financeira e ao álcool podem ser consideradas facilitadoras da violência, mas precisa ficar patenteado que a violência do homem contra a mulher é estrutural (SAFFIOTI, 1994, p. 446).

VII- “[...] eu busquei ajuda pra ele sair de casa”.

[...] primeiramente eu ficava preocupada com os meninos vendo essas coisas, o menino, ele pedia tudo certinho: Tô com fome, quero comer, quero mingau. E aí teve uma vez que ele (marido) chegou bêbado de sábado, eu não sei o que foi que falaram lá em cima, ele já chegou já quebrando tudo, com o pé na porta. Aqui, o menino tava aqui, ele gritou, desde esse grito o menino não falou mais, tem problema na fala; então uma coisa para mim, que eu preferia que meus filhos não tivesse visto, visto essas coisas, por isso, mais por isso mesmo que eu busquei ajuda para ele sair de casa, mas eu espero mesmo que ele mude ele já disse que vai mudar, eu não acredito nessas coisas não porquê eu acho que é difícil, largar a cachaça. (ANASTASIA, 2021)

A relação afetiva na qual a violência doméstica se desenvolve coloca a possibilidade de ruptura com essa relação dubitável, em sua maioria é uma relação de longa duração, com filhos e processos de constituição da família. Nessa direção, Saffioti (2015, p. 84) destaca que: “Raramente uma mulher consegue desvincular de um homem violento sem auxílio externo. Até que este ocorra, descreve uma trajetória oscilante, com movimento de saída da relação e de retorno a ela”. Essa ruptura em sua maioria demanda uma intervenção externa. Nessa situação, Anastasia buscou a Política de Assistência Social no município de Conceição do Almeida, que realizou a acolhida e fez orientações necessárias, assim como todo acompanhamento do fluxo de denúncia, solicitação e liberação da medida protetiva de urgência. Foi um processo moroso, mas que atualmente nos apresenta a insegurança pública dessa mulher após a denúncia e medida protetiva: a quem recorrer caso ocorra uma nova agressão ou aproximação, já que a comunidade rural é distante de onde fica localizada a Delegacia e os demais equipamentos de proteção?

[...] as mulheres têm sido mantidas afastadas das políticas de direitos humanos. Mais do que isto, o Estado tem ratificado um ordenamento social de gênero através de um conjunto de leis que se pretendem objetivas e neutras, porque partem da errônea premissa de que desigualdade de fato entre homens e mulheres não existe na sociedade. (SAFFIOTI, 1994, p. 445)

Temos uma dominação masculina que é efetiva na sociedade, a ponto de ser necessário impor as desigualdades de sexo; o Estado acolhe e normatiza o poder e a violência masculina sob as mulheres. Com a Lei Maria da Penha, foram desenvolvidos mecanismos que buscaram coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, dispendo “sobre a criação dos juizados de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher” e estabelecendo “medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar” (BRASIL, 2006, p. 11).

No entanto, os dispositivos de medidas protetivas e juizados sistematizados na Lei Maria da Penha ainda não foram devidamente materializados e efetivados nos pequenos municípios em que os equipamentos de proteção especializada às mulheres são inexistentes ou reduzidos, por exemplo. Em Conceição do Almeida, lócus da presente pesquisa, não há CREAS, juizados especializados, delegacia especializada, defensoria pública, Centro de Atenção à Mulher; a prevenção,

assistência e enfrentamento à violência contra a mulher ficam a cargo do CRAS (situado no centro da cidade), do Ministério Público, da Delegacia Militar e demais políticas sociais, que não são exclusivos a essa demanda, que buscam, no âmbito dos limites das instituições, transversalizar as questões de gênero em suas execuções.

A autora Lopes (2015), em seu estudo intitulado *Violência contra Mulheres em áreas rurais sob o olhar da saúde*, identifica que, nos cenários de vida e trabalho rural, a população se utiliza menos de serviços públicos em comparação à população urbana. Ela sinaliza as dificuldades de acessibilidade e falta de oferta da rede de serviços estatais nas áreas rurais e próximo a estas, condicionando o acesso a serviços de saúde e segurança pública às mulheres que se encontram em situações de violências.

Os serviços públicos de assistência social, policial, jurídica e de saúde, por exemplo, estão distantes e se deparam com barreiras referente a distâncias geográficas e o encarecimento dos custos de transportes particulares na locomoção para a cidade. Constata-se, portanto, que as mulheres rurais se encontram, em sua maioria, no isolamento em relação a serviços estatais. Esse cenário tem relevo no âmbito das violências domésticas ao tranquilizar os agressores para práticas violentas por se sentirem protegidos pelo isolamento geográfico e de serviços de proteção.

O encontro com as narrativas das mulheres rurais do município de Conceição do Almeida ressalta como as violências domésticas são produzidas também no cenário de expropriações e apropriações capitalistas que abrangem as condições de miserabilidade no território, uma vez que o território rural é também produto das relações sociais que são compostas pelas relações assimétricas de gênero e pelas relações raciais. Ora, no Recôncavo da Bahia, as desigualdades sociais que são originais da sua conformação dão bases para o construto da singularidade e das mediações que marcam o continuum das violências contra as mulheres rurais no cotidiano da vida rural.

Referenciamos que os processos ontológicos de re-existências das mulheres rurais aqui apresentados por meio das foices, enxadas, covas, cozinhas e quintais das trabalhadoras rurais, meios de trabalho que interferem na existência da vida de cada uma e de seus dependentes, gerando mudanças na sua forma de viver e sobreviver no território rural. Esses processos ontológicos se encontram cravejado por violências,

que estruturam as múltiplas jornadas de trabalho, marcada pela sobrecarga e esgotamento dos corpos.

Na busca de novas existências ontológicas, próprias das suas genericidades enquanto ser social, que se forma e transforma em meio ao ciclo da terra e do trabalho, realiza também a resistência cotidiana ao destino das existências definidas e estruturadas pelo capital que invisibiliza a vida dessas mulheres como trabalhadoras com dignidade humana. Essa insistência nas possibilidades de re-existência se torna materializada nas formas de sobrevivências implementadas, no erguer das vozes e no erguer dos punhos, em uma luta cotidiana e constante.

As múltiplas violências narradas nesse cenário do trabalho e da busca pela sobrevivência, pela manutenção da vida, agrega-se a violência doméstica, em um movimento em que cada violência, nos distintos cenários, não aguarda o fim de uma para que a outra se inicie. Elas acontecem no drama de uma teia cotidiana da vida das mulheres rurais, nos vários momentos e movimentos diários que realizam; sobrepõem-se, complementam-se. São violências distintas, mas que juntas se retroalimentam com mortes diárias de sentimentos, de energia vital, subjetividade, corpo, reconhecimento de si.

3.3 “Ainda tenho esperança que eu vou realizar ainda o que eu penso e espero, ser feliz, dançar, viver”

As violências contra as mulheres rurais no município de Conceição do Almeida, apresentadas através das narrativas de mulheres de diferentes comunidades rurais desse território, revelam modos de vida que estão atravessados pelas encruzilhadas históricas, culturais e sociais e pelas dimensões patriarcais e racistas que constituem a sociedade e o território brasileiro do Recôncavo da Bahia. As narrativas aqui analisadas revelam as violências e as suas diferentes formas que se estruturaram no trabalho rural, trabalho doméstico, nas relações sociais e conjugais, nos diversos direitos humanos violados.

O cotidiano de vida marcado pela miséria, pelo racismo, pelo machismo que foi narrado pelas mulheres entrevistadas desenhou a vida no cativeiro das terras brasileiras. Na memória os detalhes dos acontecimentos, os sentimentos vividos e

que ainda vivos estão. As ausências afetivas e materiais, o temor da solidão, de não ser e não viver.

Os corpos¹⁰³ das mulheres rurais negras carregam as marcas dos diversos processos de opressores, assim como, os caminhos de resistência e resistência construídos como formas de sobrevivência. Para Davis (2017, p. 25): “Não importa quão sombrio possa parecer o estado de coisas no nosso país, nós não fomos totalmente vencidas”. Nessa direção, a autora Collins (2019, p. 435-436), ao falar sobre as políticas de empoderamento, destaca a intrínseca relação entre as vivências de opressões e as resistências construídas e compreende que, da mesma forma que se constitui a subjetividade individual, o poder e as estratégias de resistências se fazem de formas múltiplas e estão em constante mutação. Para a autora: “Opressão e resistência permanecem intrinsecamente ligadas, de tal maneira que a forma de uma afeta a da outra”. Com isso, destacaremos aqui os diferentes mecanismos de resistências e esperanças as diversas narrativas das mulheres rurais de Conceição do Almeida.

VIII- “A linguagem também é um lugar de luta”:

Do lugar que eu falo, tem gente que fala assim: “quem tá falando, é um homem?” e falam assim: “que modo de falar é esse?”. Eu digo: “eu tenho orgulho do meu jeito de falar”. Se em São Felipe eu to no telefone, eu falo: “Aló”, aí as meninas: ho mãe fala baixo, eu digo eu falo do jeito que eu sei, tanto em casa como aqui, aí as meninas: “mas fala mais calmo, eu digo, se meu jeito de falar é esse. Eu digo assim, eu tenho grande orgulho do jeito de falar. Aqui tem uma mulher ela chegou aqui, parece que ela não aquentava nada, ela falava assim parando, eu disse falar assim junto de mim não, eu digo, vem cá fia, tu fala assim, tu ta com vergonha ou com medo, então tu fortalece minha fia. Agora ela já pegou o jeito daqui da roça. (LUIZA MAHIM, 2021)

Com a pretensão de falar sobre a sua voz, a forma que ela tem, o tom, a cor e a força, Luiza Mahim destaca o lugar importante que possui sua linguagem e a forma de expressá-la no meio onde vive e na vida que realiza e nos ensina o quanto a escolha de enfatizar: “eu tenho orgulho do meu jeito de falar” / “falo do jeito que eu quiser” constitui sua essência e a preocupação de fortalecer a voz e a linguagem de

¹⁰³ Para Collins (2019, p. 435): “A opressão não é simplesmente compreendida no pensamento – ela é sentida no corpo de inúmeras maneiras”. E deixam marcas físicas e na memória.

outras mulheres, além de nos ensinar o lugar de resistência que o erguer a voz à sua maneira, do seu jeito, que diz sobre: “o jeito daqui da roça”, tem significados subjetivos e materiais para as mulheres rurais.

A força, o timbre alto, a firmeza com as palavras, a imposição que cada eco gerado pelas mulheres entrevistadas reverberava no espaço das entrevistas, no espaço subjetivo da pesquisadora que as escultava. Isso evidenciava o quanto eram firmes e presentes aquelas vozes. Esse destaque da fala de Luiza Mahim reflete o quanto ouvi-las foi profundo e o quanto observá-las se ouvirem foi o espelhamento de tantas vozes que se ergueram antes delas.

Ser mulher negra rural significa está em um espaço em que dizer o que pensa e o que almeja, do seu jeito, no seu tom, com seus ecos, é arbitrariamente inadequado. Em hooks (2019a), na sua obra: *Erguer a voz*, destaca-se a importância do falar, e do conteúdo que se fala, e denuncia as opressões. Esse movimento é um exercício de autorecuperação e autocuidado. E assim enfatiza que: “A linguagem é também um lugar de luta. O oprimido luta na linguagem para recuperar a si mesmo – para reescrever, reconciliar, renovar. Nossas palavras não são sem sentido. Elas são uma ação – uma resistência.” (hooks, 2019a, p.73-74). Elitânia em sua narrativa revela esse movimento de recuperar a si mesma e o que ainda espera de si e do mundo; no contar e recontar da sua história, das violências vividas.

IX- “[...] encontrar a voz é um ato de resistência”:

Eu amo contar a minha história [...] qualquer lugar que eu chego eu converso, mesmo que as pessoas veji, eu tenho aquele prazer de contar, fica parecendo que eu fico maiji viva. O povo diz assim: “você não deve esquecer o que já passou”, eu digo: “que nada fia, eu tenho que contar o que passou, pra esperar o que é vem pela frente”. A gente tem que ter esperança que vem é coisa boa, já bastou os sofrimentos. (ELITÂNIA, 2021)

Para hooks (2019b, p. 12), ao identificarmos o caráter traumático das experiências coloniais e escravocratas vivenciadas pelas mulheres se apresentam ainda hoje em suas reminiscências. Identificamos também “o lugar dos gestos de desobediência, de atitude revolucionária, para laborarmos em prol da emergência de outras ordens de representação que supõem a adoção de outros olhares”. Os relatos narrados pelas mulheres nas conversas diárias com parentes, vizinhos e amigos contam a realidade endurecida de experiências cotidianas. As violências que a dor da

agressão, do xingamento, dos desrespeitos, do desprezo, da fome, da exploração do trabalho, da desumanização, da solidão, da perda e do isolamento provocam.

[...] para as mulheres de grupos oprimidos que têm reprimido tantos sentimentos – desespero, fúria, angústia –, que não falam, como escreve Audre Lorde, “pelo medo de nossas palavras não serem ouvidas nem bem-vindas”, encontrar a voz é um ato de resistência. Falar se torna uma forma de se engajar em uma autotransformação ativa quanto um rito de passagem. (hooks, 2019a, p. 45)

Importa-nos ressaltar, dentre as mulheres entrevistadas, Elitânia foi a única que enfatizou o movimento que realiza de contar e recontar a sua história. Para ela o encontro com a sua voz no narrar cotidiano é também resistência. O engajar da sua fala sobre si e das estratégias que construiu nas suas relações sociais, os enfrentamentos das opressões e repressões vividas fizeram-se mecanismo de resistência. Fazer da memória, da voz e da história pessoal, foices que rasuram silêncios e apagamentos¹⁰⁴.

X- “[...] onde negras sementes resistem, reamanhecendo esperanças em nós”:

Eu dizia assim, curti bem, num espera coisa ruim não, só queira coisa boa, essa Margarida Alves que viveu isso tudo ainda tá aqui comigo, ainda tenho esperança que eu vá realizar ainda o que eu penso e espero, ser feliz né fia, dançar, viver. Não me entregar mais ao desprezo. O pior de tudo foi no casamento, mais de tudo foi o sofrimento, mais de tudo foi a fome [...] dar pra aproveitar muito dessa vida. Eu acho pra mim que eu sou uma pessoa forte, eu me sinto assim. Mas sobre futuro, acho que o futuro que eu penso daqui pra frente é viver, querer mais viver, todo dia que decho e me levanto eu só quero mais viver. (MARGARIDA ALVES, 2021)

As mediações da dança, da arte como suspensão do cotidiano das opressões e violências vividas, da esperança em um caminho de volta à sua realidade concreta, identificando-se enquanto uma mulher forte que ainda deseja viver, apesar das dores

¹⁰⁴ “Para nós, a fala verdadeira não é somente uma expressão de poder criativo; é um ato de resistência, um gesto político que desafia políticas de dominação que nos conservam anônimos e mudos. Sendo assim, é um ato de coragem – e, como tal, representa uma ameaça. Para aqueles que exercem o poder opressivo, aquilo que é ameaçador deve ser necessariamente apagado, aniquilado e silenciado” (hooks, 2019a, p. 36-37).

e sofrimentos que ainda lhe acompanham em seu corpo, como ela mesma expressou: “tudo ainda está aqui comigo”. O lugar dos sonhos e de outros projetos de vida semeiam o terreno da luta e da resistência, que outrora foi semeado por tantas mulheres que no chão do rural se coletivizaram na luta pela garantia dos direitos e da vida das mulheres rurais. Como referência temos a Marcha das Margaridas que pauta suas resistências no âmbito das garantias trabalhistas, previdenciárias e no combate ao sexismo.

Conceição Evaristo (2008), em uma das suas produções, intitulada *Todas as Manhãs*¹⁰⁵, resgata esse movimento que Margarida Alves narra ao falar das suas esperanças, a partir do que vivenciou no trabalho rural, no casamento e nas demais relações sociais:

Todas as manhãs junto ao nascente dia, ouço a minha voz-banzo, âncora dos navios de nossa memória. E acredito, acredito sim, que os nossos sonhos protegidos, pelos lençóis da noite ao se abrirem um a um, no varal de um novo tempo, escorrem as nossas lágrimas fertilizando toda a terra onde negras sementes resistem, reamanhecendo esperanças em nós.

Na brutalidade das experiências racistas e sexistas que as mulheres rurais aqui narraram demonstra o quanto isso atinge corpos, culturas, subjetividades e sobrevivências. As resistências construídas no cotidiano das suas individualidades, que se particularizam ao serem colocadas em relação com tantas outras narrativas, as formas desenvolvidas para “mais viver” são consideradas nas dores e ausências, mas também na pluralidade das lutas que são travadas diariamente no interior rural das roças do Recôncavo da Bahia e no interior de cada uma delas.

Gomes (2017, p. 95), em uma de suas obras sobre os saberes construídos nas lutas por emancipação, alerta-nos para a história de resistência que os corpos negros nos contam, e aqui destaco a história que os corpos negros rurais nos contam, de resistências que se constituíram de “denúncia, proposição, intervenção, revalorização”. Pautando, portanto, que o caminho da luta contra a desigualdade social, racial e sexista se cruza com os caminhos da luta pela democracia contra o capitalismo.

¹⁰⁵ Conceição Evaristo, *Cadernos negros*, Vol. 21, publicado em 17 de junho de 2008.

XI- “A educação como prática da liberdade”:

A felicidade que eu tenho hoje é bom demais, mas teve as outras coisas que não esquece, a gente não esquece [...]. Só o que me resta, meu sonho que quero que realize na minha vida, é que meus fio tenha sua família, sua casinha, com seu trabalho. Eu queria procurar estudar, se formar, ter curso, pra não ficar presa só ao trabalho da roça, porque pra esse trabalho na roça tem que ter muita força e coragem porque não é fácil não. Ter um destino diferente. (TEREZA DE BENGUELA, 2021)

A dominação-exploração vivenciada pelas mulheres rurais presentes nesta pesquisa revelam como as encruzilhadas do patriarcado-capitalismo-racismo à brasileira foram vorazes em suas existências. Logo, as prisões destacadas por Tereza de Benguela dialogam com Anastásia: “Meu sonho é voltar a estudar, eu não terminei meus estudos, eu sempre dizia isso, mas aí ele dizia: “com tanto filho tu vai pa escola? quem vai cuidar da casa e dos meninos”. As necessidades básicas, sobretudo a fome, aprisionaram-nas ao trabalho na roça, bem como, o contrato patriarcal com filhos, trabalhos domésticos e manutenção da instituição matrimonial foram imputados exclusivamente às mulheres. São ambos movimentos que no território rural separam estrategicamente (como garantia da produção e reprodução do capital) as mulheres rurais do direito à educação; uma radical violação de direitos de base secular colonial-escravocrata, que ainda se sustenta.

Como bem destacou Carolina Maria de Jesus: “o arco íris foge de mim”. As possibilidades de transformação, mudança, de dignidade parecem inalcançáveis. Os espaços femininos rurais foram territorializados, o território dos direitos humanos foi distanciado, excluído, tem sido como a sensação de que o arco-íris foge delas. O Estado brasileiro pertencente à burguesia latifundiária de supremacia branca e direciona sua racionalidade androcêntrica, buscando evitar que essas mulheres percebam que seu cotidiano fora territorializado para não pensarem em si mesmas, para não verem seus corpos e desejos, para não se rebelarem (TEDESCHI, 2010, p. 190). Mas a resistência tem chão produtivo no solo desses roçados.

Nossas lutas para viver uma vida significativa podem ser organizadas e sentidas de maneiras diferentes, mas nossas experiências, quando consideradas conjuntamente, revelam por que as ideias continuam sendo fundamentais para as lutas por liberdade, igualdade e justiça social. (COLLINS, p. 11, 2019)

O lugar da educação, do direito a escrever, ler aparece nas narrativas como uma potência libertadora das prisões por elas narradas, como formas de transgressões aos territórios políticos, sociais e culturais a que são presas e destinadas. Como destaca hooks (2017, p. 13), em sua obra *Ensinando a transgredir*: a educação como prática da liberdade, há uma potência libertadora na educação, pois ela compreende a educação como estratégia capacitante: “aumenta nossa capacidade de ser livres”.

As mulheres rurais apresentam seus mecanismos de resistências, seja compartilhando o desejo e busca pelo lugar do carinho e respeito na sua vida cotidiana, seja cultivando as relações familiares e o desejo de experiências diferentes para seus filhos, filhas e netos; o compromisso e criatividade das mulheres rurais persistem nessa luta pela reivindicação a dignidade, humanidade e aos direitos humanos.

Para hooks (2019b, p.20): “[...] o mesmo olhar que subjuga, aprisiona, reduz e destitui pode sofrer processos inversos e se converter em um olhar insurgente”. Se as vozes das mulheres rurais apresentam com autenticidade a voz da dor, do sofrimento e das violências; também é autêntica em suas narrativas de resistências. Ora, essas mulheres resistiram ao erguer os braços, os punhos, as vozes; ecoando gritos de resistência que revolvem a terra em um cio de fecunda esperança e luta. Vislumbram um novo amanhecer, enebriado pelo erguer das vozes de tantas margaridas, que coletivamente acreditam que o sol voltará a brilhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos realizados pelos corpos e vozes das mulheres rurais aqui presentes moveram estruturas outrora enrijecidas. Os ecos amplificados que as vozes dessas mulheres ressoaram na trama acadêmica, epistêmica e concreta da vida foram viscerais ao denunciarem múltiplas violências contra as mulheres rurais no município de Conceição do Almeida. Não são póstumias as considerações finais da presente dissertação, como de quem se despede do estudo e das vozes que entonaram o presente conteúdo dissertativo. Vejamos como travessias onto-críticas que se desaguaram na presente pesquisadora para vindouras e profundas correntezas formarem novos movimentos. E nessa travessia muito nos ensinaram e falaram as mulheres rurais almeidenses, a roça, o silêncio, as lágrimas e os olhares de autorreconhecimento.

Como mulher negra pesquisadora envolvida pela roça em suas variadas dimensões, presenciei e senti cada narrativa. Com os olhos marejados nesta travessia, revisito o som de cada voz, as risadas, os gestos e brincadeiras, os olhos úmidos e distantes, e aqueles penetrantes que me fizeram olhar profundamente e ver aquilo que as palavras não atingiam. Seus corpos também contavam suas histórias ao levantar-se e abaixar-se para mostrar como agarrava a enxada, como colhia o amendoim, como secava o fumo; mas também como se recolhiam com medo, como se agachavam para esconder-se e chorar, como reagiam à fúria, raiva, violências. Aprendemos juntas que ceifar o mato, arar a terra, roçar a roça, bater o chão, é ser resistência que interliga terra e mulher. Ora, elas aprenderam isso na lida; eu aprendo ao ouvi-las.

Narraram por onde caminharam seus passos, o quanto seus pés já andaram. Os passos dados, os que retrocederam e os que desejam alcançar. Reconheci aquela face, de cor escura e tolhida pelo sol, quantos pensamentos e memórias estão silenciadas nas expressões e marcas que se sobressaem de seus rostos. O suor que escorria dos seus cabelos crespos e volumosos, de raiz forte, de cor vibrante, as simplicidades dos gestos, falas e conversas que valem ouro por cada ensinamento e potentes reconfigurações da gira que é a sociabilidade agrária brasileira capitalista.

A presente pesquisa propiciou direcionar e alinhar nosso olhar para a realidade brasileira em seus aspectos econômicos, políticos e socioculturais, cumprindo o compromisso com a historicidade do desenvolvimento das forças produtivas e reprodutivas das mulheres rurais. Posicionam-se em tela as estruturas interseccionais desta sociabilidade capitalista-patriarcal-racista na qual se reconfiguram um continuum de opressões e violências.

Nessa direção, a formação social, econômica e cultural à brasileira se desenvolveu em um tecido histórico do qual as mulheres rurais teciam e sustentavam as bases estruturantes desse enlaço. Com a colonização do Brasil em um processo de apropriações e expropriações das terras e dos povos que ali viviam, se estabelecia no país uma simbiose que se conserva e recombina ao longo da sua contemporaneidade. Esta simbiose agrega grande plantação-trabalho escravo-expropriação colonial (FERNANDES,2008b, p.24). Estas três grandes dimensões conduziram e posicionaram os modos de vida das mulheres ruais.

Com a colonização, as raízes patrimoniais-patriarcais organizaram a posição social das mulheres, estas eram privadas do direito à propriedade e vivenciavam a divisão populacional em castas e estratificação social atrelada a sua sexualidade. Assim, o androcentrismo da família patriarcal marcou os modos de vida das mulheres, bem como sua mentalidade. Da mesma forma que a terra deixou de ser expressão da diversidade de vida para tornar-se recurso do capital, os sujeitos sociais, humanos, colonizados, foram transformados em recursos humanos de alguém (Transpadini, 2018). No caso das mulheres, seus corpos foram torturados em toda as suas dimensões, por meio de violências físicas, sexuais, psicológicas e racistas. As formas do ser social se operaram pela violência, servidão e escravização em um projeto civilizador colonial ainda vigente, que tem na violência uma potência econômica.

Constituímos nessa teia uma propriedade de “latifúndio escravista”, como destacou Moura (2019), ao evidenciar no âmbito da particularidade regional do sistema escravista, no Nordeste, a longevidade na duração da escravidão e o fato de que escravas e escravos não poderiam ter a posse dos seus próprios corpos. Dessa forma, a partir da escravidão se desenvolve uma divisão sexual e racial do trabalho em que as mulheres negras escravas vivenciavam um tríptico de discriminação: como trabalhadora, mulher e reprodutora da força de trabalho.

A coerção sexual se constituiu expressão do domínio econômico e controle sob as mulheres, destacando a relação intrínseca do racismo e do sexismo. No âmbito do trabalho, Davis (2016,017) anunciara que “como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório”, uma compulsoriedade que se encontra atrelada também a sua própria sobrevivência. Escravos e escravas representavam uma mercadoria com capacidade de mobilizar capitais comerciais e de ampliar os meios de produção das explorações agrícolas voltadas à acumulação do capital.

As relações de produção estavam sendo estruturadas como meios de preservar a economia colonial de exportação e firmar a subordinação da produção ao comércio. Essa transição conservadora não gerou uma integração da população negra à sociedade de classes que insurgia por meio do trabalho livre e do salário, como também não gerou transformações estruturais no setor agrário.

O poder da colonialidade brasileira que introduz em nossas estruturas sociais, econômicas e culturais um sistema de gênero capitalista eurocentrado colonial, ora moderniza hierarquizando conforme os sujeitos envolvidos por divisões raciais, de classe, de gênero, e territórios. Pois bem, a modernização da acumulação capitalista não rompeu com os padrões de submissão feminina; seu trabalho ainda não é considerado atividade produtiva, pois a gramática de gênero ainda define o trabalho realizado pelas mulheres como ajuda e apoio.

O desenvolvimento econômico do Brasil não se fez indiferente e independente ao gênero e à raça, pois se utilizara destas estruturas para ampliar a acumulação capitalista. Evidencia-se, portanto, que a apropriação e expropriação pela violência contra as mulheres é uma expressão da violência estrutural, no âmbito da sociabilidade do capital. Entretanto, percebemos no caminhar da pesquisa que conhecer sistematicamente uma realidade demanda um tratamento analítico sobre o território, o espaço que forma e é formado pelas relações humanas e sociais, apreendendo, assim, as formas como um território se apresenta em suas diversas mediações. A aproximação à realidade social nos possibilitara apreender as particularidades que marcam os modos de vida das mulheres rurais e as violências neles presentes.

As aproximações ao território rural brasileiro, resultados das relações socioespaciais e históricas nas dinâmicas da produção do capital, propiciaram

mediações teóricas importantes como a fluida ligação entre a expansividade e apropriação do capitalismo no território rural brasileiro, com práticas de extração, exploração dos recursos existentes; e a reprodução dessa mesma dinâmica nos corpos das mulheres colonizadas, escravizadas e exploradas do rural.

As regionalizações desse território também configuram uma identidade rural particular, principalmente, ao destacar o recôncavo da Bahia, sua localização geográfica e comercial, os tipos de produção que realizam ligados à produção de subsistência, agricultura familiar com as plantações de mandioca, milho, feijão, fumo, em espaços rurais identificados como roçados.

A roça como um lugar específico, um lugar de vivência específica das comunidades da zona rural do nordeste brasileiro. Residir na zona rural é morar e viver na roça (SANTOS,2006). Para as mulheres rurais falar desse espaço é falar de sua história, sua ligação intrínseca com a terra, o trabalho e tudo que constitui suas existências e re-existências.

Nesse sentido, a questão agrária pertence a função social que a América Latina e o Brasil cumprem na produção e reprodução do capital, entendendo-a enquanto relações sociais de produção que carregam as marcas dos diferentes entendimentos de terra, modos de vida e território.

Assim, não há como falar de América Latina e Brasil, sem destacar também que nossas raízes e saberes agrários, de comunidade e “aquilombamentos”, advém de uma diáspora africana compulsória. As narrativas apresentaram o saber “ameríndio” sobre o uso dos produtos da terra, como aproveitá-los em toda sua constituição para a subsistência das famílias rurais. A “amerifricanidade” defendida por Gonzales (2020), teceu configurações particulares para as identificações dos modos de vida das mulheres rurais, as violências vivenciadas e estratégias de resistência.

O percurso narrativo implementado pelas entrevistadas desenha também, ontologicamente, uma historicidade de como as violências invadem suas vidas e corpos, nos diferentes momentos da vida e espaços em que se encontram. Nas suas cronologias próprias, traçaram um caminho ontológico de suas experiências indicando como as suas histórias foram traçadas por violências plurais e múltiplas.

Mulheres rurais que por serem mulheres, vivenciaram as diferentes violências de gênero. Ao compor o trabalho rural diário para o “ganho” ou para a subsistência absorvem em seus corpos as violências nesse espaço como potência econômica de acumulação capitalista, e no âmbito doméstico as violências domésticas, e a invisibilidades dos trabalhos domésticos implementados. São múltiplas as violências contra as mulheres rurais, pois também, são múltiplas as suas condições de existência no rural. Destacar apenas as violências domésticas, destituiria o lócus territorial em que esta acontece, as condições econômicas e sociais que sustentam e reproduzem, bem como as demais violências cotidianas que se vinculam e potencializam estas.

. O trabalho das mulheres rurais na forma de subsistência é mantenedor, não remunerado, da acumulação capitalista. As longas horas de trabalho na roça, “de sol a sol” como elas narram, plantando, cavando cova, colhendo, raspando mandioca, limpando amendoim, arrumando as sacas de milho e laranja, não garantem a comida no prato quando retorna à casa. O valor não pago da força de trabalho de subsistência, que mantém a reprodução e torna os custos da produção mais baixos nas empresas capitalistas, gera acúmulo de riquezas sem despesas com a força de trabalho. A dignidade humana estava estancada, visceralmente, nas condições do trabalho rural as quais estão submetidas as mulheres.

A multiplicidade da jornada de trabalho das mulheres rurais com o roçado, a casa, a educação e cuidado dos filhos, organização da subsistência da família, invisibilizadas pelo discurso patriarcal da ajuda, do trabalho leve e do apoio ao marido, as destituiu dos direitos trabalhistas rurais e previdenciários, das garantias de proteção social. Os corpos esgotados, sobrecarregados, desvalorizados e expropriados para garantir produção e reprodução social não recebem pequenos sinais de garantia de sobrevivência. Dessa forma, o desenvolvimento das desigualdades de gênero na cultura e história do campo destina às mulheres a aprender a ser mãe e esposa, as atividades domésticas, os cuidados com os filhos, o roçado; e aos homens são ensinados a discutir política, planejar a produção, negociar, comercializar os produtos. Para os homens sua jornada de trabalho é bem delimitada. Entretanto, as mulheres rurais a multiplicidade de processos de trabalho é ocultada.

No âmbito da reprodução da força de trabalho cabia as mulheres rurais garantir e gerar o produto mais precioso do mercado capitalista que é a força de trabalho.

Assim, os trabalhos que realizam na roça de subsistência, na casa, com os filhos correspondiam a servir a manutenção da mão de obra, servir em termos físicos, emocionais e sexuais (FREDERICI,2021). Para isso vivenciava as exigências machistas e patriarcais da maternidade, bem como as exigências produtivas. Assim, os partos, gestações, os seios fartos de leite, o pós-parto, a amamentação se realizava na “lida”, nas casas de farinhas, nas casas de fumo.

Margarida Alves e Tereza de Benguela nos lembram: “ela nasceu com o pé meio torto, foi na hora que eu baixei com a bacia de mandjhoca a bolsa estoro” / “Amarrei a corda com a bacia de carcario em cima da barriga de 8 meses e inha jogando na terra. Impalhei tudo, quando foi de tarde já tava com um dinheirinho na mão, era pouco, mas fazer o que”. As violências que esse processo gerava nas mulheres e nos filhos e filhas que nasciam se propagam nas memórias das mulheres rurais com desejo profundo de terem experienciado e proporcionado outras condições para aquela nova vida que se iniciava. A saúde da mulher rural, da gestante e dos filhos eram negligenciadas pela saúde pública, pela distância física e social em que se encontravam os hospitais e órgãos públicos.

As marcas da violência no rural brasileiro evidenciam as contradições de um projeto de sociedade ultraconservador que intensifica as dominações e explorações do trabalho, do corpo e da sexualidade das mulheres rurais, nas empreitadas “fascistas tupiniquim” e nos riscos iminentes de mortes físicas, mas também na morte histórica que permeia suas histórias, lutas, revoltas e resistências. A eficácia da violência contra as mulheres rurais no Recôncavo Baiano garante o controle do capital latifundiário e a dominação masculina, a serviço da acumulação capitalista e o enriquecimento dos grandes agronegócios.

No âmbito das violências domésticas provenientes dos seus companheiros e ex-companheiros, as entrevistadas apresentaram os cenários das violências sexuais, como estupro, controle e coerção reprodutiva; violência física, como murros e enforcamento; cárcere privado, ao impedir que a mulher saia de casa para trabalhar; violência psicológica e verbal que levam as mulheres a se sentirem “presas por dentro”; e a violência patrimonial com a destruição de bens difíceis de serem adquiridos devido as condições sociais em que vivem.

As narrativas das violências acima sistematizadas foram narradas ao sinalizar: “eu lembro como se fosse hoje”; as memórias e narrativas se encontravam com o peso visceral de marcas que atravessavam os corpos e sentimentos destas mulheres. A ruptura da dignidade humana experienciadas por meios destas violências se apresentou nas diversas dimensões dos modos de vida no rural.

A rede de proteção e enfrentamento às violências contra as mulheres no âmbito da cobertura às comunidades rurais ainda se encontra distante. A oferta de serviços públicos de assistência social, policial e jurídica encontra-se no centro da cidade. As barreiras referentes às distâncias geográficas e os custos de transportes particulares para se locomoverem para a cidade, impossibilitam articulações importantes na garantia de direitos das mulheres rurais. Constata-se, assim, que as mulheres rurais se encontram em sua maioria com um longo distanciamento em relação a serviços estatais. Esse cenário tem relevo no âmbito das violências domésticas ao tranquilizar os agressores para práticas violentas, visto que se sentem protegidos pelo isolamento geográfico.

Para Davis (2017, p.25): “Não importa quão sombrio possa parecer o estado de coisas no nosso país, nós não fomos totalmente vencidas”. As mulheres rurais de Conceição do Almeida resistem em seus territórios por meio das experiências diárias da luta e das possibilidades de re-existências que implementam em seu cotidiano ao reconhecerem a potência de sua voz como principal força de resistência, os sonhos e esperanças que guardam desde a infância como horizonte de um vir a ser de um novo amanhã, de uma nova sociabilidade.

“[...]essa Margarida Alves que viveu isso tudo ainda tá aqui comigo, ainda tenho esperança que eu vá realizar ainda o que eu penso e espero, ser feliz né fia, dançar, viver”.

A semente da resistência é semeada e cultivada mesmo em terrenos de opressões e violências. Estas mulheres reamanhecem em meio as suas re-existências todos os dias ainda marcadas, feridas, mas com o esperar de que não foram totalmente vencidas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Rocicleide da. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org). *Trabalho de Gênero: mudanças, persistências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 347-375.
- AGUIAR, Neuma. *Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: um ensaio bibliográfico*. BIB, n.16, 1983.
- AGUIAR, Neuma. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política & Sociedade*, Florianópolis, vol. 15, Edição Especial, 2016, p. 161-195.
- ALMEIDA, S. L. de. *Racismo Estrutural* (Coleção Feminismos Plurais). São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ARTICULAÇÃO NACIONAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS – BRASIL. – ANMTR – Brasil. *Mulher trabalhadora rural, amante da igualdade, é preciso ter força, garra...sempre!* Cartilha do MMC. Passo Fundo: Gráfica editora PE, Berthier, 1997.
- ARTICULAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORAS RURAIS – ANTR. Cadernos de Formação n. 1. Mulheres Trabalhadoras Rurais. *Mulher da Roça, pensa um pouco, te organiza e vai pra luta*. Distribuição Sistema de Assessoria aos Movimentos de Classe Trabalhadora (S.A.I.), Chapecó (SC), 1986.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, Atlas. *Ranking: todo o Brasil: 2010*. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking/>>. Acesso em 10 out. 2021.
- BAMBIRRA, Vania. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2013.
- BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. *Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. vol. 1: Fatos e Mitos. São Paulo: Difusão de Livros, 1970.
- BECKER, Bertha K.; SANTOS, Milton. *Território, territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 1998.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Projeto ético-político do Serviço Social. In: BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2011, p. 192-199.

BORGES, Maria Elizabeth S; MATOS, Maurilio Castro de. As duas faces da mesma moeda: Ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade. In: BRAVO, Maria Ines Souza; MATOS, Maurilio Castro de; FREIRE, Silene de Moraes (Orgs). *Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo*. Uberlândia-MG: Navegando Publicações, 2020.

BOSCHETTI, I. *Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho*. São Paulo: Cortez; Revista Advir, 2017.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Edusp, 1987.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRANDÃO, Maria Azevedo. O anfiteatro: O Recôncavo como uma síntese regional. In: *Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/conceicao-do-almeida/panorama>>. Acesso em 15 nov. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/conceicao-do-almeida/panorama>> Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. *Lei Maria da Penha, n. 11.340*, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm> Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria n. 2.311, de 23 de outubro de 2014*. Diário Oficial. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, 2005.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na Agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista estudos feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-235, jan/abril de 2004.

BRUMER, Anita. Mulher e desenvolvimento rural. In: PREVESLAU, Clio; ALMEIDA, F. Rodrigues; ALMEIDA, J. Anecio (Orgs). *Mulher, família e desenvolvimento rural*. Santa Maria: EDUFMS, 1996.

BUENO, André Luis M.; LOPES, Marta Julia M. *Mulheres Rurais e Violências: leituras de uma realidade que flerta com a ficção*. 2018. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/asoc/a/VVNcs38qHFGC5q3yvvh8xPzj/?lang=pt> Acesso em: 05 set. 2021.

BUENO, Winnie. *Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins*. Porto Alegre, RS: Zouk, 2020

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla Emmanuela R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: LOPES, Adriana L., ZARZAR, Andrea Butto (Orgs.). *Mulheres na Reforma Agrária a experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008.

CALDAS, Geraldo Coni. Conceição do Almeida. *Minha Terra, Minha Gente – Memórias*. Salvador: Mensageiros da Fé, 1974.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CASTELO, Rodrigo; RIBEIRO, Vinicius; LIMA, Ricardo de. A violência como potência econômica: da acumulação primitiva ao novo imperialismo. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org.). *Expropriação e Direitos no Capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.

CHAUÍ, Marilena. *Ética, Violência e Racismo*, 2013. Disponível em: [mudandoparadigmas: ÉTICA, VIOLÊNCIA E RACISMO, POR MARILENA CHAUI](#).

CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. *Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa*. Trad. Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução Jamile Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORTES, Thais Lopes FREIRE, Silene de Moraes. Políticas de Combate á pobreza e avalanche ultraneoliberal: aportes para reflexão. In: BRAVO, Maria Ines Souza; MATOS, Maurilio Castro de; FREIRE, Silene de Moraes (Orgs). *Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo*. Uberlândia-MG: Navegando Publicações, 2020.

COSTA, Mariarosa Dalla. *Capitalismo e Reprodução. Feminismo com Classe. Seminário O trabalho não remunerado das mulheres e o sistema mundial*. Fundação do Japão, 1995.

COSTA, Maricelly. *Violência e Capitalismo*. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.
- DARON, Vanderleia L. P. *Um grito lilás: Cartografia da violência às mulheres do campo e da Floresta*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2009. (Mimeografado).
- DAVIS, A. *A Liberdade é uma luta constante*. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DAVIS, A. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DAVIS, A. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUSSEL, Enrique. *1492: O encobrimento do outro: A origem do “mito da Modernidade”*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Vitória, 1979.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea (Org). *Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009.
- FARIAS, Fernanda. *A violência doméstica no campo*. YouTube [s.d]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hG8fpTNZ72I>> Acesso em 15 out. 2021.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2016.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FEDERICI, Silvia. *O Patriarcado do Salário: Notas sobre Marx, gênero e feminismo*. v. 1, 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”*. 5. ed. São Paulo: Globo, v. 1, 2008a.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zehar Editores, 1976.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de Classe e Subdesenvolvimento*. 5. ed. ver. São Paulo: Global, 2008b.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos Brancos*. São Paulo: Difusão Europeia de Livros, 1972.

FONTES, V. *O Brasil e o Capital Imperialismo: teoria e história*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FONTES, Virgínia. Prefácio na Tragédia da Pandemia. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurilio Castro de; FREIRE, Silene de Moraes (Orgs.). *Política Social e Ultraneoliberalismo*. Uberlândia – MG, Navegando Publicações, 2020.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L&M, 2020.

GOMES, Margarete Nunes Santos. *Caprichos e Trapiches: Memórias dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Atividade Fumageira em Conceição do Almeida-Ba (1960-1980)*. Dissertação. UNEB. Santos Antônio de Jesus, 2010.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento Negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Flavia Rios, Marcia Lima (Orgs.). 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. E a trabalhadora negra, cume que fica? *Jornal Mulherio*, São Paulo, ano 2, n. 7, mai./jun 1982.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GRUPPI, Luciano. A Concepção do Estado em Marx e Engels. In: GRUPPI, Luciano. *Tudo Começou com Maquiavel: As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. Porto Alegre: Ltda, 1986.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovick. Trad. Adelaine La Guardia Resende et al. 1. ed. atualizada. Belo Horizonte: IFMG, 2009.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista Nera Presidente Prudente*, Ano 9, n. 8, p. 1-28, Jan/Jun, 2006.

HERMANN, Leda Maria. *Maria da Penha Lei com nome de Mulher: considerações à Lei nº 11.340/2006: contra a violência doméstica e familiar, incluindo comentários artigo por artigo*. Campinas, SP: Servanda Editora, 2007.

HERMANN, Leda Maria. *Maria da Penha*. Lei com Nome de Mulher. Violência Doméstica e Familiar. Considerações à Lei N 11.340/ 2006 – incluindo comentários artigo por artigo. Campinas: Servanda Editora, 2007.

HIRATA, Helena. Novas Tecnologias, Qualificação e divisão sexual do trabalho. In: HIRATA, Helena. *Nova Divisão Sexual do Trabalho?: Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez., p. 595-609, 2007.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir*. A educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

hooks, bell. *Erguer a voz*: pensar como feminista, pensar como negra. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019a.

hooks, bell. *Olhares Negros*: raça e representação. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019b.

IANNI, Octavio. *A ditadura do grande Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IANNI, Octavio. *Estado e Capitalismo*: Estrutura Social e Industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

IANNI, Octavio. *O ciclo da Revolução Burguesa*. Petrópolis: Vozes Ltda, 1984.

IANNI, Octavio. O Estado-Nação na época da globalização. *Revista Novos Rumos*, 2013.

IANNI, Octavio. *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. In: *Estudos e Pesquisas*: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41, p. 1-12, 2019.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas da Violência 2019*. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo, 2019b.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Carta de Conjuntura*, n. 45, 4º Trimestre, seção 8, Mercado de Trabalho, 2019a.

JESUS, Maria Carolina de. *Quarto de despejo*: Diário de uma favelada. Ilustração de Vinícius Rossignol Felipe. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

JOSSO, Marie-Christine. *Experiências de vida e formação*. São Paulo, Cortez, 2010.

- KARAM, Karen Follador. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 303- 320, 2004.
- KAY, Cristóbal. A questão agrária e a transformação rural neoliberal na América Latina. Tradução de Rafael Moreira de Melo. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 12, n. 3, p. 1-12, 2018.
- KILOMBA, G. *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LESSA, Sergio. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. *Serviço Social & Sociedade*, n. 52, ano XVII, 1996.
- LESSA, Sergio; TONET, Ivo. *Proletário e Sujeito Revolucionário*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- LORENZONI, Carmem. Violência nas relações de gênero e classe. Uma interpretação a partir das mulheres camponesas do Rio Grande do Sul. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, 2007.
- LORENZONI, Carmem; RODRIGUES, Sandra Marli da Rocha; SANTOS, Sirley Ferreira dos. Enfretamento à violência contra a mulher. In: MEZADRI, Adriana Maria et al (Org.). *Feminismo Camponês Popular: Reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas*. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020.
- LORENZONI, Carmem; SEIBERT, Iridiani Gracieli; COLLET, Zenaide. Movimento de Mulheres Camponesas: Veredas de muitas histórias. In: CIMA, Justina Inês et al (Org.). *Feminismo Camponês Popular: Reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas*. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020, p. 13-32.
- LUKÁCS, Georg. *Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- LUKÁCS, Gyorg. *Para uma ontologia do Ser Social*, Volume II. Trad. Nelio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo*. Ed: Pioneira, São Paulo, 1975.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- MARTINS, Tereza Cristina Santos. Oposição entre as lutas anticapitalista e antirracista: realidade ou erro de análise? *SER Social*, Brasília, v. 19, n. 41, p. 365-554, jul./dez., 2017.
- MARX, Karl. *A questão judaica*. 2. ed. São Paulo: Moraes, 1991.
- MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2. ed. Tradução e Introdução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. *Revista do PPGAV/ EBA/UFRJ*, Rio de Janeiro, n. 32, dez. 2016.

MELO, Hildete Pereira de; SABBATO, Alberto Di. Gênero e trabalho rural 1993/2006. In: BUTTO, Andrea (Org). *Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009.

MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS – BRASIL-MMC. 2003. Cartilha de preparação ao Congresso Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas – 5ª 8 de março de 2004, Brasília – DF. Passo Fundo/RS: Impressão Gráfica Basttistel.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNARINI, Ana Elsa; CINELLI, Catiane; CORDEIRO, Rosangela Piovizani. A luta das Mulheres camponesas: da invisibilidade para sujeitos de direitos. In: MEZADRI, Adriana Maria et al (Orgs.). *Feminismo Camponês Popular: Reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas*. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

OLIVEIRA, Francisco. O ornitorrinco. In: OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à Razão Dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PANZUTTI, Nilce da Penha Migueles. *Mulher Rural: Eminência oculta*. Campinas, SP: Alínea, 2006.

PAULILO, Maria Ignez. *Movimento de Mulheres agricultoras: Terra e matrimônio*. Florianópolis: Ed UFSC, 2003.

PAULILO, Maria Ignez. *Mulheres Rurais: Quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Ed UFSC, 2016.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. *Revista Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, 1987.

PONTES, Reinaldo Nobre. *Mediação e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1999.

PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2008.

REIS, Ana Carolina de S. R. dos; SOUZA, Luzia Aparecida de. *A história oral como metodologia de pesquisa: Um olhar sobre a Escola Normal em Campo Grande*. Mato Grosso do Sul: [s.n.], 2011.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de Fala?* (Coleção Feminismos Plurais). São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do Conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10. *Anais Eletrônicos*, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/feminismo%20negro2.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero Patriarcado Violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas Sociais*, p. 59-79, 1994. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18789/13973>> Acesso em: 10 de nov. de 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovan. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes Ltda, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovan. Contribuições Feministas para os estudos da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, p. 115-136, (16) 2001.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovan; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. *A Mulher e as Contradições do Capitalismo Agrário*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

SAHAGOFF, A. P. *Pesquisa narrativa: uma metodologia para compreender a experiência humana*. XI SEMANA DE EXTENSÃO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – SEPesq, Uberlândia: Centro Universitário Ritter dos Reis, 2015.

SANTOS, Débora Murielle Sousa; SILVA, Edcleide da Rocha Silva. As Ligas Camponesas e Luta que marca os movimentos organizados do Campo. In: MEZADRI, Adriana Maria et al (Orgs). *Feminismo Camponês Popular: Reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas*. 1. ed: São Paulo: Outras Expressões, 2020.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura?* São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS, Josiane Soares. *Questão Social: particularidades no Brasil* (Coleção biblioteca básica de serviço social). v. 6. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton et al (Orgs.). *Território e Territórios, ensaio sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 1998.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). *Território: Globalização e fragmentação*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC; ANPUR, 1998.

SCOTT, Joan. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

SCOTT, Parry; RODRIGUES, Ana Cláudia; SARAIVA, Jeíza. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). *Gênero e Geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.

SIERRA, Vânia Morales; VELOSO, Renato dos Santos; ZACARIAS, Ellen Cristina Pereira. Neoconservadorismo, Estado e Vigilância. In: BRAVO, Maria Ines Souza; MATOS, Maurilio Castro de; FREIRE, Silene de Moraes (Orgs.). *Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo*. Uberlândia-MG: Navegando, 2020.

SILIPRANDI, Emma. As Mulheres no movimento agroecológico brasileiro. In: SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, Edcleide da Rocha Silva. As ligas camponesas e a luta que marca os movimentos organizados do campo. In: MEZADRI, Adriana Maria et al (Orgs.). *Feminismo Camponês Popular: Reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas*. 1. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

SILVA, Maria Aparecida Moares. De colona a boia-fria. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 10. Ed. 6. Imprensa. São Paulo: Contexto, 2018.

SILVA, Maria Aparecida Moares. *Trabalho Rural: As marcas da raça*. São Paulo: Lua Nova, 2016.

SOIHET, Rachel. Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 10. ed. 6. Imprensa. São Paulo: Contexto, 2018.

SOUZA, Maria Adelia A. de. Geografia da desigualdade: Globalização e fragmentação. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). *Território: Globalização e fragmentação*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC / ANPUR, 1998.

STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Atual, 1997.

TEDESCHI, Lasandro Antônio. Limites de gênero, limites do mundo: memórias de mulheres agricultoras e a luta por direitos sociais. *História Oral*, v. 12, n. 1-2, p. 177-206, jan-dez, 2011.

TORNQUIST, C. S. Vicissitudes da subjetividade: autocontrole, autoexorcismo e liminaridade na antropologia dos movimentos sociais. In: BONETTI, A.; FLEISCHER, S. *Entre saia justa e jogos de cintura*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, p. 42-74.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. Questão Agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente. *Revista Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 3, p. 1694-1713, 2018.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. *Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas*. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2016. 338 p. Tese (Doutorado).

VERGÉS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Tradução de Jamile Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Capital e propriedade fundiária*. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1978.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O camponês, um trabalhador para o capital. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Trajatória Social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas*. Campinas: UNICAMP, 1988, (Cadernos IFCH / UNICAMP, 19).